



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 90

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 29 de Novembro de 2007

Presidente: Deputado Fernando Menezes (*substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira*)

Secretários: Deputados António Loura e Mark Marques (*substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Pedro Costa*)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Apresentada a correspondência passou-se para a Agenda da Reunião com a continuação da discussão das **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Anual Regional para 2008” e “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008”**.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Lizuarte Machado (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Manuel Avelar (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Alberto Costa (*PS*), Luís Paulo Alves (*PS*), Henrique Ventura (*PS*), António Ventura (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), José Lima (*PS*), e os Srs.

Secretários Regionais da Economia (*Duarte Ponte*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*), da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*), da Presidência (*Vasco Cordeiro*) e o Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Para intervenções finais usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Submetidos à votação a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Anual Regional para 2008”** foi aprovada por maioria.

No debate na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados Mariana Matos (*PS*), Manuel Avelar (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Fernanda Mendes (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

Na votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008”**, usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria.

Esteve ainda presente na ordem de trabalhos o **Pedido e urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução - "Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para avaliação do real impacto na RAA do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral"**, o qual foi aprovado por unanimidade

Também por unanimidade foi aprovada a **Proposta de Resolução - "Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para avaliação do real impacto na RAA do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral"**;

Para encerramento dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação, apresentada pela Mesa, que declara findo o período legislativo de Novembro.

(Os trabalhos terminaram às 23 horas e 40 minutos).

Presidente: **Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, muito bom dia.**

Vamos iniciar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva **Mendes**
Maria Piedade Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Manuel Avelar **Nunes**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Podem abrir as portas. Tem a palavra os Srs. Secretários da Mesa para apresentar a correspondência.

Secretário (*António Loura*): Da Presidência do Conselho de Ministros pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que aprova o “Regime Jurídico a que fica sujeito a actividade de comércio a retalho exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Mark Marques*): Da Assembleia da República envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira – Proposta de Lei 167/X – Fundo Nacional de Integração Desportiva”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*António Loura*): Do CDS/Partido Popular, o Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Cria o Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos”.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Mark Marques*): Do CDS/Partido Popular, o Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 20/2005/A, de 22 de Julho – “Apoios financeiros a atribuir no combate à infestação por térmitas”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Secretário (*António Loura*): Dos Deputados Regionais Francisco Coelho, Osório Silva, Clélio Meneses e Artur Lima o Pedido e urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução - "Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para avaliação do real impacto na RAA do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral".

Secretário (*Mark Marques*): Do CDS/Partido Popular, o Projecto Resolução – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova o estabelecimentos de tarifas promocionais nos voos da SATA AIR Açores para residentes nos Açores”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Economia relatório e parecer sobre o Decreto-Lei que transpõe para ordem jurídica interna a Directiva 2006/89/CE, da Comissão”.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano apresentado a esta Assembleia não é para ser levado a sério! Na área dos transportes não é mesmo!

É um Plano que culmina 11 anos de gestão corrente dos problemas que criaram.

É o retrato fiel do esgotamento e da resignação que já não conseguem disfarçar.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

O Orador: 11 anos depois, este governo refastelou-se na cadeira do poder e, para colmatar a confrangedora falta de ideias, prefere alimentar clientelas.

O sector dos transportes é o exemplo acabado disso mesmo. Nos transportes nunca se percebe onde acabam os interesses públicos e começam os interesses privados.

No sector dos transportes, este Plano, só reforça uma ideia... continuidade!

Continuidade no sector dos transportes? V. Exas. lá sabem!

Continuidade do exageradíssimo preço das passagens aéreas para o exterior, quando em todo o mundo se assiste à democratização do transporte aéreo e ao consequente abaixamento do preço das passagens.

Continuidade de um modelo de transporte aéreo para o exterior em regime de *code-share*, que significa monopólio, quando se sabe que, na presença de um Governo fraco e ofegante, só através da concorrência é possível a defesa dos passageiros açorianos.

Continuidade do absurdo preço das passagens aéreas inter-ilhas, que desincentiva a mobilidade interna dos açorianos e agrava a dupla periferia.

Deputado José San-Bento (*PS*): Demagogia!

O Orador: Continuidade de um modelo de transporte aéreo inter-ilhas obsoleto que ressuscitou a divisão administrativa dos ex-distritos.

Continuidade da descarada cedência aos lobbies das companhias aéreas, com evidente prejuízo para os açorianos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Os resultados da vossa política, num sector vital para os Açores, é o que todos conhecemos e sentimos no bolso.

Em movimento contrário ao que está a acontecer em todo o mundo, de Dezembro de 2004 até hoje, o custo de uma passagem aérea para o exterior aumentou 28%.

Claro foi o preço do petróleo! Só pode!

Em todo o mundo baixam os preços das passagens, nos Açores sobem!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: Como é que explicam isso? O preço do petróleo só aumentou para a SATA e para a TAP! Ou só aumenta quando os aviões abastecem para voar para os Açores.

A memória é curta mas para avaliarmos os resultados convém recordar as palavras do Presidente do Governo em Julho de 2004, e cito: *“O novo modelo a aplicar a partir de Janeiro de 2005, vai possibilitar que várias transportadoras aéreas possam voar de e para os Açores num clima concorrencial, ainda que condicionado por obrigações de serviço público”*. Pela mesma cartilha o Secretário Regional da Economia afirmou e cito: *“o modelo liberalização controlada a vigorar a partir de Janeiro de 2005, trará evidentes vantagens para os residentes da Região”*.

Quais vantagens? Mais 28% nos preços das passagens aéreas?

O que é que falhou? De quem é a culpa?

Quem foram aqueles que negociaram o actual Modelo de Serviço Público?

Quem foram os que se resignaram?

Quem são os que, por via das dúvidas, preferem defender as companhias em detrimento dos Açorianos?

Quem são os que não percebem que a Região Autónoma dos Açores, sem transportes a preços competitivos, está estrangulada e não descola dos últimos lugares da tabela do desenvolvimento?

É importante, hoje, nesta Assembleia, dizer aos Açorianos que existem condições objectivas para baixar o custo das passagens para o exterior em 25%!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: É importante, hoje, nesta Assembleia, dizer aos Açorianos que existem condições objectivas para dar prioridade à mobilidade dos açorianos, reduzindo o custo das passagens das aéreas inter-lhas no mínimo em 20%.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O que não existe é vontade e coragem política, porque V. Exas. estão completamente enredados numa teia de interesses, da qual não se conseguem soltar.

Deputado José San-Bento (PS): Quais são os interesses Sr. Deputado?!

O Orador: O que não existe é vontade e coragem política para responder positivamente ao interesse de uma operadora “Low-cost” em voar para os Açores, apenas e só porque a SATA Internacional já faz essa rota pelo triplo do preço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No sector do transporte marítimo o vosso Plano é um enunciado de obras, muito mais ao jeito de um “caderno de encargos”.

Continuamos sem ver escrita uma linha sobre um Sistema integrado de Transporte Marítimo de Mercadorias, gerido a partir de “estruturas logísticas” que acrescentem valor, por via do aumento da eficiência na concentração e distribuição de mercadorias.

Não dispensam contudo uma enigmática referência a um, e cito “Estudo sobre o Transporte Marítimo”!

Passados 11 anos vão estudar o quê?

Se é para estudar o transporte marítimo de mercadorias, já vem com 11 anos de atraso!

Se é para estudar o transporte marítimo de passageiros e viaturas, devia ter estado pronto antes da adjudicação dos navios, que por sua vez também foram mal estudados e pior projectados!

Se é para estudar o tráfego de navios de cruzeiro, talvez há 3 anos tivesse dado jeito! Evitavam-se os esquecimentos de projecto e as derrapagens no custo das Portas do Mar!

Se é para estudar a integração disso tudo, significa que durante 11 anos andaram a decidir infra-estruturas e equipamentos sem critério e a sentimento, ou como V. Exa.

[S.R.E] já afirmou nesta Assembleia e cito decidiu-se porque, ..., “todos vêm, pelos olhos dentro”!

No transporte marítimo de passageiros e viaturas as trapalhadas são tantas, que por cada afirmação sua, a “coisa” sai sempre ao contrário!

Quando V. Exa. quis trocar de navios, mandou embora um mau para mandar vir um pior!

Quando afirmou em 2006 que a operação seria assegurada por dois navios, só chegou um!

Quando afirmou que rescindia e multava a Transmaçor por incumprimentos contratuais, foi “ligeirinho” alugar à Transmaçor o “Ilha Azul”!

Quando dizia que o Ilha Azul era adequado para operar na Praia da Graciosa, contrariando a opinião dos pilotos, o navio encalhou, ..., na Praia da Graciosa!

Deputado José San-Bento (PS): E o Sr. Secretário é que ia ao leme!

O Orador: Quando afirmou que os novos navios estariam prontos para a operação de 2008. Afinal já não vai ser assim, porque afinal há atrasos e erros de projecto!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Termino perguntando!

Porque é que isso é assim? Quem são os culpados? Ninguém tem culpa, ou é este Governo que é muito azarado?

Julgo que não é nem uma coisa, nem outra. Há responsáveis (estão perfeitamente identificados!) e tantos azares, são mais... falta de jeito!

Este Plano que V. Exas. apresentam a esta Assembleia traduz isso mesmo... falta de jeito!

Disse

Deputado Clélio Meneses (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(O Deputado Mark Marques foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Presidente: Estão inscritos para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Economia e a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes argumentos trazidos pelo Sr. Deputado Jorge Macedo já estão velhos. São sempre os mesmos!

“As passagens aéreas descem em todo o lado, só não descem nos Açores!”

Recordo que o argumento também é o mesmo. Vou falar-lhe em 3 ilhas: Ponta Delgada/Santa Maria, Terceira/Graciosa e Horta/Flores.

Em 1990 custavam 53 euros a preço corrente; em 1991, 63, em 1992, 70; em 1993, 77; em 1994, 83; em 1995, 90; em 1996, 90; em 1997, 90; em 1998, 90; em 1999, 74; em 2000, 77; em 2001, 78; em 2002, 82; em 2003, 84; em 2004, 86; em 2006, 80 e em 2007, 82, ou seja, 17 anos depois as passagens ainda estão mais baratas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, isso era no vosso tempo.

O senhor compare o transporte aéreo de regiões periféricas com a nossa, com Londres, com Frankfurt, ou mesmo com Lisboa. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Olhe para a Madeira. Tem um modelo semelhante ao nosso, mas ainda não houve liberalização. Ou seja, só entrou a SATA, a TAP e a PGA que também já faz parte da TAP.

É provável que aconteça no próximo ano. Não será em Janeiro, mas provavelmente será em Junho ou Julho.

Vir para os Açores dizer que se pode fazer liberalização com as condições que temos, é muita irresponsabilidade, Sr. Deputado. Ainda bem que o PSD não é governo nesta terra! Seria um caos total nos Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Com 9 ligações por semana como tem a Terceira, que liberalização o senhor pretende?

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor vem falar-me de liberalização?

Quando falei de liberalização estava a citá-lo, Sr. Secretário!

O Orador: Uma à Segunda? Uma à Quarta? Outra à Quinta?

Qualquer companhia aérea pretende fazer duas ligações por dia, Sr. Deputado!

Onde é que está o volume para se fazer isso, Sr. Deputado?

O que estamos aqui a fazer é com regras. Pode entrar qualquer companhia aérea. Neste momento está a SATA e está a TAP. Até pode entrar outra, mas com regras, com valores claros sobre os preços das tarifas, porque se não houvesse regras, o que havia era a catalisação total.

É evidente que mesmo com regras há companhias aéreas que, aproveitando algumas lacunas nas obrigações do serviço público, alteram e que vão aumentar os preços da carga, o que agora vamos corrigir. No fundo, o que estamos a fazer é a pôr mais regras no sistema, não é liberalização, Sr. Deputado, é regulação. É disso que o senhor continua a vir aqui falar.

Baixar preços? Sr. Deputado, veja a realidade das coisas.

É de uma inconsciência total!

É por isso que este PSD não pode ser Governo!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Ai Jesus, se isso acontecesse!

Isso era o caos nos Açores.

Se os senhores governassem e pusessem em prática as suas ideias, no transporte marítimo já percebi: concentração, para depois distribuição. Mas não é isso que os açorianos querem!

O modelo actual de transporte marítimo de carga é o que melhor satisfaz os açorianos. Não tenha dúvida, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado quer a concentração em São Miguel para distribuir por todas as ilhas?

Não é esse o nosso modelo, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor pode falar em 1, 2 e 3! Pode falar no que quiser!

O Orador: Vá falar com as empresas de transporte marítimo de carga!

Mas o que o senhor quer é concentrar tudo em São Miguel ou na Terceira. Não faz sentido!

Eu vou explicar-lhe uma coisa, Sr. Deputado. Um barco que venha de Lisboa com 600 contentores, deixa 330 ou 300 em São Miguel, deixa cerca de 170 na Terceira e terá que despejar na Terceira, para fazer um outro transbordo, cerca de 100 contentores.

15 movimentos por hora, são mais de 6 horas. Depois outro barco tem que entrar para fazer o transbordo para isso. São mais 6 horas no cais. O que é que ganha?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mais custos!

O Orador: É mais custos, Sr. Deputado. Só quem não percebe nada disto é que diz essa conversa, porque a Transinsular, a Mutualista, todos sabem isso e sabem o que é que estão fazendo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Sr. Deputado, em relação ao transporte marítimo de passageiros já disse tudo o que tinha a dizer. Está tudo escrito no meu discurso. Portanto, não tenho muito mais a afirmar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sua intervenção, Sr. Deputado Jorge Macedo, não trouxe nada de novo.

O senhor vem dizer que este é um Plano sem ideias, mas afinal a sua intervenção é que é uma intervenção sem ideias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Repete sucessivamente os mesmos argumentos. Aliás, posso dizer que estivemos nesta bancada muito atentos à sua intervenção e a única coisa nova que nela escreveu foi a palavra democratização em vez de liberalização.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O resto foi copiado de intervenções anteriores. Veio falar sempre das mesmas coisas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os problemas são sempre os mesmos. Os senhores não os resolvem!

A Oradora: Relativamente ao transporte aéreo penso que o Sr. Secretário já esclareceu devidamente...

Deputado António Marinho (PSD): Falar de transportes aéreos custa!

A Oradora: ... como evoluíram as tarifas em 20 anos.

Ao fim de 12 anos as tarifas baixaram de tal forma que conseguem ser muito mais baixas do que no tempo do Governo do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Deputada, em todo o mundo é assim!

A Oradora: Em todo o mundo é assim!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O transporte aéreo democratizou, Sra. Deputada.

A Oradora: Só aqui é que não é, porque os senhores não querem ver.

Relativamente ao preço do petróleo, o senhor vem falar aqui em aumentos de 20 e tal por cento nas passagens.

Sr. Deputado Jorge Macedo, aconselho-o vivamente a ler as colunas de opinião, no Jornal Açoriano Oriental, do Sr. Deputado António Marinho.

O senhor vem falar aqui em aumentos de 20 e tal por cento no preço das passagens, quando na coluna do Sr. Deputado António Marinho da semana passada lia-se que “enquanto que em 1998 o preço do barril do petróleo estava a 9 dólares, em 2006 estava a 60 dólares”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E esse petróleo caro só vem para os Açores!

A Oradora: Diz o Sr. Deputado António Marinho na sua coluna que apenas num ano o preço do barril do petróleo aumentou 52%.

Portanto, o senhor vem para aqui falar em aumentos de coisas que não sabe o que é.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vou pedir-lhe uma explicação!

A Oradora: Aconselho-o a ler aquilo que o seu colega diz.

Relativamente à questão das Portas do Mar, o senhor vem para aqui falar em derrapagem na obra.

Ora bem, se for ao dicionário ler o que é que quer dizer derrapagem verá que quer dizer “fuga ao controlo dos dirigentes económicos; afastamento das previsões ou das normas económicas estabelecidas”.

Que eu saiba, Sr. Deputado, não houve qualquer fuga ao controlo de qualquer previsão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não?

A Oradora: O que aconteceu foi, no caso da marina, o senhor sabe bem porque está lá muitas vezes e vê como é que as obras correm, havia trabalhos a mais por causa da questão da rocha.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual rocha?

A senhora não fale daquilo que não sabe!

A Oradora: Foi necessário fazer mais dragagens do que estava inicialmente estabelecido no projecto, provavelmente devido a alguma avaliação menos bem feita relativamente àquilo que era necessário fazer.

Relativamente ao muro da avenida, sabe que foi necessário reforçar aquele muro, o que demorou algum tempo, alguns meses a mais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não entre por aí, porque vou ter que responder!

A Oradora: Não há aqui qualquer fuga ao controlo.

Se houvesse uma fuga ao controlo quer dizer que estávamos a gastar mais dinheiro para fazer a mesma coisa e não é isso que está a acontecer.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Boca santa! Mais dinheiro para fazer a mesma coisa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer e deixar aqui bem claro a posição do CDS/PP relativamente à liberalização dos transportes aéreos.

Quero aqui afirmar que o CDS/PP é contra a liberalização selvagem dos transportes aéreos, porque o CDS/PP não quer para os Açores um modelo onde só haja passagens baratas para as ilhas grandes. O CDS/PP quer um modelo onde todos os açorianos tenham o mesmo direito a passagens baratas. É esse o modelo que defendemos. Queremos deixar isto aqui bem claro, de uma vez por todas.

Os açorianos das ilhas pequenas têm o mesmo direito que os açorianos de São Miguel e da Terceira, porque a liberalização traria, sim, voos mais baratos, primeiro para São Miguel e depois para a Terceira e os outros seriam mais caros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que diz isso?

O Orador: Estou a dizer a posição do CDS/PP.

Depois, quero dizer que já entregámos nesta casa um Projecto de Resolução que baixa as passagens para os açorianos entre os Açores que tem que se conhecer.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (e não é engano):

O que o senhor fez ontem nesta casa foi muito feio... justificar o atraso de uma obra da sua inteira responsabilidade, com uma obra da autarquia de Ponta Delgada. O que o senhor afirmou ontem aqui é completamente falso. O que aconteceu foi precisamente o contrário. Foi o empreiteiro responsável pela obra de abastecimento de água que teve que parar várias vezes a obra porque a pavimentação ia muito atrasada.

Mas adianto-lhe mais:

A partir de agora não existe mais nenhuma obra prevista no plano da Câmara Municipal de Ponta Delgada, ou dos serviços municipalizados, desde o sítio onde o senhor está com a sua obra no Pilar até aos Ginetes. Portanto, o senhor agora pode fazer a sua programação como bem entender, logo que não demore mais 20 anos.

Mas o que fez ontem nesta casa foi muito feio!

Segunda questão, que gostaria de referir.

Deputado Nuno Amaral (PS): Não sei se o Rui Melo diz isso!

O Orador: Relativamente ao transporte aéreo o Governo opta sempre por ter “sol na eira e chuva no nabal”. Só que põe as companhias aéreas sempre ao “sol” e os passageiros dos Açores sempre à “chuva no nabal”.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a verdade. Quando tem pela dúvida que decidir entre as companhias aéreas e o interesse dos açorianos, opta sempre pelos interesses das companhias aéreas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Deputado Nuno Amaral (PS): Não é verdade!

O Orador: Relativamente ao interesse que o operador “Low-cost” manifestou para operar nos Açores, numa reunião que se realizou, uma reunião da qual surgiu inclusive uma proposta em cima da mesa, Sr. Secretário, não ouvi um único comentário.

E não ouvi um único comentário pelo seguinte:

É que essa “Low-cost” queria voar a partir de Londres...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E por que não voou?

O Orador: ... e a partir de Londres a SATA já o faz com um custo de passagem três vezes superior. Esta é que é a verdade.

O senhor vai perguntar:

Como é que os senhores souberam isso?

Pois soubemos. Também temos as nossas fontes, fontes essas que não deixam qualquer margem de dúvida, Sr. Secretário.

Agora quando digo que o senhor quer “sol na eira e chuva no nabal”, mete as companhias aéreas, a SATA e a TAP, sempre na eira e ao sol e os passageiros dos Açores, sempre na “chuva no nabal”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): O senhor hoje está com falta de ideias!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Macedo:

Independentemente de vir a destempo essa sua informação tardia...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Veio quando tinha que vir!

O Orador: ... e falsa que obteu, devo esclarecer outra vez o seguinte:

Em primeiro lugar, o troço Capelas/Bretanha, que é esse troço que o senhor diz que está atrasado não sei há quantos anos,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Há 10!

O Orador: ... foi efectivamente coordenado com base no saneamento básico que foi feito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não há saneamento básico ali, Sr. Secretário!

O Orador: Saneamento básico é abastecimento de água também.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não há saneamento básico nenhum!

O Orador: É abastecimento de água e para haver abastecimento de água...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade e não só é verdade que houve essa coordenação entre a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

É verdade e tanto tem sido verdade que está lá a câmara a fazer esse abastecimento de água às populações em alguns troços.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E já acabou, Sr. Secretário!

O Orador: Acabou agora. Exactamente ao contrário. A Câmara Municipal de Ponta Delgada se já tivesse feito o abastecimento de água, a empresa não tinha que esperar por isso.

Isso é óbvio. É uma questão lógica.

Se o abastecimento de água tivesse feito, a empresa não tinha que esperar por esse abastecimento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Qual empresa?!

O Orador: A empresa que está a fazer a pavimentação. O senhor está a colocar as coisas ao contrário.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eles não vão deixar a vala aberta porque os senhores não pavimentam!

O Orador: Primeiro se faz o abastecimento de água e depois é que se faz a intervenção. Isso é um total disparate. Não corresponde à verdade.

Mais. Isso é uma conversa parcial de um sistema rodoviário que tem 1500 km.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os senhores não arranjam mais desculpas para não fazer!

O Orador: Como os senhores não têm nada para dizer inventam essas coisas pequeninas que representam a vossa dimensão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho aqui publicamente dizer que é falsa a afirmação do Deputado Jorge Macedo. Nós tivemos contactos com a RAYNAIR, com a AIR Berlim e com a AIR Transavia. Fizemos propostas e eles apresentaram as suas propostas. Até agora ainda não houve um consenso sobre nenhuma destas companhias aéreas. A mais avançada é a AIR Berlim para a Alemanha.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A resposta que o senhor deu foi: “de Londres, não!”

O Orador: Sr. Deputado, ouça para não voltar a dizer mentiras.

Em relação à Inglaterra estamos em negociação com a TUI, que também tem uma “Low-cost” a funcionar. Aliás, a SATA voa para a Holanda, mas voa a ACA Flight para a Terceira, que também é da TUI e é uma “Low-cost”.

Sr. Deputado, acho que aí o senhor tem muito para aprender sobre isso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tenho. E é consigo que vou aprender!!!

O Orador: O senhor ouve uma informação qualquer de uma reunião que tivemos num sítio qualquer e acha que não chegámos a um acordo para proteger a SATA. Mentira!

Haja mais companhias aéreas a voar para os Açores, Sr. Deputado. Venham elas!

É isso que gostaríamos. Só que elas não vêm de graça.

Olhe para a Madeira, para a *EasyJet*. É preciso 2 milhões de euros para a sustentar.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os sistemas de transportes evoluíram muito nas últimas décadas. Um dos aspectos mais significativos dessa evolução tem a ver com a sofisticação dos meios usados e com a diferenciação dos diversos segmentos de mercado os quais, hoje, não são mais miscíveis. Porém, a maior inovação surgida nos transportes, nas últimas décadas, ao nível global, resultou da crescente necessidade de externalização de todo o processo das funções da logística e da distribuição, seja ela de passageiros ou de mercadorias.

Nos tempos que correm, o transporte e a logística não são mais uma questão de músculo mas antes a prestação de um serviço que exige criatividade e imaginação, associadas a elevados níveis de profissionalismo e competência. Por outro lado, portos e aeroportos há muito que deixaram de ser, só e apenas, os locais onde se carregam ou descarregam mercadorias e onde se embarcam ou desembarcam passageiros.

Nos tempos que correm, portos e aeroportos, são ou devem ser, acima de tudo, grandes centros logísticos. Por eles, não apenas circulam inúmeros meios de transporte e fluem inúmeras mercadorias e passageiros, como também, com eles e através deles, se estabelecem intensas trocas de informação, à velocidade que os meios actuais de comunicação proporcionam. São, como já afirmei, imensos espaços reais e virtuais, cujos limites e propriedades vão muito para além dos das respectivas administrações, para se prolongarem por toda a comunidade de "players" envolvidos na actividade e aos quais, incluindo a administração pública, se exige funcionamento

articulado por forma a que, eliminando redundâncias e ineficiências, se atinjam níveis superiores de desempenho.

Devem pois os órgãos de gestão destas importantes infra-estruturas rever o seu papel tradicional já que, por um lado, a repartição de competências dentro da cadeia logística se esbate cada vez mais e, por outro, a eficiência dos serviços prestados já não depende só do que se passa nas suas zonas interiores mas também do que se passa em toda a zona envolvente, sendo esta tanto maior quanto maior for a área de influência da respectiva infra-estrutura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A batalha pela busca da construção de um modelo optimizado que permita conseguir uma melhoria significativa da eficiência global do sistema de transporte, criando uma relação duradoura e ganhadora entre um crescimento económico continuado e um ambiente melhor, só foi possível graças à correcta definição de políticas de desenvolvimento a par da compreensão e da confiança que os açorianos e o sector empresarial privado tem colocado nessas políticas e na governação socialista.

O que faz com que os açorianos e os parceiros sociais reconheçam o sucesso alcançado relativamente ao processo económico o qual, possível porque assente numa parceria estratégica entre Açorianos e Governos Regionais Socialistas, a qual permitiu potenciar os factores endógenos e abandonar o estado de espírito de dependência existente ao tempo da velha senhora e que se traduziu, na prática, na melhoria da produtividade, das condições de vida e no equilíbrio das contas públicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O movimento de passageiros nos aeroportos dos Açores entre 1996 e 2006 cresceu 56,9%, passando de 1.167.175 para 1.831.105, crescimento a que não foi alheio o facto de uma nova geração de políticas para o turismo ter permitido que este introduzisse uma dinâmica diferenciada na economia regional, como o prova o facto de em 1996 o tráfego inter-ilhas corresponder a 55% do total e em 2006 já só corresponder a 47%.

No tráfego inter-ilhas o tarifário de residente, a preços constantes de 2007, entre 1990 e 1996 tinha crescido, em média, mais de 2% ao ano; entre 1996 e 2002

decreceu, em média, mais de 4% ao ano e, para a totalidade do período em análise, 1996 a 2006, apesar do brutal aumento dos combustíveis, decresceu ainda assim, em média, mais de 2% ao ano em todas as rotas.

No tráfego territorial, também a preços constantes de 2007, entre 1996 e 2006, os decréscimos foram em média superiores a 2,5% ao ano e se para o mesmo período contabilizarmos tarifas mais taxas, incluindo a taxa de combustível, já que o que importa ao utente do serviço de transporte aéreo é o total a pagar, ainda assim o decréscimo médio anual continua a ser superior a 1,5%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Numa análise comparativa de duas décadas, a de 1988 a 1997 e a de 1997 a 2006 constata-se que na primeira, a de 1988 a 1997, de governação social democrata, as importações, por via marítima, cresceram 28% e as exportações apenas 4%, evidenciando tratar-se de uma região de importação líquida na qual a relação entre a tonelagem descarregada e carregada é sempre superior a 3 e em média de 3,6. Nesta década apenas duas ilhas, Pico e S. Jorge, viram as suas importações, em termos percentuais, crescerem tanto como as exportações.

Na segunda década, a de 1997 a 2006, de governação socialista, as exportações, em termos percentuais, cresceram mais do que as importações tendo as primeiras crescido 59% enquanto as segundas cresceram 52%. A relação entre a carga descarregada e a carga carregada baixou de 3,6, na década anterior, para 2,9 e ilhas como S. Miguel, Santa Maria, Pico, Faial, Flores e Corvo, já não duas, mas seis, viram as suas exportações, em termos percentuais, crescerem muito mais do que as importações.

Em termos de fretes, desde 1996 que os mesmos tiveram sempre um crescimento nominal negativo, sofrendo actualizações que, para um contentor de 20 pés "normal box", o mais utilizado no tráfego regional, nas ligações Continente/Açores, cresceu em média anual 0,37%. Nas ligações Açores/Continente decresceu 2,29% ao ano e no tráfego inter-ilhas cresceu 0,16% ao ano. Acresce ainda que, fruto das políticas implementadas nesta década de governação socialista, os portos da Região são os mais baratos do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em 1996 o número de passageiros movimentados por via marítima, nos portos da Região, era de 292.541. Em 2006 esse número passou para 435,640 o que corresponde a um acréscimo de 49%. Destes 386.296 (84,5%) foram transportados no tráfego convencional, sendo 336.737 (77%) no Canal Pico/Faial, 31.559 (7%) nas ligações do Triângulo, exceptuando naturalmente o Canal Pico/Faial, e 67.344 (15,5%) transportados nos "ferrys" os quais também transportaram, em 2006, 5.551 de viaturas.

Entre 1988 e 2006, 9 anos, o total de viaturas transportados, no âmbito do contrato de serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, foi de 74.129 e o total de passageiros de 575.002, este último corrigido para menos em 20.000 passageiros, por considerar esse o número de passageiros que, de acordo com os meus cálculos, em 2006, o Expresso das Ilhas terá transportado fora do contrato de serviço público. Tratou-se de um investimento global de 30,4 M€, correspondendo a um investimento por passageiro transportado de cerca de 52€. Se considerarmos o investimento por unidade transportada isto é, passageiros mais viaturas, este baixará para 45.9€. Tratou-se e trata-se de um investimento fundamental na mobilidade e nas mais valias por ela gerada, nesta componente das acessibilidades, a marítima, a única que acrescenta à região a sua verdadeira dimensão insular e arquipelágica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É fundamental pois continuar a apostar fortemente nos transportes, aéreos e marítimos, já que estes assumem papel relevante no processo de desenvolvimento de qualquer região e muito particularmente de uma região periférica e insular como a nossa. Para além da aposta global nos sistemas de transporte, prosseguindo na melhoria da qualidade dos serviços, importa continuar a investir nas infra-estruturas aeroportuárias e portuárias da Região modernizando-as e adequando-as a novos tráfegos e a novas realidades e necessidades.

Com o objectivo de atingir tal meta o Plano Anual para 2008 prevê, para o desenvolvimento do transporte aéreo um investimento total de 37.820.000 euros, sendo 22.095.000 euros do plano e 15.725.000 euros de outros fundos, mantendo-se o apoio ao serviço público de transporte aéreo inter-ilhas e os encargos inerentes à

gestão dos aeroportos e aeródromos regionais, merecendo particular destaque a conclusão do projecto e início da empreitada de ampliação e alargamento da pista do Aeródromo de S. Jorge, a conclusão da terceira fase de requalificação e modernização da Aerogare Civil das Lajes e a conclusão das obras e instalação de equipamentos no aeroporto do Pico.

Para a consolidação e modernização dos transportes marítimos, prevê o Plano Anual para 2008 um investimento de 94.735.000 euros, sendo 39.206.750 euros do plano e 55.528.250 euros de outros fundos, sendo de realçar a construção de dois navios "ferrys" para o transporte de passageiros e viaturas inter-ilhas, a conclusão do terminal marítimo de cruzeiros de Ponta Delgada, a conclusão da empreitada de ampliação do parque de contentores e construção de novo acesso ao porto das Velas, a requalificação do porto comercial da Graciosa e o reordenamento dos portos da Horta e da Madalena bem como, a construção dos núcleos de recreio náutico da Madalena e das Lajes das Flores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em termos de acessibilidades estas obras, em algumas das principais infra-estruturas aeroportuárias e portuárias da Região, permitirão uma oferta de condições de base que garantem maior competitividade e atractividade a par de melhores condições de operacionalidade e de segurança.

Contrariamente ao que afirmam os campeões da irresponsabilidade e do disparate, não somos os campeões do desperdício, da resignação ou do tempo perdido; somos antes os campeões da obra feita em prol do desenvolvimento económico dos Açores e da melhoria dos níveis de conforto e bem-estar dos Açorianos como aliás eles muito bem reconhecem.

Disse!

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(Neste momento o Sr. Presidente da ALRAA foi substituído na Mesa pelo Vice-Presidente da Assembleia, Deputado Costa Pereira)

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na continuidade da estratégia definida pelos Governos do Partido Socialista para a área dos Assuntos Sociais, o Plano e Orçamento para 2008 visa a consolidação e o reforço do bem-estar e da qualidade de vida de todos os Açorianos:

No âmbito do **Plano Regional para o Desenvolvimento das Políticas Sociais Activas**, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, implementou um conjunto de iniciativas reformadoras no último ano, que realço:

- A implementação da **Rede de Apoio Integrado à Pessoa com Necessidades Especiais na Terceira**, que procura promover um conjunto de respostas no sentido da melhoria das acessibilidades e do respeito pela diferença;

- Iniciámos o processo de formalização do **Centro de Promoção, Formação e Acompanhamento das Amas na Terceira**, que mediante uma certificação específica tem por objectivo enquadrar legalmente a actividade, promover o seu acompanhamento contínuo e actualizar os seus conhecimentos através da formação e de acções de capacitação complementares sobre o desenvolvimento da criança.

Em São Miguel estão actualmente certificadas 39 amas que dão já resposta a cerca de 154 crianças.

- Iniciámos a formação a técnicos, colaboradores directos e dirigentes das instituições que têm acordo com a Segurança Social, na área do acolhimento institucional, procurando garantir a máxima eficiência, eficácia e qualidade no acolhimento das crianças e na relação com as famílias;

- Iniciámos nos diversos equipamentos, o programa de rastreio precoce introduzindo a **Ficha de Rastreio Precoce** de crianças com necessidades especiais ou em situação de risco, ao nível do desenvolvimento, educação e saúde, procurando desde cedo melhorar as condições de estimulação sócio-educativa e de relacionamento sócio-

familiar, prevenindo situações futuras de dificuldades de aprendizagem e de maus tratos;

- Concretizámos ao nível da **Rede Regional de Equipamentos Sociais**, os investimentos que destacamos: Creche e Jardim-de-Infância da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, Creche da Associação da Mãe de Deus, Creche e Jardim-de-Infância do Centro Social e Paroquial da Fajã de Baixo, ATL e CAO do Nordeste (em conclusão), Lar de Idosos da Lagoa (a inaugurar brevemente) e a ampliação, remodelação e equipamento do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico.

O Plano de Investimentos para 2008 pretende dar continuidade à política na área da **“infância e juventude”**, através da construção e remodelação de um conjunto de equipamentos, designadamente creches e jardins-de-infância, sendo de destacar as creches de São João de Deus, São Pedro (PDL), do Pico da Pedra, dos Arrifes, das Capelas, da Atalhada (Lagoa), de Santa Cruz da Graciosa, da Praia da Vitória, da Horta e dos Flamengos.

Para além destas importa referir a conclusão de dois Lares dirigidos pela Obra Social Madre Maria Clara, na Candelária, ilha do Pico e na Povoação,

Nos Açores continuaremos a pugnar pela construção de uma política de protecção social das crianças, assente em medidas transversais preventivas e reactivas, naquilo que diz respeito:

- ao reforço da intervenção social diferenciada junto de todas as famílias com crianças em situação de vulnerabilidade social, introduzindo a discriminação positiva através de um conjunto de respostas específicas que integrem a Habitação, a Educação e a Saúde com o objectivo claro do combate à reprodução inter-geracional da pobreza;

- ao investimento, requalificação e flexibilização de respostas para a primeira infância ao nível dos equipamentos, reforçando o número de vagas em creche e amas permitindo uma resposta dirigida às necessidades de conciliação entre a vida familiar e o trabalho, um maior apoio às famílias carenciadas na procura de novas formas de qualificação e na busca activa de emprego, principalmente as mulheres cujo rendimento contribuirá para um melhor nível de vida da família;

- ao processo contínuo de melhoria das metodologias, instrumentos e equipamentos institucionais que têm por objectivo a defesa do interesse superior da criança, em particular aquelas que se encontrem, por qualquer motivo, privadas de um ambiente familiar normal, temporária ou permanentemente, procurando alternativas que garantam prioritariamente a prevalência da família em qualquer medida de promoção e protecção de crianças e jovens em risco.

O Governo dirige também a sua acção à integração familiar, apoiando e acompanhando as famílias biológicas, nucleares e alargadas, no sentido de potenciar as suas capacidades, responsabilidades e recursos, de modo a evitar o acolhimento institucional ou reduzir a sua duração.

Nesta área é inquestionável a evolução e a capacidade de acolhimento das estruturas financiadas pelo Governo Regional, quer ao nível qualitativo, quer ao nível quantitativo, estando previsto um investimento de **3.261.000 €**, no Plano de investimento em discussão.

Na área dos equipamentos de **apoio à deficiência** estão previstas 7 iniciativas de entre as quais se destacam:

A conclusão dos CAO's de Vila do Porto e da Associação Cristã da Mocidade, em Angra do Heroísmo, e o início dos de Vila Franca, Ribeira Grande e Maia, totalizando o investimento nesta área em **4.555.000€**.

No **apoio aos idosos**, daremos seguimento ao processo de reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo, na Terceira, à construção dos Lares de Idosos das Lajes das Flores, das Lajes do Pico e de Rabo de Peixe; à ampliação do Lar de Idosos da Povoação e do Lar D. Pedro V, na Praia da Vitória, e do Serviço de Apoio Domiciliário de Vila Franca do Campo, a que corresponde um investimento previsto de **3.925.000€**.

Importa também referir o apoio para a execução de infra-estruturas, como polivalentes e edifícios para serviços e outros fins no valor de **3.800.000 €**.

No âmbito do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, o Governo dos Açores levou a efeito um Congresso Internacional.

Igualdade de Culturas, Igualdade de Género, Igualdade de Direitos, Igualdade de Acessibilidades e Mobilidades, Igualdade de Acesso à Educação, Novas Tecnologias

e Emprego foram áreas de trabalho e propostas no decurso dos trabalhos do Congresso.

A par do Congresso apoiámos financeiramente projectos de associações e instituições para a celebração das comemorações deste Ano. O Governo dos Açores propõe-se elaborar e apresentar no 1 semestre de 2008, o **Plano da Igualdade de Oportunidades**, que incluirá três grandes áreas estratégicas de intervenção: *Género, Necessidades Especiais e Cidadãos com Graves Riscos de Exclusão Social*.

O investimento público previsto nas áreas da Solidariedade, Segurança Social e Igualdade de Oportunidades será de **17.531.000,00 €**.

No âmbito da prevenção e tratamento de **Comportamentos de Risco**, o Governo Regional tem vindo a implementar um plano de acções estruturantes, na sequência dos objectivos definidos no Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Droga.

Na **prevenção**, têm sido desenvolvidas várias Campanhas dirigidas à população em geral e a grupos específicos das comunidades. Promovemos a participação efectiva, provocamos o debate público, a sensibilização e a formação da população, de agentes específicos na área da saúde, do serviço social, das forças de segurança a par de outras intervenções junto de instituições e do poder local, com o objectivo de serem criadas redes de parcerias e co-responsabilização nesta tarefa.

Prova disso, são as inúmeras participações de pessoas que têm aderido à formação que lhes temos proposto e que rondam o número efectivo de 3.500.

A campanha “*Ondinha Prevenido, Verão Divertido*” dirigida a crianças, “*Vicia+te na Vida*”, dirigida a jovens, o “Futebol de Rua” dirigido a pessoas excluídas, bem como as campanhas de Luta contra o Tabaco e de Luta contra o Tabaco em Meio Laboral, levam não apenas a divulgação, mas a formação e a participação efectiva. Estas campanhas já envolveram 15.000 pessoas, número que consideramos significativo.

Temos dedicado uma atenção especial às escolas, onde temos privilegiado a formação de alunos e de professores, com os programas específicos “*Droga, Educar para Prevenir*” e “*Viagens Perigosas*”, onde se regista uma percentagem de adesão

por parte dos alunos acima dos 55%.

Ainda no sentido de auscultar o sentir dos alunos e da sua efectiva participação na construção de opiniões próprias e assertivas, lançaremos o projecto “*Escrever, Comunicar, Prevenir*”, que será uma forma de trabalhar competências através da partilha de mensagens.

Pretendemos, ainda, dar uma resposta mais abrangente ao alargar o âmbito de intervenção na Prevenção e na Redução de Danos, concretamente, com campanhas contra o álcool, o tabaco e as drogas ilícitas, através da “Campanha 100%cool” e “Campanha Saúde, não arrisques”.

Na **formação** tivemos uma adesão de 1.000 técnicos - do serviço de saúde, do serviço social, das forças de segurança, disponibilizando formações específicas e estágios de formação.

Relevamos, aqui, de uma forma especial a formação que tem sido dirigida especificamente a 106 médicos, no âmbito das terapias medicamentosas, bem como a realização de um Seminário sobre o tratamento de substituição onde participaram 40 profissionais de saúde.

Ao nível do **tratamento** pretendemos consolidar as estruturas já existentes, disponibilizando-lhes o apoio próprio para que desempenhem as suas competências e sirvam as necessidades reais da população.

No âmbito da **investigação** contaremos com os dados finais do “*Estudo da Cultura Recreativa como Instrumento para a Prevenção de Comportamentos de Risco*”, feito em parceria com o Instituto Europeu para o Estudo dos Factores de Risco e Protecção em Crianças e Adolescentes, que irá permitir uma melhor compreensão do fenómeno da noite e espaços recreativos entre os jovens. Este é um estudo de âmbito Europeu no qual participam 8 países da Europa e 12 cidades Portuguesas, onde se incluem Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

É de realçar também o incentivo e apoio concedido às Autarquias Locais na elaboração dos seus Planos Municipais de Prevenção, dada a necessidade de um maior envolvimento neste âmbito.

Contam já com os seus Planos Municipais de Prevenção quatro autarquias: Câmara Municipal de Lagoa, Câmara Municipal de Ribeira Grande, Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e Câmara Municipal da Horta.

Deputada Mariana Matos (PS): Muito bem!

O Orador: As Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória estão em fase de efectivação dos seus planos.

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No âmbito do **Serviço Regional de Saúde** é evidente o enorme esforço de investimento realizado pelo Governo Regional nesta área, com continuidade neste Plano.

No que diz respeito à Construção de Novas Infra-Estruturas o processo do concurso público internacional de concepção, construção, gestão e manutenção do edifício do **Novo Hospital da Ilha Terceira** está a decorrer de acordo com a calendarização programada, prevendo-se que a sua adjudicação ocorra em Junho de 2008.

Os processos dos novos **Centros de Saúde da Graciosa e da Madalena do Pico** encontram-se neste momento na fase de desenvolvimento detalhado dos programas funcionais e de preparação de todas as peças que permitirão lançar os respectivos concursos públicos internacionais.

Quanto ao **Centro de Saúde de Ponta Delgada** e tendo a comissão de escolha dos terrenos entregue o respectivo relatório no corrente mês, prevê-se que após análise cuidada e detalhada do mesmo, até ao final do corrente ano seja anunciada a futura localização, assim como, iniciados todos os processos conducentes a possibilitar o lançamento do concurso para a sua construção no último trimestre de 2008.

O processo de reconstrução do **Bloco C do Hospital da Horta**, encontra-se neste momento em fase de concurso para apresentação de propostas para a elaboração do projecto de construção, estando prevista a abertura das mesmas no próximo dia 10 de Dezembro.

Cabe também destacar o processo relativo à Parceria Público Privada relativa à **Unidade de Radioterapia**, cujo processo se pretende lançar em 2008, e que indubitavelmente representará um salto qualitativo e um incremento na melhoria da

prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde. Pretende, o Governo dos Açores atenuar todos os impactos, nomeadamente sociais, que estes tratamentos acarretam quer aos doentes quer aos familiares, evitando, assim deslocações e estadias prolongadas no Continente.

Na Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde, o Governo quer continuar com a aposta na qualificação e reabilitação das infra-estruturas existentes, melhorando as condições efectivas dos locais onde são prestados cuidados de saúde aos Açorianos.

A **actualização e qualificação dos profissionais** do Serviço Regional de Saúde são uma das apostas dos Governos do Partido Socialista, que tem permitido o aumento do nível dos cuidados de saúde dos Açorianos, que é reflectida pela confiança demonstrada no Serviço Regional de Saúde. Vamos continuar a promover o reforço e aperfeiçoamento da formação e diferenciação, bem como apoiar cursos bi-etápicos para a licenciatura dos técnicos de diagnóstico e terapêutica.

A consolidação das **políticas de incentivos à formação e captação de novos recursos humanos** nas diversas áreas da saúde foi e é uma aposta ganhadora do Governo do Partido Socialista, facto este que se reflecte pelo aumento significativo do número de bolseiros nos cursos de Medicina – 130, actualmente, 7 em Medicina Dentária e 53 em TDT, para além dos 90 bolseiros na formação específica.

No reforço das políticas de captação de mais recursos e com o objectivo de promover a melhoria de cobertura e acessibilidade dos Açorianos a cuidados de saúde, o Governo Regional aprovou o Decreto Regulamentar Regional nº 25/2007/A, de 1 de Novembro, que prevê **novas medidas de incentivos à fixação de médicos de Medicina Geral e Familiar**.

A operacionalização dos **Programas Regionais de Saúde** tem sido fundamental no âmbito da promoção da saúde e prevenção da doença da população Açoriana.

Assim, e considerando a importância que este documento tem assumido, no âmbito do planeamento e definição de estratégias de prevenção, o Governo já iniciou os trabalhos de desenvolvimento do próximo Plano Regional de Saúde 2008-2013, que se prevê que esteja concluído, entregue e aprovado até ao final do 1 semestre de 2008.

A **central de compras** do SRS já permitiu obter ganhos significativos no âmbito da redução da despesa com a centralização do concurso de prestação de serviços domiciliários de ventiloterapia, da aquisição de mobiliário hospitalar específico, de viaturas para as unidades de saúde que permitiu uma poupança de cerca de 2.000.000,00€. Seguir-se-ão outros concursos centralizados, referindo a título de exemplo, o da aquisição dos contraceptivos orais.

A **informatização do SRS**, projecto considerado estruturante pelo Governo Regional, é, hoje, um projecto sólido que brevemente começará a dar os primeiros frutos, nomeadamente, com a entrada em vigor do sistema produtivo do módulo de recenseamento de utentes e com a implementação gradual e faseada dos novos sistemas de informação clínica e de gestão nas unidades de saúde, durante o ano de 2008.

O **Portal da Saúde** a desenvolver no âmbito do Portal do Governo Regional será uma realidade em 2008, prevendo-se, desta forma, melhorar os canais de comunicação e acessibilidade dos cidadãos à informação.

Com a obrigatoriedade de recenseamento de todos os utentes do SRS e com o protocolo que será celebrado com a Associação Nacional de Farmácias, no primeiro trimestre de 2008, será possível a qualquer Açoriano identificar-se perante as farmácias com o seu número de utente do SRS.

A transformação dos Hospitais Regionais em **Entidades Públicas Empresariais** provocou a introdução de novos mecanismos de planeamento, de modificações, inovações e a maximização dos recursos disponíveis, factos estes que se irão reflectir, necessariamente, na melhoria da prestação de cuidados e na racionalização dos meios disponíveis, permitindo ganhos acrescidos em saúde.

Posso anunciar que os contratos-programa com os 3 Hospitais estão assinados, e iniciar-se-á a negociação do plano de negócios com previsão a 5 anos.

O Governo consolidará a recuperação de listas de espera, em 2008, com o **Programa de Melhoria da Acessibilidade**.

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, no ano de 2008, apresenta o maior plano de investimentos de sempre para a área da Saúde — **20.606.358,00€**, prosseguindo, assim, a tendência de evolução dos últimos anos.

Mesmo assim, estamos conscientes que somos confrontados diária e permanentemente com novas estratégias de saúde, novas evidências, novos desafios e novas exigências.

Obrigam-nos a todos, a maior responsabilidade individual e colectiva para salvaguarda da nossa saúde e na utilização criteriosa de todos os recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis no SRS.

Promoveremos, assim, mais Protecção Social, melhor Saúde Pública.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos para debate as Sras. Deputadas Maria José Duarte, Fernanda Mendes, os Srs. Deputados Artur Lima e Rogério Veiros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

De acordo com os dados do Relatório de Segurança Interna de 2006, os Açores é a terceira região do país (repito: é a terceira região do país!) com mais crimes de violência doméstica anunciados, atrás unicamente de Lisboa e do Porto.

Nos Açores, os crimes de violência doméstica representam 10% do total dos crimes na Região, com um registo que representa em termos médios uma queixa por cada 10 horas.

Recentemente o Governo da República apresentou o terceiro Plano Nacional Contra a Violência Doméstica onde estão definidas estratégias até 2010.

Neste sentido, Sr. Secretário, gostaríamos de saber se o Governo Regional à semelhança do Governo da República, pretende elaborar e pôr em prática o Plano Regional Contra a Violência Doméstica e em caso afirmativo gostaríamos de saber para quando.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Plano e ao Orçamento cujas linhas gerais foram aqui apresentadas pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais gostaria de realçar aspectos importantes relacionados com alguns projectos e acções neles contemplados.

A propósito deste Plano e Orçamento têm sido referidas, nomeadamente pelo PSD, inverdades.

No que diz respeito às questões relacionadas com os apoios, nomeadamente os incentivos, dizendo que esses existem desde 1988 e por iniciativa do PSD, é uma inverdade. Foi um trabalho mal feito do PSD.

Está aqui, o Sr. Secretário Regional que na altura era o responsável pela Saúde - há um desfasamento de 10 anos, em vez de ser 88 devia dizer 98. O Sr. Deputado enganou-se! O PSD enganou-se!

Havia uma Resolução que tinha elencada uma série de incentivos para fixação de médicos de Medicina Geral e Familiar na Região.

O que o PS fez nesta altura, através de um Decreto Regulamentar, foi majorar os incentivos já estabelecidos. Foi o que sucedeu. Esta é a verdade.

Portanto, pedia aos Srs. Deputados, nomeadamente ao Sr. Deputado Pedro Gomes que fizesse o seu trabalho de casa, como referiu o Sr. Deputado Mark Marques ontem...

Deputado Mark Marques (PSD): Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Oradora: ... que há deputados que fazem o trabalho de casa... Neste caso o trabalho, não foi bem feito.

Outra questão que é uma inverdade é referir que não foram efectuados (e está aqui escrito pelo Sr. Deputado Pedro Gomes) os contratos-programa com os hospitais. Há uma grande confusão.

O que ainda não foi efectuado, porque está em negociações e vai ser efectuado é o denominado plano de negócios a 5 anos para os hospitais EPE, ou seja, o plano de actividades para 5 anos.

Há aqui uma confusão. Há aqui uma inverdade e um mau trabalho de casa efectuado. Não foi feito o trabalho de casa como deveria ser.

Outra questão que queria colocar, e esta nasce das minhas memórias: afinal o PSD tem história ou não?

A verdade é que quando refere que para resolver a questão da acessibilidade em clínica geral - falamos em médicos de família - faz uma proposta de aumentar a lista de 1500 para 2000 utentes, sabe quando é que o PSD fez essa proposta?

Fez essa proposta em 1993. E por que é que sei isto tão claramente? Porque na altura era Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores e, muito bem, o então Secretário Regional pediu um parecer à Ordem dos Médicos.

Em 1991, existiam...

Deputado Pedro Gomes (PSD): A Sra. Deputada não fez o trabalho de casa. Tenho muito gosto em lhe explicar!

A Oradora: ... 131 médicos de clínica geral; em 1993 havia uma saída muito grande dos médicos de clínica geral para fora da Região. Tanto é assim que em 1996 eram 115. De 131 passaram para 115!

É claro que isso preocupou, na altura, o Governo do PSD que tentou resolver o problema através do aumento da lista dos utentes por médico de família.

A verdade é que não houve nenhum impedimento da Ordem dos Médicos no sentido do parecer efectuado. Desde que fosse uma opção individual de cada médico, isso poderia acontecer.

Não resultou. Porquê? Porque os médicos não aceitaram a proposta.

Eu só quero salientar é que afinal a tal proposta de solução inovadora é uma proposta de 1993, que não tem inovação nenhuma e que já provou que não resulta.

Portanto, isto é uma questão de trabalho, de memória e o PSD também tem que ter a sua memória.

Gostaria ainda de salientar algo, também importante. É que a questão dos médicos de medicina geral e familiar, é um problema, como viram, bastante antigo. Houve uma sangria de médicos de clínica geral na altura do PSD, que o preocupou (eu sou testemunha disso), mas não foi possível resolve-la, porque não existindo médicos de

família suficientes no país, a Região, na altura, também não conseguiu dar incentivos que se sobrepusessem aos que existiam lá fora.

Portanto, a memória é algo fundamental para compreendermos as questões.

O que quero dizer é que, afinal, o PS tem trabalhado no sentido de minorar esta questão, lenta e progressivamente vem conseguindo resultados, porque se em 1996 eram 115 médicos, hoje são 121. Mas mais do que isso. Sabe quantos internos da especialidade de Medicina Geral e Familiar temos hoje? 16! Este é o melhor sinal da recuperação do tecido desta área.

Quer se queira, quer não, esta verdade é a verdade dos números!

Mas não fiquemos só por aqui.

Eu gostaria que o Sr. Deputado Pedro Gomes me explicasse uma proposta, porque não a entendi. Diz assim:

“Os 1500 utentes passavam para 2000 e eliminava-se o regime de exclusividade desses profissionais (...) contratualizando com o sector privado um alargamento adicional de utentes”.

Por um lado, só tem exclusividade quem tem aumento do horário do trabalho. Então eu diminuía o horário de trabalho dos médicos e acrescentava-lhes utentes na lista. Não compreendo!

Depois, para completar, “deveria haver uma profunda alteração ao nível do modelo de gestão. A gestão dos Centros de Saúde passaria a ser parcerias público-privadas”.

Eu não compreendo este modelo, por isso gostaria que me fosse explicado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo exactamente pela última parte.

Fico satisfeito, Sr. Deputado Pedro Gomes, após o nosso debate sobre saúde, outro dia na televisão, que venha no sentido daquilo que o CDS/PP há muito defende e propôs já publicamente. Propôs publicamente o seguinte, que gostaria que o Governo considerasse, porque o CDS/PP vai apresentar aqui uma iniciativa nesse sentido. É muito fácil ver as coisas.

Somos 116 médicos de família na Região. Há 80 mil açorianos sem médicos de família. A regra é simples. É convencer 80 desses médicos a aceitarem mais 1000 doentes na sua lista.

Há maneiras de o fazer e vamos propô-lo.

Fomos inovadores e vamos continuar a ser.

É possível fazer isso e vamos fazer.

E é possível, Sr. Secretário, no sistema de incentivos que foi agora criado, alargá-lo a esse sistema.

Devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que é sempre bom termos razão e muitas vezes antes do tempo, como aconteceu. Tenho aqui cópia do Diário das Sessões em que em 2005 já propúnhamos incentivos aos médicos de clínica geral e medicina geral e familiar.

V. Exa. dizia numa primeira fase que não é só criar incentivos.

Depois, Sr. Secretário, num outro debate, em que insisti nos incentivos, V. Exa. dizia:

“É preciso ter cuidado com os incentivos para não criar desigualdades com os colegas de cá.”

Tínhamos razão, Sr. Secretário, porque vejo agora que V. Exa. apresenta um projecto, e ainda bem, a criar incentivos aos médicos de medicina geral e familiar. Ainda bem que o fez, mas já o podia ter feito há 2 anos. Mas está feito, está feito! Ainda bem!

Poderia ainda, Sr. Secretário, ter ido um pouco mais longe, porque repare numa coisa: o Governo dá 1000 mil euros de incentivo para se ser Presidente do Conselho Executivo de uma escola. E dá 800 euros a um médico de medicina geral e familiar.

Depois, Sr. Secretário, acho que falta acautelar ali uma coisa. E se o senhor doutor não cumprir? Não está acautelado nesta proposta.

Devo também, a respeito das vagas de especialidade do concurso deste ano, reconhecer o esforço que o Governo fez para trazer o Governo da República à razão, porque nos tinha atribuído apenas 9 vagas e mais uma de medicina geral e familiar no concurso B. Portanto, eram 9.

O Governo, e muito bem, exigiu da República aquilo a que os Açores têm direito.

Sr. Secretário, o problema está aqui. É na eficiência dos serviços.

Quem é que foi representar a Região nestas negociações e entrou para lá mudo e saiu calado?

Temos que pôr nestas negociações gente dos conselhos de administração dos hospitais. Não foram eles que foram lá. Foi um representante da sua secretaria que entrou para lá mudo e saiu calado. Portanto, a culpa, Sr. Secretário, destas 9 vagas ...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Olhe que não!

O Orador: Não esteja a dizer que não, porque sei que é.

... é da má gestão do serviço, que o senhor sabe muito bem qual é, e vai dizer aqui.

Quem é que representou a Região nesta defesa das vagas de especialidade, que os hospitais fizeram os pedidos à sua Secretaria, que o senhor muito bem despachou para o serviço competente e o serviço foi lá, ouviu, comeu e calou?

Isso não podemos admitir, Sr. Secretário.

Outro assunto, o combate às listas de espera.

Eu fiz-lhe um requerimento em 2005, sobre o serviço de estomatologia do Hospital de Angra. Vou dizer-lhe em que é que aquilo se encontra.

Segunda-feira de manhã folga um dos três que estão lá; na Terça de manhã há outro que não trabalha e na Quarta-Feira de manhã o terceiro não trabalha. Três manhãs sem fazerem nada! Na Quarta-Feira à tarde ninguém trabalha. Na Sexta-Feira à tarde, ninguém trabalha.

Sr. Secretário, vamos resolver este assunto. Isto é inadmissível. É isto que cria listas de espera, Sr. Secretário, a ineficiência do serviço. O serviço tem que ser eficiente. Esta gente tem um horário de 35 horas e uma prevenção. Admite-se isto?

Não podemos admitir isto, Sr. Secretário. Não podemos admitir que isto se passe na nossa Região Autónoma dos Açores.

Uma outra proposta que lhe fiz o ano passado, como V. Exa. bem se lembra, foi agregar as famílias no mesmo médico de família. Ainda não está feito Sr. Secretário. Tem que se fazer.

Vou contar-lhe um caso engraçado de um casal em que o marido tem um médico da família e a esposa tem outro médico. A esposa foi com o marido ao médico de família do respectivo. Ela estava doente e tinha consulta para o seu médico de família 3 meses depois. O médico de família do marido passou os exames complementares

de diagnóstico à senhora, que, entretanto, foi à consulta da sua médica e ela, Sr. Secretário, recusou-se a ver os exames porque tinham sido passados pelo colega da porta ao lado. Não podemos admitir isso. Conheço pelo menos dois casos neste sentido.

Também não podemos admitir, Sr. Secretário que ainda hoje em dia no Centro de Saúde de Angra se continue a fazer fila de espera de madrugada para esperar por uma consulta.

A consulta de apoio não deve ser feita apenas por 15 Sr. Secretário. Têm que ser todos a fazer consulta de apoio. Também já lhe disse isso, Sr. Secretário, mas parece que não vamos conseguir. São coisas simples, muito simples de se fazer. As listas de espera não se gerem só com dinheiro. Quem pensar isso está profundamente enganado. Gerem-se no dia-a-dia, na gestão eficiente do serviço.

Por último, Sr. Secretário, e como este é o último Plano e Orçamento desta Legislatura, quero lamentar que a telemedicina ainda seja uma miragem.

Para já, fico-me por aqui.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, tendo em conta a importância do trabalho que está a ser feito neste momento, e é um trabalho difícil, longo de planear, com muita coisa por fazer mas de importância muito elevada para o Serviço Regional de Saúde, gostaria de saber em que ponto é que estamos na informatização do Serviço Regional de Saúde?

No que se refere a algumas questões relevantes apresentadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, gostava de lhe dizer que efectivamente a informatização do Serviço Regional de Saúde irá nos permitir ter graus de produtividade e informação mais precisa e concreta sobre a produtividade dos diferentes clínicos e dos diferentes médicos, mas como sabe o Governo também tem informações sobre essa matéria. O Sr. Secretário, a determinada altura, já apresentou aqui a produtividade de muitos médicos, embora tenho havido uma má reacção.

De qualquer das formas, gostaria de lhe dizer que no que diz respeito aos casos em concreto e ao caso do casal A ou do casal B, era importante que essa informação fosse dada em concreto. No devido lugar, existem meios e documentos para isso, para fazer chegar à tutela e a tutela tomar as providências que tem que tomar sobre essa matéria.

Não vale só vir aqui dizer que há um caso de um casal. É preciso dizer em que centro de saúde é que isso aconteceu, como é que isso aconteceu, para que sejam tomadas as providências que são necessárias tomar nessa matéria.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Maria José Duarte:

Relativamente à questão que me colocou, com certeza que uma das preocupações na área das políticas sociais do Governo tem a ver com a violência doméstica.

Neste âmbito, para além daquilo que já foi aqui anunciado, a criação do Plano de Igualdade de Oportunidades, em que prevê uma acção específica nesse âmbito, criámos os Centros de Atendimentos para as Mulheres Vítima de Violência, temos o SOS Vítimas e um plano destinado ao trabalho dirigido especificamente às situações e àqueles que são identificados como agressores na tentativa de intervir e de alterar este tipo de comportamento.

Estamos numa fase em que temos um estudo dirigido especificamente à violência doméstica no sentido de podermos criar novas intervenções, novas acções, novas estratégias e novas condições de protecção às mulheres vítimas de violência, sobretudo sob o ponto de vista da formação, sob o ponto de vista de maior capacitação e qualificação para tentar que estas mulheres consigam, por um lado, ultrapassar esta dificuldade e, por outro, conseguir entrar no seu mercado de trabalho e terem capacidade para melhorarem os rendimentos das suas famílias não estando directamente dependentes do eventual agressor.

Este é um dos nossos grandes objectivos e que se irá reflectir, além destas iniciativas que já temos, no próprio plano de Igualdade de Oportunidades.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Não é especificamente um plano!

O Orador: Disse que iremos apresentar até ao primeiro semestre deste ano o Plano de Igualdade de Oportunidades onde isso está contemplado.

Sr. Deputado Artur Lima, comungo consigo de algumas das suas preocupações e afirmações que são pertinentes, que são correctas, que já aqui foram levantadas e que já reconheci que tinha razão. O que lhe quero dizer é o seguinte:

O Governo tem feito um grande esforço no sentido de recortar o máximo de médicos da área de clínica geral e medicina familiar.

Neste momento posso dizer-lhe, como já disse a Sra. Deputada Fernanda Mendes, temos 16 internos, que é o maior número, e em Janeiro entram mais 3, ficam 19. Se somarmos aos 121 médicos que temos nesta especialidade, damos um salto de alguma maneira qualitativo e quantitativo para tentar ultrapassar esta dificuldade na acessibilidade aos médicos de clínica geral.

Quanto às vagas da especialidade, gostaria de lhe dizer o seguinte:

As vagas são discutidas através da Comissão Regional do Internato Médico dos Açores, que tem um representante. Depois há as reuniões com os responsáveis pela formação de todas as Unidades de Saúde, juntamente com a Direcção Regional da Saúde, que depois passa para a Comissão Nacional do Internato Médico e posteriormente para o Ministério da Saúde.

Posso dizer-lhe que, relativamente à questão dos actuais internatos, conseguimos inverter aquilo que até então nos tinha sido atribuído. Seguindo a mesma metodologia que seguimos todos os anos, a Comissão Regional do Internato Médico dos Açores com a Sra. Directora Regional da Saúde, com os senhores representantes da formação de todas as Unidades de Saúde de Hospitais e Centros de Saúde, reuniram no dia 7 de Março de 2007 e definiram quais eram as especialidades que deveriam ser propostas à Comissão Nacional do Internato Médico.

No dia 20 de Abril de 2007, a Direcção Regional da Saúde com base no que tinha sido decidido no âmbito da Comissão Regional do Internato Médico dos Açores,

dirigiu ao Presidente da Comissão Nacional dos Internatos Médicos a listagem das especialidades que deveriam ser contempladas para o Serviço Regional de Saúde.

Saiu a listagem, como o Sr. Deputado sabe e disse muito bem, que obrigou a que o Governo tivesse uma intervenção muito activa e muito assertiva junto do Governo da República para ganhar mais 17 vagas no sentido de vir satisfazer os nossos anseios, embora tenhamos que reconhecer que se poderia ter ido um pouco mais além, mas para quem tinha 8 e passou para 25, penso que nesta fase foi uma boa vitória e vamos de imediato, juntamente com quem tem agora a responsabilidade de gerir estes processos, definir a capacidade formativa dos serviços da Região para que contemplem as nossas necessidades sempre que elas forem propostas pela Região.

Quanto à questão que me pôs relativamente a tentar recuperar as listas de espera dos cidadãos que não têm médico, dividindo ou reafectando, já propusemos aos Conselhos de Administração dos Serviços de Saúde que têm essa maior dificuldade a remuneração experimental, horas extraordinárias, alargamento do horário de funcionamento dos serviços para dar uma melhor resposta. É evidente que é preciso os profissionais de saúde aceitarem esse sistema de trabalho. Se não aceitarem nos não podemos impor.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já disse isso o ano passado!

O Orador: Portanto, estamos disponíveis. Já dissemos que apoiaremos, quer a abertura e o alargamento do horário de funcionamento dos Centros de Saúde, quer qualquer regime que nos seja proposto para ultrapassar esta dificuldade.

Vamos continuar a insistir, a tentar sensibilizar esses profissionais de saúde para esta problemática, porque como sabe, na Região, os médicos de clínica geral, contrariamente àquilo que se diz, a maioria já tem mais de 2000 utentes na sua lista, principalmente nas zonas mais carenciadas têm 2000/2100 utentes na lista, quando a Portaria 73/90 diz que “cerca de 1500”.

Também é preciso lembrar nesta casa que já em tempos foi apresentado um projecto para alargar as listas de espera, um projecto que o PSD apresentou e que não vingou porque, entretanto, foi considerado inconstitucional em face do 73/90 que definia o número de utentes por médico e o Sr. Ministro da República vetou esse projecto.

De qualquer dos modos, relativamente à questão de associar famílias no mesmo médico, sou o primeiro apologista para essa situação, mas vou recuar um bocadinho no tempo para explicar que, contrariamente à filosofia da implementação do médico de família no Continente, na Região foi ao contrário, porque foram dadas orientações de que as inscrições não eram por famílias, mas sim individuais.

O que aconteceu é aquilo que estamos a verificar, embora muitos centros de saúde tenham tido o bom senso de ter permitido numa determinada fase, e de acordo com os médicos, abrir as listas e permitir a permuta das famílias de uns médicos para outros no sentido de agregar e congregar um maior número possível de famílias no mesmo médico. Mas ainda hoje temos situações em que os elementos dos agregados familiares estão dispersos por este ou por aquele outro médico, mas tudo se fará para continuar a permitir esta permuta e congregar no mesmo médico as suas famílias.

Quanto à questão das listas de espera na situação que referiu da estomatologia, com os dados que me acabou de referir, que não eram aqueles que eu tinha na minha posse, garanto-lhe que vou averiguar e vou solicitar que haja uma intervenção nessa matéria.

Quanto à questão das filas de espera também estou de acordo consigo. É condenável. Ontem dei orientações ao Centro de Saúde de Angra e à Sra. Directora Regional da Saúde para tomar medidas imediatas para se acabar com essa situação, nem que seja com um outro esquema alternativa, que se altere para a tarde, ou para outro regime, mas o que é preciso é acabar imediatamente com isso porque hoje o que queremos é a dignidade, é a qualidade das situações. Não queremos mais este tipo de situação.

Quanto à telemedicina Sr. Deputado, posso dizer que é um projecto que está inserido na informatização do Serviço Regional de Saúde, no módus, que vão ser implementados à medida que essa implementação for decorrendo com os prazos que temos vindo aqui a anunciar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Continuando nos esclarecimentos e porque os incentivos em relação à fixação dos médicos de medicina geral e familiar é um tema bastante importante, gostaria de referir que quando se fala que foram majorados os incentivos, e para que se tenha a ideia de que eles não são assim tão poucos, lembro que agora foi feito um acréscimo ao vencimento bruto mensal no valor de 800 euros, que há um subsídio de instalação durante 6 meses, nos seguintes termos: nos primeiros dois meses 30% do ordenado base, do terceiro ao sexto mês, inclusive 15% do ordenado base.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já disse isso!

A Oradora: Ah! Mas isto é como nas aulas. Temos que repetir porque os alunos esquecem. Há muita coisa que tenho o prazer de repetir. Ou não leram os documentos, ou não pesquisaram, ou não fizeram o trabalho de casa. Portanto, é essa a nossa tarefa.

Gostaria de lembrar que para além do referido há ainda o apoio ao alojamento no primeiro ano com a assumpção do pagamento de renda no limite até 600 euros e depois vai diminuindo, além do apoio ao transporte, etc., etc.

O Sr. Deputado Artur Lima fez aqui uma pergunta muito interessante em relação à telemedicina, que tem a ver com as TIC, termo relativo as Tecnologias da Informação e Comunicação, e o SIS (Sistema de Informação da Saúde).

Essas novas tecnologias trazem-nos coisas inesperadas. Por exemplo, a intranet, traz já a intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes. Portanto, posso responder-lhe já. As novas tecnologias têm essas coisas...

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Como estamos a falar de recuperação de listas de espera, vou aproveitar e gostaria de, me antecipando...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não está!

A Oradora: Está, Sr. Deputado. Eu já a li.

Deputado Herberto Rosa (PS): Traíram-no!

A Oradora: Traíram-no.

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Gomes)

A Oradora: Não. Foi mesmo agora.

O Sr. Deputado refere que foram necessários 11 anos (mais uma vez o trabalho de casa não foi bem feito), para que o Hospital de Ponta Delgada tivesse finalmente um programa de recuperação de listas de espera.

Sr. Deputado, em 1999, 2000, 2001, 2002 (e a minha dúvida é se foi até 2003) havia na Região um programa de recuperação de listas de espera.

Portanto, é uma inverdade, para não dizer outra palavra, que tenham sido necessários 11 anos para finalmente haver um programa de recuperação de listas de espera.

Outra questão importante: como é que o Sr. Deputado pode afirmar que vão ser deixados de fora utentes?

Como é que pode afirmar isso numa intervenção, se o programa começou a ser implementado agora?

A sua intervenção está na via virtual, mas é real, porque tenho aqui uma cópia. Como é que se pode afirmar isso, se mal se iniciou o programa, a sua implementação? E não foi feita nenhuma avaliação.

Acho que tem que haver responsabilidade no que se diz, no que se afirma.

No que diz respeito a estas duas questões fico-me por aqui.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário dos Assuntos Sociais:

Se me permite devo dizer-lhe que em relação à proposta que aqui fizemos não vamos desistir dela facilmente e vamos estudar todas as hipóteses, como já o fizemos com o incentivo à fixação de especialistas e apresentamos aqui um projecto de Decreto Legislativo Regional que foi, felizmente, aprovado por esta maioria e por esta casa. Vamos avançar nesse sentido e ver todas as possibilidades de aumentar essa lista de espera que julgo que é possível.

Queria só fazer-lhe uma sugestão, Sr. Secretário, se me permite.

Referiu aí que os Centros de Saúde de Angra e de Ponta Delgada são os mais problemáticos, mas, Sr. Secretário, também sabemos os dois que no Centro de Saúde da Praia da Vitória há pelo menos dois médicos que aceitam utentes, o que quer dizer que não têm a sua lista completa.

Como o Sr. Secretário bem se lembra, estávamos os dois no Centro de Saúde e iam médicos de Angra prestar serviço à Praia.

Sr. Secretário, faço-lhe a seguinte sugestão: esses médicos que estão mais libertos na Praia da Vitória que venham dar consultas de apoio ao Centro de Saúde de Angra todos os dias e em horários condignos, para evitar aquela situação.

É uma sugestão positiva a bem dos açorianos e a bem da humanização dos serviços de saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

Vamos falar a verdade no debate sobre a saúde! E vamos começar por dizer que o Governo Regional dos Açores chega atrasado à resolução dos problemas do Serviço Regional de Saúde e chega atrasado à resolução dos problemas dos cidadãos açorianos que querem um médico de família e não têm, que querem aceder a uma lista de médicos de família e não conseguem, que querem ter uma consulta e não conseguem, que querem aceder a uma urgência hospitalar ou a uma urgência num centro de saúde e demoram muito tempo para o fazer.

O Governo chega atrasado pela sua própria incompetência (vamos ser claros!).

Falando a verdade, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, é preciso desmentilo nesta câmara, com toda a frontalidade. Quando V. Exa. aqui diz que estão assinados os contratos-programa com os Hospitais EPE, quero dizer-lhe que, de facto, estão assinados. O senhor assinou Sexta-feira passada em Angra do Heroísmo os contratos (pasmese!) para 2007, quando o ano está a terminar.

Os contratos-programa para 2008 não estão assinados!

O senhor levou um ano para assinar os contratos para 2007, quando há um ano atrás nesta câmara o Governo Regional dos Açores pediu urgência no debate do diploma

que criou os Hospitais EPE com o argumento de que havia necessidade de fazer coincidir a aprovação do diploma com o ano económico e com o ano civil que se iniciava em Janeiro de 2007.

O Governo chegou atrasado no famoso programa de combate às listas de espera no Hospital de Ponta Delgada.

O Governo chegou atrasado porque levou 11 anos para assinar um contrato para diminuir e eliminar as listas de espera no Hospital de Ponta Delgada.

É preciso dizer que este Governo tinha na sua posse, há 4 anos, um programa para o combate de listas de espera do Hospital de Ponta Delgada e o Governo nunca respondeu a esse pedido.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Já respondeu!

O Orador: O Governo respondeu há poucos dias (há um mês e pouco atrás) fazendo um contrato-programa para combate às listas de espera no Hospital de Ponta Delgada.

E é preciso dizer que o Governo perdeu tempo, perdeu tempo de governação e tempo para satisfazer as necessidades dos açorianos. O Governo não está a dar respostas na área da saúde, respostas claras, eficazes e rápidas às pessoas.

Os doentes não podem esperar!

Tendo o Governo a possibilidade de alterar um conjunto de disposições legislativas que permitam resolver o problema do acesso dos cidadãos através dos Centros de Saúde que são a porta de entrada do Serviço Regional de Saúde, o que é verdade é que o Governo não usa esses mecanismos.

O Governo pode, do ponto de vista legislativo, alterar no plano regional a legislação que tem a ver com as listas de utentes de cada médico de família. Não o faz porque não o quer fazer. Não o faz porque não o sabe fazer.

Pode fazê-lo. Aliás, está a ser feito no plano nacional. As Unidades de Saúde Familiar têm uma alteração nesse sentido.

O Governo pode alterar o modelo de gestão dos centros de saúde de modo a poder permitir parcerias público-privadas assegurando que os médicos possam ser contratados num outro regime e num regime com base em produtividade. Não o faz

porque não o quer fazer. Aliás, o Governo dispõe de uma maioria nesta câmara que lhe permite fazer isso mesmo.

O Governo pode tornar públicas as listas de espera nas Unidades de Saúde da Região para que os cidadãos possam saber exactamente como é que estão as listas de espera em cada uma das Unidades de Saúde. O Governo não o faz, quando o Governo da República já se prepara para o fazer.

São estas medidas que podem modificar a fase do Serviço Regional da Saúde e podem assegurar que todos os cidadãos possam, de facto, ter um médico para os tratar e que não tenham que esperar um tempo vergonhoso e indigno que belisca os seus direitos para o acesso ao Serviço Regional de Saúde.

E, 11 anos volvidos, 11 anos de governação do Partido Socialista, é preciso dizer que o Partido Socialista ainda não resolveu o essencial no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Eu penso que o senhor está desfasado da realidade actual do Serviço Regional de Saúde.

Posso dizer-lhe apenas, a título explicativo, que, por exemplo, a produtividade dos serviços de saúde na Região, desde os Centros de Saúde aos Hospitais, só no último ano (reporto-me apenas ao último ano), aumentou significativamente em número de consultas, baixou alguns números nas urgências, o que quer dizer que se aumentou as consultas, diminuiu a acessibilidade das urgências, aumentou em número de exames complementares de diagnóstico, aumentou exponencialmente em deslocação de médicos especialistas às ilhas que não tenham hospital, que favoreceu significativamente os utentes dessas ilhas.

É preciso dizer que nos anos de 2005 e 2006 se realizaram 115.868 consultas das mais diversas especialidades nas ilhas que não têm hospital.

Posso dizer-lhe que a deslocação de doentes inter-ilhas tem vindo a diminuir porque os recursos existentes nessas ilhas são melhores, os recursos humanos, os recursos técnicos, a capacidade de intervenção é melhor.

Temos que dizer que a deslocação de doentes para o Continente diminuiu 2%, o que quer dizer que os nossos hospitais estão melhores equipados, têm mais recursos, têm mais capacidade de resposta.

Há, nitidamente, uma melhoria significativa. Mas não estamos satisfeitos, nem nunca estaremos satisfeitos nesta área. Queremos sempre mais e é por isso que vamos continuar a investir sempre mais à procura de mais e melhor: mais e melhor formação, de mais e melhor cuidados, de mais e melhor acessibilidade. Para isso é preciso termos recursos humanos.

Apostamos na formação desses recursos humanos e na diferenciação desses recursos humanos.

Depois Sr. Deputado, falou em listas de espera. Será que no tempo em que o seu partido foi Governo não havia listas de espera?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Estamos a julgar o seu governo. O passado do PSD já foi julgado!

O Orador: Como é que resolveu as listas de espera no seu tempo?

Não resolveu! De certeza que não havia listas de espera!

Também gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que os incentivos que aqui foram aprovados, uns na sequência da proposta do Sr. Deputado CDS/PP e outras do Governo são de 99. As suas nem sequer são de 88 como o senhor referiu na sua crónica de opinião. São de 85, Sr. Deputado!

Sr. Deputado Pedro Gomes, no seu artigo de opinião o senhor diz que os incentivos são de 88. Não são. Os primeiros incentivos são de 85 e foram alterados em 99 pelo então Secretário Regional da Saúde e da Educação e agora são alterados pelo Decreto Regulamentar Regional nº 25/2007.

Terminaria fazendo-lhe uma pergunta, Sr. Deputado:

Diga-me aqui, a mim e ao Governo, o que é uma parceria público-privada para gerir a acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde? E como é que se implementa uma parceria público-privada para gerir a acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputada Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir algumas das propostas do principal partido da oposição e de verificar o conteúdo dessas propostas, digo, como dizia há pouco o Sr. Secretário da Economia, ainda bem que o PSD não é Governo!

Para a saúde dos Açorianos, para a saúde dos Açores, ainda bem que o PSD não é Governo!

Sr. Deputado Pedro Gomes, ou eu estava muito distraído ou o senhor falou em listas de espera nas urgências das Unidades de Saúde dos Açores.

Eu gostaria que o senhor dissesse aqui qual foi a urgência, em que urgência, em que dia e em que local, é que numa urgência não foi atendido, Sr. Deputado?

Se percebi, o senhor falou em espera nas urgências. Isso é uma situação que, ou o senhor não anda no Serviço Regional de Saúde que eu ando e que os açorianos andam, ou o senhor está completamente fora do contexto daquilo que se passa na realidade do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado,

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parece que o Sr. Deputado Pedro Gomes não percebeu, quando voltou a repetir que foram precisos 11 anos para surgir um programa de gestão de lista de espera. Durante 4 anos tivemos um programa de recuperação de lista de espera.

Pensa que por termos um programa de recuperação desaparecem de vez essas listas. Esta é que é a complexidade da coisa.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Faça-me a justiça! Eu nunca disse isso!

A Oradora: Faça-lhe toda a justiça.

Então por que é que voltou a referir se eu tinha dito que havia um programa em 99, 2000, 2001 e 2002?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sra. Deputada, seja séria!

A Oradora: O Sr. Deputado disse que eram precisos 11 anos para ter um programa. Não é verdade.

O PS já teve um programa de recuperação, essas listas voltaram a aumentar e volta a ter outro programa de recuperação para acudir ao problema. Era só isto que queria repor. Repor esta verdade e nada mais.

Não usarei mais da palavra, porque era isto que eu queria: repor a verdade.

Deputado Herberto Rosa (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Peço desculpa ao Sr. Deputado Artur Lima não ter respondido à sua pergunta, na possibilidade de haver a deslocação de médicos do Centro de Saúde da Praia da Vitória para Angra.

De facto, a Praia da Vitória neste momento tem o seu quadro completo. Felizmente que conseguiu ter o quadro médico pela primeira vez completo. Por isso mesmo tem um ou outro médico que ainda não tem o número exacto de utentes por lista que está contemplado. Penso que poderá haver aqui uma única dificuldade que é a mobilidade de um concelho para o outro dos profissionais.

Se isso for possível, se conseguirmos ultrapassar essa dificuldade e tivermos anuência desses médicos, porque é preciso que eles aceitem essa possibilidade de mobilidade temporária, para o Centro de Saúde de Angra, com certeza que apoiaremos e incentivaremos essa solução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Muito rapidamente para lhe dizer que me congratulo com a aceitação dessa medida, que julgo que pode ser possível, obviamente com a anuência dos profissionais, como já foi no passado, em que Angra dava apoio à Praia e ainda vai dando.

Portanto, entre os dois conselhos de administração e a Direcção Regional da Saúde, julgo que é possível haver um acordo para que os médicos da Praia possam vir a Angra, inclusivamente ao Sábado, como vão ainda os de Angra à Praia fazer urgência.

Parece-me que é uma medida boa, que deve ser aplicada e que deve acabar com aquela situação do Centro de Saúde de Angra que nos aflige a todos.

Muito obrigado.

Presidente: Encerrado este debate, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando da aprovação do Programa do IX Governo Regional dos Açores, no início desta Legislatura, foram definidas as linhas estratégicas na área da saúde, enquanto um direito social fundamental. Não é apenas a ausência de saúde, mas um completo, bem-estar social, físico, psíquico e social. A contínua promoção da saúde e a prevenção da doença mais a prestação dos cuidados de saúde têm efeitos individuais, familiares e sociais, com repercussões directas e indirectas no desenvolvimento da nossa Região.

A estratégia para área da Saúde desenvolve-se através de variadas medidas e acções, sempre com o objectivo final de melhorar o acesso aos cuidados de saúde de todos os açorianos.

Neste sentido o orçamento para o ano económico de 2008 na área da saúde atinge um valor de 20.606.358 (vinte milhões, seiscentos e seis mil, e trezentos e cinquenta e oito euros), aumento significativo em relação ao ano anterior.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Plano de Investimento para 2008, agora em debate, no que diz respeito ao desenvolvimento das infra-estruturas de saúde, cuja dotação orçamental é de 5 milhões de euros, dar-se-á um impulso significativo – visam dar início às obras dos Centros de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e Madalena do Pico e proceder-se-á a aquisição dos terrenos destinados à construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada e do Hospital da Ilha Terceira, cujo processo de concepção/construção está a decorrer.

O programa de Remodelação e Ampliação de unidades de saúde está contemplado com uma dotação de 3.100.000 euros (três milhões e cem mil euros), sendo de destacar as intervenções específicas no Serviço de Atendimento Permanente, no Centro de Saúde da Vila Franca do Campo, Ilha de São Miguel, ampliação do Centro de Saúde da Calheta na Ilha de São Jorge, assim como alguns melhoramentos na instalações das extensões e postos de saúde.

A área de modernização e apetrechamento foi contemplada com uma verba de quatro milhões vinte cinco mil quatrocentos trinta quatro euros (4.025.434 euros), visando continuar a equipar os serviços e substituindo outros equipamentos considerados já desadequados, dando como exemplo aparelhos Raio X, TAC e um Mamógrafo Móvel, sempre com intenção de dar, em cada serviço, a resposta mais adequada aos utentes e compatibilizá-los com o Sistema de Informatização da Saúde (SIS) em implementação.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A formação permanente dos profissionais de saúde em actividade, o apoio ao internatos médicos, especializações na área da enfermagem e dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, é uma aposta a continuar, no sentido de contribuir para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde aos Açorianos.

Com o objectivo de melhorar a acessibilidade em Clínica Geral/Medicina Familiar foram reforçados um conjunto muito significativo de apoios/incentivos já existentes a médicos dessa especialidade que pretendam fixar-se na Região.

Na área da prevenção e tratamento das toxicodependências é intenção do Governo continuar a desenvolver parcerias com as Autarquias Locais e Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras Associações para a concretização de acções contidas no Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psico-activas.

Continuar-se-á com a informatização integral do Serviço Regional de Saúde, considerado um desafio estratégico e essencial à modernização do sector e que se encontra na fase implementação do módulo de recenseamento dos utentes.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os cuidados paliativos podem definir-se como uma resposta aos problemas que decorrem da doença prolongada, progressiva e incurável, com o objectivo de prevenir o sofrimento que ela causa, proporcionando alguma qualidade de vida aos doentes e suas famílias. São cuidados de saúde activos e aos quais o humanismo de quem os presta é de um valor da maior importância.

Os cuidados paliativos, como todos os cuidados de saúde, devem centrar-se no valor da dignidade da pessoa humana, para que o doente muito vulnerável e dependente, possa viver essa fase da vida como uma etapa natural, com a assistência necessária e respectiva qualidade dos cuidados prestados.

A Região dispõe já de equipas, constituídas por médicos, enfermeiros e psicólogos, devidamente formados, prevendo-se a implementação e operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos, promovendo a diversificação e disponibilizando cuidados de saúde domiciliários, articulando-se com a rede de cuidados continuados integrados.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com um objectivo muito concreto, de se criar condições reais de melhorias de acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde, será implementado nos Hospitais da Região, um programa de recuperação efectiva das listas de espera, o qual, com a sua eficiente gestão e a excelência profissional de todo o pessoal desta área, esperam os Açorianos obter resultados significativos.

Estamos certos que com a concretização deste Plano e Orçamento no domínio da Saúde, o Governo Regional dos Açores reforça a coesão social melhorando significativamente a qualidade de vida dos Açorianos.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para debate, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Legislativa debate o último plano e orçamento desta legislatura.

Assumidamente, um plano e um orçamento de continuidade que, para a área da saúde, não trazem novidades, não anunciam mudanças, nem significam esperança para os Açorianos.

A governação, na área da saúde, é uma sucessão de políticas erradas, de Secretários Regionais de breve memória e de recursos mal-gastos em algumas áreas.

O PS não aprendeu com os erros da sua governação.

Prometeu para nunca cumprir. Faltou à verdade para disfarçar a sua incompetência.

Adiou, esperando sempre que os eleitores lhe perdoem mais uma vez.

As promessas da “Convenção para uma Nova Autonomia” transformaram-se em longínquas memórias que estes governantes já não querem recordar.

Governar é escolher. Escolher significa, algumas vezes, cometer erros. Manda a humildade e o bom senso que os erros sejam assumidos e rapidamente corrigidos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo do Partido Socialista faz precisamente o contrário: parafraseando o poeta,...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Qual deles?

O Orador: ... finge que não é erro, o erro que deveras comete.

Na saúde, sobrou dinheiro onde faltou imaginação para resolver os problemas. Faltou vontade política, quando houve oportunidade. Não houve capacidade, quando houve desejo.

Em final de legislatura, o tempo é de balanço.

Balanço às promessas não cumpridas, às medidas sempre adiadas, às propostas apressadas e com sabor eleitoralista, já com os olhos postos nas eleições de 2008.

Na discussão do plano e orçamento para 2008, não basta olharmos para a dotação de 216 milhões de euros para a área da saúde.

O que perguntamos a este Governo, olhos nos olhos, é como é que foi possível gastar tanto dinheiro sem conseguir grandes resultados, sobretudo na acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde?

Confusão, falta de rigor na gestão, ausência de estratégia, fracasso: são estes os adjectivos que caracterizam o passado governativo do PS na área da saúde.

A ilusão de que só o PSD tem um passado de governação nos Açores já morreu. Os onze anos do passado socialista são uma herança bem pesada.

Deputados Jorge Macedo e Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

O Orador: Os governos do PS gastaram, nestes onze anos, mais de 2.000 milhões de euros na saúde. Todos os meses se gastaram 16,5 milhões de euros (quase 3.3 milhões de contos, na moeda antiga).

Nem assim foi possível garantir o acesso de todos os Açorianos a um simples médico de família.

Repetimos o número, pois ele é o espelho da política socialista, Sr. Presidente: há 80.000 Açorianos sem médico de família.

O acesso dos doentes ao Serviço Regional de Saúde, em condições de igualdade e de dignidade está longe de ser conseguido.

Os Açorianos esperam tempo demais por uma consulta ou por uma cirurgia nas unidades de saúde dos Açores.

O Governo demorou 4015 dias (onze anos) para aprovar um programa de recuperação de listas de espera cirúrgica no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada.

Há, neste hospital, 5.400 doentes há espera duma cirurgia, há mais de dois anos. Alguns deles esperam há seis anos.

O programa de recuperação, para executar até 31 de Dezembro de 2008 – curiosa data, esta – e anunciado com a habitual propaganda, deixa de fora milhares de doentes que sofrem enquanto esperam.

A saúde continua a ser só para alguns.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste debate do plano e orçamento para 2008, o PS fala de números e de milhões.

O PSD fala de política, de verdade e de consequência.

Deputados José Manuel Bolieiro e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Falamos de resultados e de sucesso das políticas.

Voltamos a perguntar ao Partido Socialista: onde estão as opções que o Governo Regional não se pode demitir de fazer?

À mais alta taxa de maternidade na adolescência do país, o Governo Regional responde com consultas de planeamento familiar em apenas dois Centros de Saúde dos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Não é verdade!

O Orador: Às baixíssimas taxas de reembolso aos utentes, nas consultas de saúde, fixadas há 19 anos, o Governo responde com uma vaga promessa para o ano das eleições.

Ao reduzido número de médicos especialistas de medicina geral e familiar nos Açores, o Governo Regional responde, actualizando o regime de incentivos, 22 anos depois dum Governo do PSD o ter aprovado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: À sub-orçamentação, que o PSD estima em mais de 25 milhões de euros, para este ano, na área da saúde, o Governo responde, mandando a SAUDAÇOR apresentar aos Hospitais, EPE contratos-programa para 2008 com montantes financeiros irrealistas e abaixo das suas necessidades de funcionamento.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem! Isso é grave!

O Orador: À desorganização evidente dum Serviço Regional de Saúde com graves problemas, o Governo Regional responde com novas promessas eleitorais para daqui a três, quatro ou cinco anos.

À falta de opções de fundo para o Serviço Regional de Saúde, o Governo Regional responde com aquela que parece ser a sua única preocupação de momento: gerir a saúde para “caçar” votos eleitorais em 2008.

Em conclusão: gastaram-se milhões e não se resolveram problemas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O senhor pode brincar, mas não brincamos!

O Orador: Para o futuro, fica claro, e neste debate do plano e orçamento para 2008 tornou-se absolutamente claro, que a saúde não é uma prioridade deste Governo.

Como vai mal, a saúde nos Açores!

Os Açorianos precisam de novas políticas e de melhores governantes.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo inscrições para debate, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A solidariedade, e por consequência as Políticas Sociais, é um tema caro aos governos do Partido Socialista, quase que diria um valor essencial na diferenciação ideológica em relação aos governos liberais do PSD.

Diga-se a título de curiosidade que no arquivo de intervenções desta Assembleia, os deputados do principal partido da oposição têm primado pela ausência ou fraca abordagem das políticas sociais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não apoiado!

A Oradora: Este facto é bem revelador da pouca importância que atribuem a esta dimensão da governação e, de certa forma, é um sinal de que não têm alternativas credíveis às políticas sociais implementadas por este governo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando é que escreveu essa intervenção? Antes de sair de São Miguel?

A Oradora: Como é lógico, não contabilizamos as abordagens sensacionalistas e a avaliação dramática que responsáveis do PSD ditam para a comunicação social. O debate construtivo e sobretudo as propostas de investimento que podem mudar a vida das pessoas deveriam ser apresentadas neste Parlamento, onde os açorianos esperam ver defendidas as causas da solidariedade. Enquanto deputados eleitos pelo Partido Socialista, consideramos o desenvolvimento social uma prioridade da acção política que se quer sustentável, quase que diríamos, é pela via das políticas sociais que o crescimento económico se humaniza.

Não se trata de reivindicar as questões da pobreza ou da exclusão social, como problemática ou preocupação exclusiva da esquerda, mas certamente que se pode concluir, até pela análise dos investimentos realizados nos diferentes governos, antes e depois de 1996, da diferença que os separa no que toca à intervenção política nesta área.

Um dos vectores essenciais das políticas sociais que marca os planos regionais do Partido Socialista é o reconhecimento das várias formas de inadaptação social existentes e a consciência de que as desigualdades não são naturais, mas de ordem socioeconómica e sociocultural.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ou de outras formas. Os tempos são outros!

A Oradora: Daí decorre o facto de a Coesão Social constituir uma orientação estratégica, inscrita nas Orientações de Médio Prazo, entendida de forma transversal a todos os sectores de desenvolvimento regional.

Apesar da carência material ser um indicador importante na avaliação do grau de severidade da pobreza, as políticas sociais que visam o combate à exclusão social não se devem resumir a uma mera contabilização de transferências, sob a forma de subsídios ou pensões. A exclusão social não é um mero resultado da falta de

dinheiro, mas representa uma condição que limita a participação dos cidadãos, segrega e por vezes marginaliza os mais fragilizados.

São diversas e por vezes complexas as situações de exclusão social, mas em todos os casos, a acção governativa tem de se basear numa estratégia de integração que passe pelo aumento das competências e pela melhoria do acesso aos recursos, contribuindo por um lado para uma maior coesão social e por outro, fomentando o próprio desenvolvimento local.

Estes têm sido os eixos de actuação, em termos de políticas sociais, do IX Governo Regional, liderado pelo Partido Socialista. E, para atingir este duplo objectivo, de coesão e desenvolvimento social, os planos e orçamentos regionais têm vindo a investir, progressivamente, num número cada vez maior de áreas de intervenção social, alargando a todos os concelhos os equipamentos e serviços necessários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em termos de combate à exclusão social, a Região Açores de forma precursora, tem vindo a por em prática uma orientação recente da União Europeia, que aponta como investimento estratégico a aposta na inclusão activa. Para além da protecção social que diferentes medidas proporcionam aos grupos sociais mais fragilizados, a intervenção dos serviços de acção social visam sobretudo aumentar o grau de autonomia dos cidadãos beneficiários, apostando no aumento das suas qualificações e competências; incentivando a escolarização, dos mais jovens e dos adultos iletrados, favorecendo desta forma a integração qualificada no mercado de trabalho.

Analisar o plano de investimentos ao nível das políticas sociais, implica considerar não apenas a evolução progressiva das verbas inscritas no capítulo do “Desenvolvimento do sistema de solidariedade social”, que passaram de 10,3 Milhões de euros, em 2005, para 17,5 Milhões de euros, em 2008, mas integrar entre outros, o investimento previsto ao nível da criação de emprego qualificado, da formação profissional, da promoção da saúde e da habitação social. É este conjunto alargado de medidas que permite avaliar a dimensão do desenvolvimento social inscrito nos planos regionais.

Não basta afirmar demagogicamente que as pessoas devem estar em primeiro lugar. O importante é criar condições estruturais, para que as pessoas possam dar os passos necessários que as façam sair da sombra em que vivem ou onde se refugiam, apostando em políticas pró-activas que contrariem o isolamento e a passividade em que muitos se instalam.

A solidariedade não é sinónimo de dádiva, mas de cooperação e as políticas sociais devem apoiar os que mais necessitam e responder, de forma eficaz, aos desafios da sociedade actual, antecipando a resposta a novas necessidades que decorrem por exemplo:

- Do envelhecimento da população e do aumento da esperança média de vida;
- Da entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho e a constituição de famílias de dupla carreira;
- Do aparecimento de novas formas de família, particularmente as monoparentais;
- Ou da presença mais acentuada de imigrantes e a multiculturalidade daí resultante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Olhando com mais detalhe a evolução dos investimentos entre 2005 e 2007, podemos concluir que se cumpriram as orientações definidas no início do mandato e, apesar desta ser uma das áreas onde os resultados ficam sempre aquém do ideal, podemos afirmar que foi ganha a aposta na coesão social.

- Aumentou o número de equipamentos sociais, em diferentes áreas de intervenção (passando de 543 em 2005, para 639 em 2007) com especial destaque para a infância e a juventude, onde passaram de um total de 72 para 111, correspondendo a um aumento de utentes de 1252 para 5377.

A este aumento corresponde um maior número de Instituições Particulares de Solidariedade Social com acordos de cooperação, passando de 209 no final de 2005 para 223 em Setembro de 2007.

Este alargamento do número de equipamentos sociais não é apenas visível através da correspondente dimensão construída (o betão que o líder do grupo parlamentar do PSD diz ser a única forma de fazer política deste governo). O verdadeiro impacto das acções desenvolvidas reflecte-se noutros números, nomeadamente:

- No aumento do número de pessoas apoiadas,
- No aumento das áreas de protecção social,
- Na maior proximidade e qualidade das respostas organizadas;
- E, sobretudo, no grande contributo que representam na construção de uma sociedade mais justa, em termos do acesso e da distribuição dos recursos. Mas vejamos com detalhe:

Mais pessoas apoiadas

Entre 2005 e Setembro de 2007 regista-se um aumento de utentes na ordem dos 42%, passando de 17.262 para 24.456.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Uma vida de sucesso!

A Oradora: Mais áreas de protecção social

Em 1996 contavam-se 16 tipos de equipamento social, em 2005 eram 33 e em Setembro de 2007, registam-se 38 áreas diferenciadas de apoio e desenvolvimento social.

Maior proximidade na resposta

A evolução do número e do tipo de resposta social tem sido pautada pela preocupação de tornar mais acessíveis a todos os açorianos os equipamentos sociais de que necessitam, o que significa uma promoção de **serviços de proximidade**, que não existia antes. Se não vejamos alguns dos serviços entretanto criados:

- Rede de amas certificadas como alternativa de apoio às famílias;
- Alargamento do serviço de prestação de cuidados ao domicílio a idosos e acamados;
- Criação de ludoteca ambulante;
- Incremento do transporte adaptado.

Assim e retomando as principais linhas de orientação que explicam a evolução e a estratégia implementada em termos de políticas sociais, há mais pessoas apoiadas,

mais áreas de protecção social, maior proximidade na resposta e, finalmente, o sistema de protecção social tem procurado contribuir para uma **maior justiça no acesso e distribuição dos recursos**.

Nesse sentido, é evidente a aposta dos diferentes planos de investimento no apoio aos deficientes, através do aumento do número de equipamentos, e sobretudo, da distribuição territorial dessas valências, como são por exemplo, os Centros de Actividades Ocupacionais e as residências para deficientes.

Depois de concluídos os Centros de Actividades Ocupacionais de Vila Franca, Nordeste e Angra, o plano para 2008 prevê a criação em Vila do Porto, na Maia e na Ribeira Grande deste tipo de equipamento.

A contribuição das políticas sociais dos governos do Partido Socialista para uma maior justiça social nos Açores, não se limita aos grupos tradicionalmente objecto de uma intervenção: crianças, idosos e deficientes. Há outras problemáticas, em alguns casos esquecidas ou ignoradas nos governos anteriores a 1996, que hoje são objecto de uma atenção particular do governo. A título de exemplo referimos:

- A inserção dos repatriados;
- O apoio directo aos sem-abrigo;
- O acompanhamento e abrigo das vítimas de violência doméstica;
- A inserção de toxicodependentes quer ao nível de residências ou de programas de trabalho e emprego;
- O acesso directo dos jovens a gabinetes de informação;
- O apoio familiar, o aconselhamento parental e o acompanhamento psicossocial, nomeadamente para jovens;
- A implementação do Microcrédito e a promoção do mercado social de emprego;
- A protecção das famílias mais carenciadas através do Rendimento Social de Inserção, que muito que queiram não foi uma criação vossa.

São novas medidas para velhos ou novos problemas que hoje encontram num conjunto alargado de instituições e sobretudo, em programas coordenados entre

diferentes serviços, envolvendo equipas técnicas especializadas, uma resposta adequada.

Não se trata de medidas construídas em “betão”, mas de respostas sociais, muitas delas a funcionar em rede, integrando de forma mais eficaz os recursos existentes na comunidade.

Os equipamentos ou se quisermos o betão, sejam creches, jardins-de-infância, lares ou outros, são instrumentos que contribuem para concretizar determinadas políticas sociais. Por via do acolhimento, da prevenção e da educação/formação de determinados grupos sociais, contribuem para uma maior integração e dignificação das pessoas apoiadas. Em alguns casos, a criação destes novos espaços é vital para determinados grupos vulneráveis como é o caso das crianças em situação de risco ou das mulheres vítimas de maus-tratos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O programa sufragado pelos açorianos em 2004 foi vencedor por diferentes motivos, entre os quais certamente esteve a proposta do Partido Socialista em matéria de desenvolvimento social. As medidas preconizadas e hoje em acção não visam o assistencialismo, mas apostam na prevenção, na mediação e na cooperação com a sociedade civil. Por esse motivo, é evidente o aumento do número e sobretudo da qualidade dos acordos de cooperação, que diversificando as respostas às diferentes necessidades e problemáticas sociais, descentralizam a prestação de serviços. Desta forma a Região tem sabido cooperar com diversas instituições parceiras da sociedade civil, atendendo de forma adequada as necessidades da população.

A análise dos documentos orientadores da política deste governo em matéria de solidariedade social, permite-nos antever a concretização de objectivos fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento económico regional, nomeadamente quando se aposta de forma transversal na qualidade, na qualificação e na promoção da autonomia dos cidadãos, através do investimento nas suas competências.

Não basta dizer que as pessoas estão em primeiro lugar, é preciso investir nas suas competências e dar-lhes oportunidade para se afirmarem, porque a cidadania é hoje

um direito de todos, sobretudo dos que evidenciam maiores dificuldades de inserção social.

A implementação de políticas sociais é por ventura uma tarefa difícil, porque de resultados pouco palpáveis, mas é certamente porque esta foi a aposta do Partido Socialista, que os Açores são hoje uma Região mais desenvolvida e mais solidária do que no passado.

Os açorianos não têm motivos para temer o futuro da Região enquanto tiverem governantes que acreditam e investem nas pessoas. Para o Partido Socialista, as pessoas não estão em primeiro lugar, porque estão no centro e são a razão de ser do desenvolvimento sustentável que se deseja, sempre mais, para os Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está inscrita para debate a Sra. Deputada Nélia Amaral, a quem dou a palavra.

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para dar os parabéns à minha colega de bancada pela intervenção que fez.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas vai fazer a pergunta?

A Oradora: Vou fazer a pergunta a seguir.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas à sua colega ou a nós?

A Oradora: Espere que já vai ver.

Em segundo lugar para lamentar a falta de participação do Grupo Parlamentar do PSD neste debate.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A Sra. Deputada sabe o que é isto? É uma grelha de tempo!

A Oradora: O Grupo Parlamentar e o partido que utiliza a comunicação social para lançar acusações sem fundamento, quando tem oportunidade de discutir as questões em profundidade aproveita para não fazer.

Deputado Osório Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: A Deputada Piedade Lalanda, na sua intervenção, fez referência a problemáticas esquecidas antes de 1996 e era sobre isso que gostaria de a questionar. Em aparte o Sr. Deputado Bolieiro dizia que os tempos são outros.

É verdade, Sr. Deputado, os tempos são outros. Mas alguns dos problemas, infelizmente não são outros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E mantiveram-se ao longo de 11 anos!

A Oradora: Se calhar esse seu aparte dos tempos são outros serve para justificar por que é que nos Açores, antes de 1996, não havia, por exemplo, violência doméstica.

Era precisamente sobre violência doméstica que gostava de lhe colocar a questão:

O Programa do IX Governo Regional, com ou sem Plano de Prevenção da Violência Doméstica, já continha um objectivo específico, precisamente para prevenir e combater a violência doméstica.

O que gostaria de lhe perguntar é se na apreciação que faz, considera que esse compromisso eleitoral assumido com os açorianos está a ser cumprido, uma vez que a partir de 1996, ainda antes da violência doméstica ser considerada crime público, mesmo quando era considerada uma questão de foro doméstico, os governos do Partido Socialista começaram a desenhar respostas e a intervir na promoção da igualdade, no combate à violência doméstica, na protecção da vítima, quer a vítima seja a mulher, quer seja a criança, quer seja o idoso e no acompanhamento do agressor.

Mas mais uma vez se pensarmos que a perspectiva do PSD nesta matéria é que os tempos são outros, que se calhar não era possível e que antes de 1996 não havia violência doméstica, também podemos perceber por que é que antes de 1996 não havia Centros de Acolhimento Temporário, não havia Casas Abrigo, não havia Terapia Familiar, não havia Mediação Familiar, não havia Centros de Apoio Familiar ou de Aconselhamento Parental.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostava de reagir ao comentário sistemático do Grupo Parlamentar do PSD de que “não temos tempo”.

Que eu saiba, estamos num Parlamento. Somos 52 Deputados.

Se os senhores se derem ao trabalho de dividir 3 horas e meia por 19 deputados ou 5 horas por 31 vão ver que os Deputados do Partido Socialista tem menos tempo que os Deputados do PSD.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Faça as contas e vai ver.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O que os senhores vêm para aqui fazer não é discutir com os seus colegas da oposição, que é o Partido Socialista. Os senhores querem discutir com o Governo Regional.

Que eu saiba o tempo em que o PSD era maioria, o Governo Regional na apresentação do Plano e Orçamento, com certeza que tinha o seu tempo próprio para o fazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já foi há muitos anos!

A Oradora: Mas as regras não mudaram, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mudaram! Pergunte ao Sr. Presidente como era?

A Oradora: Se o senhor quiser debater com os Deputados do PS tem o mesmo tempo em igualdade de oportunidades.

Voltando à questão que a minha colega Nélia Amaral pôs, porque realmente isto só vem demonstrar que a temática das políticas sociais não vos interessa sobremaneira, é bom lembrar que antes de 96 não havia qualquer resposta.

Também é bom lembrar que a primeira Casa Abrigo criada no país foi em Ponta Delgada. Isso é histórico e importante referir.

Em matéria de resposta do Partido Socialista a esta temática, a Sra. Deputada Maria José está muito preocupada (onde é que está o Plano?).

Deputada Maria José Duarte (PSD): Estou preocupada sim.

Quer vir agora dizer-me com o que é que me devo preocupar?

A Oradora: Sra. Deputada, em matéria de resposta social à questão da violência doméstica, é preciso urgência, é preciso respostas concretas. O que existia antes de 96 era um verdadeiro silêncio. Nem uma linha de atendimento urgente existia. As pessoas viviam, como o povo dizia, das portas para dentro e valia a máxima “entre homem e mulher ninguém mete a colher”. Hoje em dia essa máxima já não funciona, porque é um crime e, por mais que lhe custe, foi no Governo do Engenheiro António Guterres que esta área foi transformada em crime público. Portanto, em 2000 é que se passou a considerar isto um crime público.

Portanto, é possível agora intervir, inclusive, no universo doméstico das famílias.

Como vos dizia, nessa matéria, o importante é ter resposta. É importante ter linhas de atendimento, é importante ter casas abrigo, porque as pessoas não vão ficar à espera de um plano para saber qual é a resposta que o Governo lhes vai dar.

O que o Sr. Secretário disse é que vai haver um plano para a questão da igualdade de género e temos que considerar que a violência doméstica não é apenas uma questão de mulheres, é também uma questão de idosos e de crianças.

Há que ter uma visão global. Por que é que há violência doméstica? É porque muitas mulheres não têm emprego, porque muitas crianças não vão para a escola.

Há que agir ao nível de uma rede global de instituições e não apenas na questão da resposta directa à questão da violência conjugal.

Um plano que promova uma análise de igualdade de oportunidades é fundamental.

Um plano directamente para a questão da violência doméstica não é prioritário.

Deputada Maria José Duarte (PSD): É fundamental também!

A Oradora: Então diga porquê?

Deputada Maria José Duarte (PSD): Vá ver as estratégias do plano!

A Oradora: Utilize um bocadinho do seu tempo e explico o que é que ia fazer com isso!

Deputada Maria José Duarte (PSD): Não deve conhecer o plano!

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Estamos a 6 minutos da hora regimental. Já não temos tempo útil para dar início a uma nova intervenção.

Passo a anunciar o tempo disponível e seguidamente encerramos os nossos trabalhos para almoço.

Governo – 87.04 minutos

PS – 73.87 minutos

PSD – 49.50 minutos

CDS/PP – 7.19 minutos

Deputado Independente – 5.57 minutos.

Muito obrigado Srs. Deputados. Bom almoço e encontramos-nos às 15.00 horas.

Eram 12 horas e 55 minutos.

(Após o intervalo o Sr. Presidente da ALRAA e o Sr. Deputado Cláudio Lopes ocuparam o seu lugar na Mesa)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional anunciou em 2004 a criação das “Ilhas de Coesão”, bem como, uma série de medidas que iriam discriminar positivamente essas ilhas, no sentido de promover a coesão territorial dos Açores, esbatendo as assimetrias existentes entre as diversas parcelas do nosso arquipélago.

Objectivo nobre, mas que desde logo deixava transparecer uma coisa – A política de coesão, seguida desde 1996, tinha falhado, e era necessário criar um novo paradigma de desenvolvimento para as ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo. Como ainda ontem foi bem lembrado pelo Sr. Presidente do Governo Regional, foram criados uma série de mecanismos de apoio a estas ilhas, diferenciando-as positivamente e criando legítimas expectativas nos seus habitantes.

Além disso, o Governo não se ficou pela criação das medidas, também dotou os sucessivos Planos de Investimento com verbas bastante generosas para que fosse possível concretizá-las.

No caso de Santa Maria só para a Promoção do Investimento e da Coesão, foram orçamentados desde 2005, até ao ano que estamos a analisar, qualquer coisa como 17.232.000 euros.

O problema é que a execução desta rubrica, naquilo que já nos é possível analisar, ficou bastante aquém daquilo que seria expectável.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Lamentavelmente!

O Orador: Em 2005 executaram-se apenas 36.247 euros; em 2006, 2.289.848, mas destes, apenas 333.666 foram nos sistemas de incentivos, a restante verba provém duma parceria público privada, que suponho, terá sido algum contrato programa realizado com a Sociedade Ilhas de Valor; em 2007, os valores não serão muito superiores aos anteriores e, meus senhores, a menos que haja um milagre, 2008, tendencialmente, será igual.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Já poucos acreditam em milagres!

O Orador: Quer isto dizer que Santa Maria apenas conseguiu absorver uma percentagem ínfima das verbas que tinha ao seu dispor e que o dinheiro que, supostamente, era para as ilhas da coesão, acabou por ser investido naquelas que não o são.

Do atrás exposto resulta de imediato uma questão:

Se existiam mecanismos e se existiam verbas suficientes, o que é que falhou?

Falhou a política! Ou melhor, falhou a estratégia!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Em suma, falhou o Governo.

E falhou o Governo porque não percebeu, ou então, não quis perceber que era necessário mais do que um pacote legislativo e mais do que uns milhões, sempre triunfalmente anunciados, para que a política de coesão tivesse sucesso.

Desde logo, era necessário ter em conta as especificidades próprias de cada ilha;

Era necessário entender qual o nível de desenvolvimento de cada uma das ilhas visadas, para depois definir as políticas mais adequadas;

Se a promoção do investimento era a via, então, deveria ter havido um diálogo muito mais profundo com o sector empresarial, para, por um lado perceber as suas dificuldades e, por outro, incentivá-lo a investir;

Teria que ter existido um muito maior empenho na promoção do Empreendedorismo Jovem, para desta forma promover o auto-emprego e o aparecimento de novas empresas;

Enfim, se realmente queriam elevar os patamares de desenvolvimento destas ilhas, aproximando-os das médias regionais, então, deveriam ter tido uma acção política bastante diferente daquela que tiveram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com estes Planos o Governo pretende atingir, entre outros, objectivos como:

- Aumentar a produtividade e a competitividade da economia;
- Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades;

Façamos uma análise do que se passa em Santa Maria, no que concerne ao maior ou menor grau de concretização destes objectivos:

- O sector empresarial está empobrecido e com pouca capacidade de investimento, como atrás já ficou demonstrado;
- O sector da agricultura continua a ser pouco atractivo e medidas importantes, como, por exemplo, a entrada em funcionamento da sala de desmancha, tardam em aparecer;
- Nas pescas, o volume de pescado entrado em lota continua a diminuir e a unidade industrial criada para a transformação do Peixe-espada Preto, continua inoperacional. Ou seja, o aumento da produtividade e da competitividade da economia, no que a Santa Maria diz respeito, é uma miragem.

No que concerne ao objectivo “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades”, também não se pode dizer que a ilha tenha beneficiado muito das medidas tomadas para o concretizar, senão vejamos:

- A oferta emprego não existe o que provoca a continua desertificação da ilha, por via da não fixação dos jovens;
- O custo de vida é mais elevado;

- Para se fazer, por exemplo, uma mamografia, ou a pessoa tem dinheiro para ir a S. Miguel à privada, ou então, não faz;
- Para ter um filho é necessário ir para S. Miguel, o que, no mínimo, deveria ter as despesas inerentes comparticipadas a 100%;
- O acesso a médicos especialistas, está condicionado à vinda, ou não, destes à ilha, às respectivas listas de espera, ou então, à maior ou menor possibilidade de as pessoas se deslocarem por conta própria a S. Miguel.

Estes, entre outros, são exemplos daquilo que condiciona e torna menos atractiva a vida das pessoas nestas ilhas mais pequenas e que, se calhar, com um pouco mais de esforço e de atenção poderiam ser resolvidos.

É preciso que as pessoas tenham razões para se fixarem nestas ilhas mais periféricas, e isto, só se consegue, aumentando os níveis de conforto, o sentimento de segurança e, principalmente, com políticas em que as pessoas se revejam e acreditem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Onze anos depois do início da governação socialista, a verdade é que Santa Maria está mais pobre, tem menos gente e não se vislumbra um capital de esperança que permita encarar o futuro com alguma tranquilidade.

Decorre daqui que só podemos tirar uma conclusão:

O Governo, no que a Santa Maria diz respeito, falhou!

Não vale a pena iludir a realidade, os marienses sabem-no, ou melhor, sentem-no no seu dia-a-dia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também não vale a pena desistir!

É necessário encontrar um novo paradigma de desenvolvimento, que paulatinamente, mas com segurança, inverta este ciclo negativo e crie uma nova esperança para aqueles, que como eu, escolheram esta ilha para viver.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos está inscrito o Sr. Deputado Alberto Costa, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção vem na linha de duas intervenções que o Sr. Deputado Sérgio Ferreira fez nos últimos meses por Santa Maria, em que faz um rol de queixas sobre um conjunto de questões que não têm forçosamente a mesma leitura por toda a população.

A verdade é que neste Plano e Orçamento para 2008, comparativamente com o de 2007, para Santa Maria, há um aumento efectivo de 59% de verbas. Mas como já disse uma vez aqui, não é pelos milhões que os senhores muito falam que tínhamos no plano que era importante para a ilha, mas sim pelas obras que lá se fazem.

O senhor falou aí numa série de actividades, tais como os sectores de pesca e agricultura.

O senhor sabe bem que em Santa Maria o sector terciário, desde há muitos anos, quando falou no paradigma de um novo desenvolvimento económico para Santa Maria, é o caminho a seguir, uma vez que a aviação que é a base de solicitação da economia de Santa Maria está, como se sabe, a chegar ao fim e há-de encontrar para Santa Maria outro modelo económico.

De resto, há em Santa Maria um conjunto de obras nesses 11 anos de Governo do PS como nunca tinha havido antes e a verdade é que as pessoas, no terreno, sentem-no e, como o senhor também disse, no conselho de ilha vê que essas obras estão a ser feitas e até achou que o plano era um bom plano.

Quanto ao que foi dito em relação a se fazer o desenvolvimento de tudo aquilo que há para os empresários através de acções, foi dito pela Sra. Presidente da Comissão Política do PSD de Santa Maria, que é da Câmara do Comércio, que isso tem sido feito através da Secretaria da Economia e da Delegação do Comércio em Santa Maria, o quer dizer que afinal esses dinheiros que estão à disposição das pessoas se não são usados, é porque as pessoas não têm capacidade de os usar e não porque o Governo não os tenha posto à disposição de todos aqueles que ali estão.

(Aparte inaudível do Deputado José Manuel Bolieiro)

O Orador: O tecido empresarial, se o senhor não conhece a ilha, é pequeno.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não, não conheço. A ilha fica do outro lado do mundo!

O Orador: O senhor conhece São Miguel e é dos tais que diz que São Miguel é que deve ser o motor da economia dos Açores e o resto é paisagem. Por isso não vale a pena o senhor falar nisso.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(*) Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Costa:

Eu não estava à espera que o senhor me desdissesse, porque isso não seria possível, tal como não se verificou.

Mas uma vez que realçou aí dois ou três aspectos sobre o Plano, sobre as obras levadas a efeito, nunca neguei as obras, nem vim para aqui falar de obras. As obras estão feitas, umas menos bem, outras melhores e reconheço-as. Nunca neguei isso.

Agora há uma questão que é necessário responder, independentemente do que a Câmara de Comércio diz ou deixa de dizer, porque cá por mim tenho a minha opinião. É necessário responder ao seguinte:

Há mais emprego em Santa Maria?

Há mais população?

Há mais riqueza?

São estas as perguntas que tem que responder e as políticas a levar a cabo têm exactamente que dar resposta a essas perguntas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque independentemente dos milhões que queiram pôr lá, continuaremos a andar para trás, até podermos chegar ao ponto, como já lhe disse uma vez, do não retorno, onde depois é quase impossível criar massa crítica para que Santa Maria se possa desenvolver.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É preciso ter atenção a isto agora. É por isso que chamo constantemente a atenção para esse factor e não me hei-de cansar até haver políticas que eventualmente invertam o estado de situação em que se encontra Santa Maria neste momento.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

(*) **Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Essa questão já foi falada aqui por duas ou três vezes.

Como o senhor sabe e bem, as políticas são feitas para as pessoas. Agora, as pessoas são livres de viver ou não numa ilha.

Agora, como é que se faz aumentar a população de Santa Maria? Como é que se cria mais empregos?

O senhor explique-nos, porque o Governo tem criado mecanismos para fixar e atrair as pessoas.

Isto é um problema dos Açores, não é de Santa Maria.

É um problema das ilhas pequenas e com certeza que é com as políticas que o Governo tem feito e tem vindo a desenvolver que se pode tentar inverter este género de coisas. Agora posso dizer-lhe que há uma estatística feita de 2007 para 2003 e as ilhas pequenas vão todas perder população, inclusive Santa Maria.

Portanto, não é nada que não se saiba. O que é preciso é parar e “estancar esta hemorragia”.

A criação de emprego tem a ver connosco que também vivemos lá.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: No início da presente legislatura o sector agro-florestal açoriano confrontava-se com dois importantes desafios:

- Por um lado, o desafio de reforçar, ainda mais, os indicadores da sua reestruturação e crescimento, cumprindo com os objectivos delineados no Programa do IX Governo Regional, sufragado pelos Açorianos e aprovado nesta Assembleia;

- Por outro lado, o desafio de continuarmos a fortalecer os indicadores de sustentabilidade do sector, ganhando as condições para reforçarmos os apoios ao rendimento e ao investimento dos seus agentes.

Com os sucessivos planos anuais destinados ao sector nesta legislatura, com a boa execução que tiveram e com os instrumentos que agora propõe para 2008, o Governo habilitou-se a cumprir, como era seu propósito e dever, com os objectivos e compromissos assumidos perante os agricultores açorianos.

Esta, aliás, é a melhor forma de contribuir para a evolução positiva do sector, para a credibilização das suas actividades e para a afirmação da sua importância no processo mais amplo de crescimento e desenvolvimento económico e social dos Açores.

Na realidade, as verbas dos planos anuais para a agricultura, que registaram crescimentos anuais significativos, voltam a crescer para 2008, permitindo continuar o esforço pela melhoria que se tem verificado nos indicadores que caracterizam o sector agro-florestal, bem como o aprofundamento dos investimentos na melhoria e modernidade das suas condições estruturais que proporcionam melhores condições para os agricultores, maior eficácia produtiva, melhor qualidade das produções e maior rendimento.

Com o plano de investimentos que agora propomos para a agricultura, temos condições para prosseguirmos com a melhoria e requalificação do ordenamento agrário, área onde, apesar dos benefícios já visíveis e por muitos agricultores usufruídos, ainda existem necessidades de investimento nas acessibilidades e nas redes de distribuição de água e energia às explorações.

Hoje, com os investimentos executados no ordenamento agrário, já a rede viária agrícola, adicionada à rede de caminhos rurais e florestais, beneficia mais de 80.000 hectares de superfície agrícola e cerca de 70% dos Agricultores Açorianos.

Com os investimentos na rede de água agrícola já beneficiam mais de 2.800 explorações, tendo-se executado mais de 2.000 ramais dedicados à sua distribuição.

Com o investimento na rede de distribuição de energia eléctrica, que tem sido fortemente impulsionado nos últimos dois anos e que será umas das preocupações centrais dos próximos investimentos no ordenamento agrário, contribuímos para a melhoria da qualidade das produções e para a sua necessária valorização.

Esta estratégia que tem sido prosseguida visando melhorar o ordenamento agrário, associada à modernização das estruturas de transformação e de comercialização, é uma estratégia que impulsiona a modernização da estrutura fundiária e o investimento dos agricultores na reestruturação e qualificação das unidades produtivas.

Aliás, num cenário de desmantelamento dos limites de produção no sector do leite, o que devemos fazer é criar condições para dar mais um forte impulso na evolução positiva dos indicadores da estrutura fundiária, ajudando o fortalecimento do tecido produtivo, tomando-o mais competitivo e com maior sustentabilidade para encarar, com sucesso, os novos desafios. Esta é, aliás, uma importante medida que o Plano consagra, através de um novo resgate leiteiro, medida que merece o aplauso de todos os agentes do sector pelo contributo acrescido que dá à reestruturação e ao redimensionamento da capacidade produtiva das explorações leiteiras açorianas.

Esta estratégia de melhor ordenamento agrário, de reestruturação das unidades produtivas e de modernização de unidades industriais de transformação resulta, ainda, no aumento das produções, ou seja, no reforço do contributo da agricultura para a criação de riqueza nos Açores.

Por exemplo, no último decénio, a produção de leite cresceu mais de 44%; a quota distribuída aos produtores cresceu mais de 34%; o número de animais abatidos na Região cresceu 72% e as áreas florestadas ou reflorestadas aumentaram mais de 113%.

Mas não ficamos por aqui: nas áreas das produções da chamada diversificação agrícola, são também visíveis importantes evoluções, na sequência dos incentivos e apoios que lhes têm sido direccionados, da adopção de novos modelos organizacionais dirigidos para o mercado e da enorme determinação dos produtores. Esta evolução demonstra que é possível criar novas oportunidades para a Agricultura Açoriana e que é fundamental associar a este processo a capacidade e vontade dos

produtores e das suas organizações, num conceito moderno de abordagem dos mercados.

Estes dados da produção revelam uma dinâmica de crescimento que não tem paralelo na Região. Estes dados, mesmo que simplesmente associados aos indicadores da reestruturação fundiária, de entre os quais releva a redução do número das explorações agrícolas, representam um forte reforço do rendimento das explorações agrícolas.

Com a aprovação do Plano para 2008 e com a sua plena execução, ficaremos em condições de continuar a dar o nosso contributo para essa evolução positiva e cumprir com a generalidade dos compromissos assumidos perante os agricultores açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta legislatura continua, ainda, um outro importante desafio. O desafio à capacidade negocial do Governo Regional para, mais uma vez, garantir as melhores condições de apoio aos rendimentos e ao investimento no sector agrícola.

Nesta matéria, como o reconhecem todos os que querem ver, os Açores obtiveram êxitos assinaláveis.

No âmbito do Programa Global que a Região apresentou e que adapta a PAC à realidade açoriana, encontram-se consagradas ajudas às produções animais, às produções vegetais, à transformação e à comercialização, tendo-se criado novas ajudas à inovação e à qualidade das produções pecuárias, ao abate de Ovinos e Caprinos, à produção horto-frutícola, flores de corte e plantas ornamentais, e à melhoria da capacidade de acesso aos mercados dos produtos agrícolas regionais.

Em termos financeiros, foi conseguido um crescimento dos limites máximos orçamentais do programa em mais de 20 Milhões de Euros.

Convém lembrar que não se trata apenas de mais milhões. Trata-se das pessoas. Trata-se, de reforçar o rendimento dos produtores, nas mais de 26 mil candidaturas que apresentaram às ajudas animais e nas mais de 3.500 candidaturas que apresentaram às ajudas vegetais.

Trata-se, Sras. e Srs. Deputados, de um novo quadro de ajudas que comporta maior segurança e previsibilidade para os agricultores.

Trata-se das pessoas, do seu rendimento e da competitividade e sustentabilidade das empresas agrícolas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Trata-se de centrar os objectivos políticos nas pessoas e no sucesso das suas actividades.

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos para o próximo período de programação, os Açores acabam de ver aprovado o seu Programa de Desenvolvimento Rural – PRORURAL – com a exacta configuração com que foram apresentadas todas as suas medidas e objectivos.

A aprovação do PRORURAL, por unanimidade dos Membros do Comité de Desenvolvimento Rural, representa uma vitória para os Açores e para a Agricultura e Agricultores Açorianos.

Resultante de um intenso trabalho desenvolvido em diálogo e cooperação com os vários parceiros sociais do sector e conformado com o aconselhamento e colaboração de várias entidades externas, o PRORURAL apresenta-se como um bom programa para os Açores e como um programa adequado e ajustado aos nossos interesses específicos.

Com este importante instrumento, os Açores irão continuar a promover a competitividade do sector agro-florestal e dos seus territórios rurais de uma forma sustentada e equilibrada.

Representando uma despesa pública superior a 322 Milhões de Euros para o total do período de programação, o PRORURAL também não é apenas milhões. Pelo contrário: o PRORURAL é apoio ao investimento modernizador das explorações dos nossos agricultores, é apoio ao regime de reformas antecipadas e ao rejuvenescimento da nossa agricultura, é apoio aos projectos de florestação e reflorestação de terras agrícolas marginais, é reforço do investimento que acrescente valor nas áreas de transformação e comercialização das produções agro-florestais, é apoio à manutenção da actividade agrícola nas zonas rurais (IC' s), à conservação e modernização do património rural, às estratégias de desenvolvimento local, ao

pagamento das Agro-Ambientais e à formação e informação dos agricultores. Ou seja, é apoio à competitividade do sector agro-florestal, à melhoria do ambiente e da paisagem rural e à melhoria da qualidade de vida das zonas rurais, à diversificação da economia rural e à qualificação dos seus agentes.

Ao Governo não basta, porém, melhores programas de apoio ao rendimento e ao investimento agrícola.

Para o Governo é também muito importante o reforço da autonomia de gestão destes programas, a redução da carga burocrática que lhe está associada e a celeridade na atribuição das ajudas ao investimento.

Por isso, à semelhança do verificado no processo de recolha e apuramento das candidaturas ao POSEI, que passou a ser feito em programa informático próprio da Região, com clara redução da carga procedimental, também os projectos de investimento apresentados no âmbito do PRORURAL, serão recolhidos e tratados em sistema informático dedicado, permitindo uma gestão de proximidade que em muito melhorará a execução do programa e a sua eficácia.

Com estes dois programas – o POSEI e o PRORURAL – e com o acompanhamento que lhes será dispensado pelos Planos Regionais, como aquele que propomos para 2008, a Agricultura e os Agricultores Açorianos terão um novo e importante ciclo de crescimento, com a segurança de que podem prosseguir o caminho do sucesso já percorrido e de que continuarão a contribuir, generosamente, para que se faça MAIS AÇORES.

Disse. Muito obrigado.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura:

A oposição tem acusado o Governo de só fazer investimentos em betão e de não fazer extensão rural, formação agrária e informação.

Gostaria que esclarecesse o Parlamento e os agricultores açorianos das acções que nesta área, em 2008, poderão ter à sua disposição.

Dos resultados do crescimento das produções já aqui nos deu conta. Gostaria também que nos desse conta daquilo que o Governo está a fazer e com quem, quanto à qualificação dessas produções?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) Deputado Henrique Ventura (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente porque o tempo escasseia para todas as bancadas, mas não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem saudar o Governo, na pessoa do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, pelo Plano que aqui apresenta à discussão e pelo aumento do investimento previsto para este sector.

Gostaria também de lembrar que o Programa do Governo discutido em Dezembro de 2004 tinha como pano de fundo a reforma intercalar da PAC, a qual previa limitação para a produção e inclusivamente imposição suplementar para quem não cumprisse essa quota.

Portanto, havia que continuar a defender o aumento dessa quota, mas também era importante que se apostasse no aumento do rendimento dos produtores através da qualidade, já que a quantidade estava limitada.

Foram necessários mais caminhos, melhor água, mais electrificação agrícola. Por outro lado, havia que apostar também no rejuvenescimento dos activos, nas reformas antecipadas, apoio à instalação de jovens, no redimensionamento das explorações através do SICAT e do resgate leiteiro em 2005 que irá continuar com outro em 2008. Na transformação, continuar a apoiar a modernização na indústria de lacticínio; na carne concluir a Rede Regional de Abate e o Sistema de Certificação da Carne, na diversificação da produção agrícola, nas produções industriais, agricultura biológica, horticultura, floricultura; no sector florestal promover o repovoamento florestais, valorizar a floresta.

O programa aqui apresentado em Dezembro de 2004 e os planos anuais que foram sendo apresentados entre 2004 e este que estamos a discutir para 2008, mereceram

do PSD, na pessoa do Sr. Deputado António Ventura, alguns comentários como: “conjunto de intenções desconexas; punhado de ideias semi-fechadas, ou seja, falta de estratégia”.

Nós dizemos que um Governo que se preocupa em apresentar um programa do Governo da maneira como aqui foi apresentado em 2004 e que depois traz a esta Assembleia como tem trazido para a discussão e aprovação, tem realmente uma forte estratégia para o sector, conforme o Sr. Secretário já aqui referiu.

Mas em relação ao Plano de 2008 aqui em discussão, no primeiro dia de debate, esta bancada foi acusada de serem pessoas de fé.

Deputado António Marinho (PSD): Isso não é uma acusação. É um elogio!

O Orador: Realmente somos pessoas de fé, porque acreditamos na capacidade dos açorianos e dos produtores açorianos para se adaptarem às circunstâncias.

Somos também pessoas de fé porque acreditamos que este Governo está no bom caminho e tem executado medidas...

Deputado António Marinho (PSD): Isso já não é fé, é ingenuidade!

O Orador: Esse é o seu conceito.

Ao contrário do PSD, que continua a fazer uma caminhada isolada e desesperada, para demonstrar ao povo dos Açores...

Deputado António Marinho (PSD): Isso já não é ingenuidade, é mentira!

O Orador: Se me deixasse concluir, agradecia que fizesse a conclusão final, em vez de estar a tirar conclusões precipitadas.

Vou repetir:

O PSD continua a sua caminhada desesperada e isolada para tentar demonstrar aos açorianos que tudo o que este Governo faz e tudo o que o Partido Socialista faz está mal. Claro que essa é uma caminhada desesperante!

É ver no Açoriano Oriental de hoje o que é que diz Paulo Simões em relação à vossa postura nesta casa.

Sr. Secretário, fomos também acusados, durante os últimos dias,...

Deputado António Marinho (PSD): Já não digo o que é que é a seguir!

O Orador: Desde que continue a ser aceitável aquilo que disser, estamos aqui para ouvir.

Dizia que nos últimos dias fomos aqui constantemente acusados de que o Governo não governava para as pessoas, mas sim para o betão.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, com o aumento que o senhor traz neste Plano de 2008, de 12,5 milhões de euros, gostaria que o senhor me indicasse nos milhões que tiveram que ser investidos nos caminhos agrícolas, no abastecimento de água e na electrificação agrícola, como é que esse betão chega às pessoas?

Uma segunda pergunta:

Gostaria que o senhor me explicasse, porque tem sido essa a opção do Governo, quais são os resultados na diversificação agrícola?

Já agora também, porque estamos a falar de pessoas e não de betão, para 2008 quais são as formações que estão previstas e as áreas para as quais estão previstas?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não sei se o Sr. Secretário vai saber responder. Cá para mim ele vai ter dificuldade em responder a essas questões!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

Não quero que nada lhe falte, nem que nada falte aos açorianos. Por isso trouxe-lhe uma oferta (estamos em véspera do Natal!). Trouxe-lhe aqui, se V. Exa. me permite, uma ofertazinha: um pacotinho de leite biológico para oferecer a V. Exa. e com isto introduzo o tema que pretendo ver esclarecido. É uma prenda modesta, mas é com boa vontade.

Sr. Secretário, relativamente ao leite biológico quero saber qual é a estratégia do Governo? Há possibilidade de aumentar a produção? É um valor acrescentado? Em que ilhas isso é possível fazer?

Relativamente à carne IGP, é uma aposta de futuro, Sr. Secretário?

É para produzir em todas as ilhas?

Temos a informação que com a rede de abate que temos não é possível produzir em São Jorge, por exemplo e não é possível produzir na Graciosa.

Portanto, gostaria de saber, relativamente à carne IGP, qual é a aposta do Governo e o que é que vai ser? É um nicho de mercado? Não é? Qual é a estratégia? Qual é também, Sr. Secretário, a estratégia do Governo para a formação dos agricultores na fileira da carne?

Por último, e nesta primeira intervenção, uma pergunta muito concreta:

Chegou-me aos ouvidos, Sr. Secretário, que se está a fazer na Ilha Graciosa a transferência de embriões sexuais, subsidiada pelo Governo Regional dos Açores, pela Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário.

Eu queria saber se se faz na Graciosa, por que não se faz noutras ilhas? Por que é que o Governo subsidia na Graciosa e não subsidia noutras ilhas?

E, com estas novidades recentes, qual é o objectivo do Governo em promover a transferência de embriões de vacas altamente seleccionadas e puras, grandes produtoras de leite? Qual é o objectivo para daqui a 5 anos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à pergunta colocada pelo Sr. Deputado Luís Paulo Alves, no que diz respeito às acções de formação, de informação e de divulgação agrária, gostaria de recordar que o número de acções que desenvolvemos na Região no âmbito da formação, divulgação e da divulgação agrária, tem crescido cerca de 117%.

O número de agricultores envolvidos nessas acções é superior, ao que era há 8/10 anos atrás, a 102% e isso é uma aposta clara na qualificação dos produtores, porque achamos que os activos agrícolas bem informados, bem formados e bem cientes das novidades que na agricultura se produzem diariamente, são activos agrícolas que melhoram a qualidade das suas produções, que promovem o crescimento dessas produções que introduzem novos modos e novos métodos de produção e que por isso contribuem fortemente para a valorização da sua actividade.

No que diz respeito à qualificação das produções agrícolas regionais, temos verificado um amplo processo, nomeadamente no que diz respeito às áreas da diversificação agrícola, mas também às áreas da carne.

No que diz respeito à qualificação das produções, fazendo de uma forma concertada com organizações de produtores, com os seus associados, com entidades exteriores que nos ajudam a conformar planos organizacionais e operativos para a valorização dessas fileiras e temos tido oportunidade de verificar que algumas dessas produções, mesmo com as dificuldades necessariamente adjacentes à sua pequena dimensão, têm aparecido no mercado com alguma pujança e com alguma capacidade, demonstrando que quando se promove a reestruturação do sector, nomeadamente nas áreas da produção leiteira, estamos a promover também a libertação de alguns terrenos antes usados para o cultivo dessas novas produções e para essas novas produções agrícolas. No que se refere às questões relacionadas com o betão, os milhões que foram aplicados nas infra-estruturas do ordenamento agrário (caminhos, água e luz às explorações) são investimentos que por essa prioridade devem continuar a existir na Região, ou seja, melhorar cada vez mais e ainda mais a rede dos caminhos agrícolas, rurais e florestais; em segundo lugar melhorar e aumentar cada vez mais a rede de distribuição de água às explorações; em terceiro lugar, reforçar a capacidade de distribuição de energia eléctrica às explorações.

Estes são investimentos que trazem para as explorações e para os produtores regionais importantes mais valias na redução dos custos, no melhoramento e qualidade das suas produções, na valorização dos seus produtos. Isso é um contributo necessariamente importante para a competitividade e para a sustentabilidade das explorações agrícolas.

Os resultados, Sr. Deputado, são aqueles que estão bem visíveis aos olhos de todos. Quanto mais investirmos nessas áreas, mais rendimento damos aos nossos produtores, mais crescemos nas nossas produções e mais contribui a agricultura para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

No próximo ano, com a proposta de Orçamento que aqui foi apresentada, como já estão feitos muitos investimentos na rede de caminhos agrícolas, vamos reforçar os investimentos na distribuição de água e dar um impulso ainda mais forte ao financiamento das electrificações agrícolas, porque se tivermos atentos, por exemplo, à valorização que as indústrias fazem do leite refrigerado, com a electrificação das

explorações agrícolas, estamos a trazer, directamente, muito rendimento a cada produtor beneficiado por esses investimentos.

No que diz respeito à questão do leite biológico e qual a estratégia do Governo para o mesmo, gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que temos na região uma caracterização do sector leiteiro que não nos permite, de um momento para o outro, qualificar as produções regionais em todas as ilhas e na globalidade das nossas produções.

Somos, como às vezes tenho dito, uma região que produz muito leite comparativamente à produção nacional (representamos nesse sector cerca de 30% da produção de leite nacional), mas temos uma grande dimensão para produções diferenciadas e ainda uma pequena dimensão, em termos de escala, para o grande mercado comunitário.

O que estamos a fazer é, em cada ilha, sugerir e incentivar as organizações, nomeadamente das unidades industriais e os produtores, através dos seus dirigentes, para desenvolverem processos de requalificação das suas produções. Aliás, aqui no Faial, é uma ilha onde já se realizaram vários trabalhos e reuniões para desenvolver um projecto desta natureza. Neste momento, estamos a proceder, conjuntamente com a fábrica de lacticínios e com as Associações Agrícolas, à identificação de alguém do exterior que possa vir trazer o aconselhamento técnico que é necessário para desenvolver na Ilha do Faial um processo dessa natureza.

Mas é bom que antecipadamente se diga que um processo destes não é criado por decreto. Um processo destes é feito com a compreensão, com o envolvimento, com o desejo, com a vontade dos produtores e das suas organizações.

Por isso, no Faial, iniciamos esse processo.

Temos da parte de todos os agentes do sector uma grande disponibilidade para apressar essa possibilidade e estamos agora em condições de trazer à região alguém que possa ajudar na planificação de todo esse processo sabendo, como se sabe, que um processo dessa natureza não se faz num ano. Leva-se às vezes 3, 4 ou 5 anos até que se comece a fazer essa certificação do leite biológico.

Mas também é bom que se saiba que se não se começar não temos nunca o fim do processo. Começamos na Ilha do Faial, porque nesta ilha os seus agentes, os agentes

do sector, mostraram total disponibilidade para interpretar um processo dessa natureza.

No que diz respeito à carne com Identificação Geográfica Protegida e qual a estratégia do Governo para esse sector e no que se refere à formação dos produtores que vão emergindo cada vez mais nessas explorações dedicadas ou vocacionadas para a produção de carne, dir-lhe-ei o seguinte:

O Governo tem incentivado, apoiado, todas as iniciativas que são tomadas pelas organizações de produtores detentoras da marca no sentido de se trazer à fileira três questões fundamentais:

Por um lado, apoio à qualidade, à melhoria genética dos animais de produção de carne, e isso tem sido feito através do apoio à importação de animais reprodutores machos para as explorações;

Por outro, temos o apoio à adopção de estratégias organizacionais para dotar a fileira de uma dinâmica orientada para o mercado;

Por último, têm sido disponibilizados ao sector aquelas infra-estruturas que foram criadas na Rede Regional de Abate, como as salas de desmancha, que permitem proceder a uma alteração significativa do modo tradicional de venda da carne dos Açores e permite que na Região permaneçam mais valias que tradicionalmente fugiam aos nossos produtores.

No que diz respeito à formação dos produtores, queria recordar que esta formação no sector da carne, em especial, não se faz apenas no âmbito daquela formação, informação e divulgação que há pouco, em resposta ao Sr. Deputado Luís Paulo Alves, aqui foi dada.

Fez-se também ainda no decorrer deste ano de 2007 com a deslocação de Centros de Conhecimento e de Produção, nomeadamente à França, através do contacto que houve com a Embaixada Francesa, no sentido de acompanhar com técnicos também regionais, um conjunto de produtores que foram visitar Centros de Produção de Carne dedicada à produção de carne na França.

Esta foi uma acção que todos os produtores envolvidos entenderam ser uma acção meritória para o reforço dos seus conhecimentos e dos procedimentos que adoptam neste sector.

Essa foi uma acção que certamente será repetida com outros produtores, noutras oportunidades, no Plano para 2008.

Em relação ao projecto de transferência de embriões na Graciosa, gostaria de lembrar o Sr. Deputado que temos uma situação muito particular fruto do investimento feito na unidade de transformação de leite naquela ilha e da grande dinâmica que se introduziu, e bem, no sector leiteiro.

Nós entendemos que devíamos levar àquela ilha um projecto para melhorar ainda mais a genética dos animais produtores de leite através de um programa de transferência de embriões.

Noutras ilhas, como por exemplo, no Pico, estamos a indicar aos senhores produtores do Pico e às suas organizações que também é possível desenvolver lá um processo dessa natureza e fá-lo-emos sempre que os produtores e as suas organizações o desejarem em qualquer parte dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

Olhe a promessa que aqui deixou: “sempre que os agricultores o desejarem”.

Nas outras ilhas pagam, nomeadamente na Terceira e em São Miguel, os seus embriões.

Portanto, a partir de agora o senhor vai começar a pagar embriões na Terceira e em São Miguel, porque a diferenciação positiva também às vezes é má, Sr. Secretário, e neste caso está a ser negativa e a criar desigualdade. É isso que o senhor deve corrigir.

Eu não fiquei satisfeito com essa explicação, por que é que para a Graciosa é tudo dado e os outros pagam e por que é que quando são vacas altamente produtoras de leite relaciona isto com o acabamento das quotas? Como é que resolve o assunto?

Mais uma perguntinha muito rápida, Sr. Secretário que requer uma resposta simples: Relativamente à construção e reabilitação dos caminhos agrícolas CP 1, CP 2, CP 4, CP 8, CS 1, CS 2, Beira/Rosais, queria perguntar ao Sr. Secretário quando é que vão

ser lançadas a concurso as obras de reabilitação destes caminhos agrícolas em São Jorge?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Os caminhos para São Jorge que estão no Plano, concretamente os caminhos agrícolas do perímetro de ordenamento agrário Beira/Rosais, estão estimados num valor de 3 milhões, 764 mil euros e o concurso público para a empreitada desses caminhos está em condições de ser lançado no início do próximo ano.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para o ano de 2008, apresentados pelo Governo nesta Assembleia, asseguram, com consistência, que os Açorianos têm reunidas as condições para continuarem o profundo processo de transformação dos Açores, que com os Governos do Partido Socialista estão a realizar.

Os documentos agora em análise espelham a matriz da Governação Socialista nos Açores, estruturando-se nos pilares da responsabilidade financeira, do crescimento económico sustentado e de uma sociedade mais justa e mais solidária.

Este modelo de desenvolvimento construído com as pessoas e para as pessoas, garantiu na última década um período de desenvolvimento que a ninguém deixou indiferente. Nem aos que nos visitam, nem aos que cá vivem e que tem validado nas urnas com o seu voto os resultados conseguidos.

Somos hoje, uma Região que cria riqueza e desenvolvimento superior ao País, que cria substanciais níveis de empregabilidade e mantém invejáveis taxas de desemprego em qualquer parte do mundo.

Somos hoje, reconhecidos internacionalmente pela nossa capacidade de excelência nalguns domínios de elevado cariz tecnológico, como a geotermia ou a investigação oceanográfica onde somos bons entre os melhores.

Somos hoje uma Região onde as pessoas vivem melhor.

Temos alcançado o progresso não só com sustentabilidade económica, mas também com sustentabilidade ambiental e a preservação da nossa identidade cultural.

Isso mesmo foi reconhecido pelo painel de peritos do Centro Geográfico Nacional de destinos sustentáveis da reputada revista Nacional Geographic na distinção feita entre cento e onze Ilhas e Arquipélagos. À excepção das Ilhas Faroe, os Açores superaram todas as ilhas e todos os arquipélagos da Europa e do Mundo, o que constituindo uma distinção com elevadíssima importância dando notoriedade aos Açores no Mundo, constitui também a indicação de que o caminho que temos trilhado para o desenvolvimento dos Açores é o caminho correcto.

Também pela qualidade das nossas intervenções ganhamos projecção nos fóra internacionais, como é exemplo mais recente, o lançamento do debate de políticas globais, com o dossier de Política Marítima Europeia.

Reconhecendo os muitos desafios a ultrapassar, sobre os quais continuamos a trabalhar, não podemos deixar de sentir muito orgulho nos Açores, nos Açorianos e no caminho que com eles estamos a percorrer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Agricultura Açoriana está também hoje na linha da frente no processo de transformação dos Açores.

Depois de décadas de enormes passivos históricos acumulados, a Agricultura apresenta já hoje, nos Açores, uma realidade que, pese embora inúmeras insuficiências, está inegável e profundamente transformada para melhor.

O sector agrícola agonizava, há apenas uma década.

Então, integrados no espaço comunitário há mais de dez anos, tendo que vencer os difíceis desafios que a integração no espaço comunitário já impunha, os Agricultores nos Açores e as suas Organizações afundavam-se em dívidas, em falências, sem infra-estruturas nem condições de trabalho, sem saídas, porque o parque Agro-Industrial desde as fábricas de lacticínios aos matadouros estava obsoleto, ao ponto de nem sequer poder continuar a funcionar à luz dos regulamentos que já então existiam, ameaçando a continuidade das produções agrícolas.

Não se vislumbravam estratégias sem resultados.

É sobre este quadro de profunda degradação do Sector mais importante da economia dos Açores que os Governos do Partido Socialista, com as pessoas – agricultores e suas organizações – ergueram a estratégia que confere já hoje a importância que o sector assume no crescimento da nossa economia e na relevância que possui no quadro nacional, permitindo profundas melhorias nas condições de trabalho e na vida dos Agricultores e das suas famílias.

Foi necessário num primeiro tempo sanear financeiramente os Produtores e as suas Organizações. Era imperioso recuperar os Agricultores e as suas Organizações para tornar possível a reconstrução do sector.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Chamaram-se à participação e robusteceram-se as Organizações de Produtores, tornando-as parceiros centrais da definição e da execução das Políticas de Desenvolvimento Agrícola.

Foi necessário então a todos, aos Agricultores, às Organizações e Empresas do Sector e ao Governo reunir muitos milhões, imprimir ritmos determinados e executar muito investimento em tecnologia e em betão.

Os Produtores fizeram então investimentos sem precedentes nas suas explorações agrícolas.

Um parque Agro-Industrial de elevada qualidade foi edificado por todas as ilhas, desde os matadouros às indústrias de lacticínios, transformando decisivamente a capacidade das suas fileiras.

A rede de infra-estruturas em caminhos agrícolas e florestais sofreu uma expansão exponencial por todos os Açores, conferindo assim aos Agricultores condições mais adequadas de trabalho e de redução de custos, que nunca tinham podido dispor.

Houve que levar água às explorações.

Não havia uma única exploração com água!

Hoje mais de 2.800 explorações estão abrangidas, servidas por uma rede de 198 km de extensão e com capacidade de armazenagem de 500.000 metros cúbicos de água. E não estamos satisfeitos, é preciso fazer ainda mais. Como é preciso fazer ainda mais na electrificação, embora no painel deste ano já se encontrem electrificadas

cerca de 160 explorações, com o impacto, como foi dito pelo Sr. Secretário, que isso traz no rendimento directo dos agricultores.

É bom que os senhores agricultores saibam, que a isto o PSD chama displicentemente investimentos em betão. Como é possível não reconhecer o quanto significa de alívio para os Agricultores deixar o vai e vem diário do trabalho de acartar água para as explorações. O que isso significa em termos das suas condições de trabalho, da qualidade das suas produções e da melhoria dos seus rendimentos.

Nós, a isto, pelo contrário, chamamos investir nas pessoas.

Vejamos o que se passa com a estrutura competitiva das explorações leiteiras.

Tomando para análise apenas os últimos 5 anos, 2001–2006, o volume de leite produzido nos Açores aumentou 14 milhões de quilos, enquanto no mesmo período se registou uma redução de 1.169 produtores.

Se organizarmos a produção em oito escalões que vão desde as pequenas explorações com produções anuais inferiores a 20.000 kg até às grandes explorações com produções superiores a 728.000 kg por ano, pudemos observar uma profunda reestruturação no nosso tecido produtivo apenas nos últimos 5 anos, repito.

O leite produzido nos primeiros quatro escalões com produções anuais até aos 150.000 kg diminuiu em 104 milhões de quilos havendo nesses escalões uma redução de 1.600 produtores.

Isto é, o número de produtores dos primeiro quatro, dos oito escalões observados, diminuíram em cinco anos mais 430 produtores que o total de retiradas na Região, fazendo desaparecer nesses escalões a produção de 104 milhões de quilos de leite.

Contudo como referimos o total do leite produzido aumentou no mesmo período 14 milhões de litros.

Significa isto que os três maiores escalões, que integram as produções anuais acima dos 200.000 Kg, explorações de média alta e altas dimensões, registaram esse forte aumento produtivo, de 126 milhões de quilos e viram aumentar em 386 o número dos seus produtores.

Os dados comprovam inequivocamente a existência de uma forte reestruturação em marcha no tecido produtivo leiteiro da Região Açores.

O efectivo bovino também aumentou em oitenta e dois mil animais. Produziram-se mais 150 milhões de litros de leite e os Açores passaram a fabricar quase 50% do queijo a partir de leite de vaca no País.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mais leite! Mais Açores!

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sempre!

O Orador: O nível das produções indica o nível dos resultados. A virtude das políticas mede-se pelos resultados conseguidos. Os resultados são estes.

Na estratégia prosseguida, cuidou-se também da qualificação das nossas fileiras, dos seus agentes e das suas produções. Duplicaram-se as acções de formação realizadas e duplicou-se também o número de agricultores envolvidos.

Convocámos e envolvemos um vasto conjunto de centros de conhecimento, Regionais Nacionais e Estrangeiros para apoiar a qualificação das produções.

Melhorámos, com bons resultados, a sanidade animal.

Se fica claro que nos orgulhamos do caminho percorrido, deve ficar também claro que nem por isso nos damos por satisfeitos.

Os desafios renovam-se continuamente. O grau e a qualidade das intervenções precisam de se aprofundar e de prosseguir. O tipo de respostas necessárias altera-se.

Por isso renovadas estratégias impõem-se para prosseguir com sucesso face aos novos desafios do desenvolvimento do Sector Agrícola e do Mundo Rural nos Açores.

Debatida e concertada, com o envolvimento dos Agricultores e das Organizações do Sector a renovação estratégica escolhida está feita e permitirá uma geração de políticas que continuarão a conferir aos Açores a capacidade de responder adequadamente não só aos desafios do Mundo globalizado como também aos novos desafios emergentes em resultado das alterações climáticas, da gestão de recursos hídricos, dos novos paradigmas das produções alimentares, das energias renováveis e da sua ligação à actividade agrícola.

Partindo das especificidades de natureza geográfica, económica, ambiental e social que caracterizam os Açores, esta estratégia aponta para a criação de riqueza através da inovação, para uma maior valorização das produções regionais e diversificação das actividades Agro-Florestais na melhoria do ambiente, da paisagem rural e da

herança cultural que constroem a “imagem dos Açores”, contribuindo assim para a qualidade de vida das pessoas e constituindo-se também como base para o progresso de outros sectores, como o Turismo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Nessa componente estamos de acordo!

O Orador: Muito bem.

Esta estratégia para a Agricultura desenvolver-se-á tendo em conta os aspectos económicos e ambientais e a vertente social do Sector, que se complementam para alcançar a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de uma forma ambientalmente sustentável e conferindo do ponto de vista social, estabilidade e atractividade aos meios rurais. Precisamos de ter o nosso território ordenado. O ordenamento do território é vital para a nossa estratégia futura.

Continuaremos a visar o aumento da competitividade do Sector Agrícola e Florestal, aumentando o nível de competências adquiridas pelos agentes do Sector, rejuvenescendo a população agrícola e promovendo melhorias nas estruturas das suas explorações.

Promoveremos a inovação e a qualidade nos produtos e nos processos, bem como a orientação para o mercado de todos os agentes das várias fileiras da produção.

Continuaremos a melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade Agro-Florestal, caminhos, electrificação.

Melhoraremos as respostas relacionadas com o ordenamento agrário e a estrutura fundiária.

Contamos tirar partido do crescimento do mercado interno, através do desenvolvimento do turismo e da crescente procura por produtos diferenciados, com qualidade, identificados com a “imagem Açores”, indo de encontro a um novo paradigma da produção de alimentos, satisfazendo os novos conceitos de nutrição com sabor, de alimentos puros oriundos dos Açores, produzidos com segurança em toda a cadeia alimentar, no mais profundo respeito pelo bem-estar dos animais e pela natureza.

O mesmo faremos para a gestão sustentável das terras florestais reforçando aqui também objectivos de prevenção de riscos naturais e de alterações climáticas.

Procuraremos assim a valorização socioeconómica do ambiente, o equilíbrio dos territórios, a valorização da biomassa para a produção de energias renováveis e a continuação do reconhecimento internacional do património paisagístico, biológico e geológico da Região.

Continuaremos a visar a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e a diversificação da economia rural, promovendo a diversificação das actividades nas explorações agrícolas, o desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer nos meios rurais e promovendo a valorização do património rural.

Procuraremos tirar partido das possibilidades multifuncionais e da diversificação de actividades complementares à Agricultura, promovendo a identificação dos Açores como local natural, com identidade própria, e potenciando o aumento da procura do Turismo Rural e do Turismo da Natureza.

Esta renovada estratégia delineada com os Agentes do Sector para adequadamente responder aos desafios colocados ao Mundo Rural e à Agricultura na Europa e no Mundo, terá igualmente em conta as respostas necessárias que eventualmente a avaliação do “estado de saúde” da PAC que agora se inicia, venham a introduzir.

Desde logo e no que toca ao aspecto de maior relevância para os Açores e que se prende com a possibilidade do fim das quotas leiteiras em 2015, o comunicado da Comissão que lançou a discussão pública sobre o “estado da saúde” da Política Agrícola Comum, considera a necessidade de proteger Regiões específicas, designadamente aquelas que mantêm uma forte dependência da produção leiteira.

Nas posições que o Governo Regional tem vindo a manifestar publicamente, é clara uma estratégia que passa pelos seguintes pilares:

- Garantia de capacidade produtiva.
- Garantia de estabilizadores de rendimento.
- Aumento da capacidade competitiva da fileira.

Na garantia da capacidade produtiva pretendemos um aumento de quota para os Açores e reivindicamos também a integração das 23.000 toneladas de direitos de produção em quota efectiva.

Para a garantia de estabilizadores de rendimentos pretendemos a integração do prémio aos produtos lácteos no Posei.

Sabemos que a melhor forma de enfrentar este novo desafio é aumentar a capacidade competitiva da fileira, na continuação do conjunto de estratégias que tem vindo a ser desenvolvidas, e daquelas que neste sentido já preparamos para o futuro, como são exemplo, o resgate leiteiro, a diferenciação do leite dos Açores, a inovação e a melhoria da qualidade dos produtos ou do acesso aos mercados.

Somos da opinião que os Açores possuem um vasto património na fileira leiteira, desde as Explorações Leiteiras às Agro-Indústrias, construído na vigência do regime de quotas que tem que ser defendido no processo agora em curso.

Pensamos também que a abertura manifestada para a manutenção do ligamento dos prémios à produção em regiões específicas devia continuar a ser aproveitado e que a vontade de elevar o limite mínimo da dimensão das propriedades também devia ser evitado nesta abertura dada para protecção de zonas específicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector agrícola é uma prioridade nos Açores.

Isso mesmo tem sido não só anunciado como traduzido nos Planos da região. Com o Plano para 2008, as verbas destinadas ao Sector Agro-Florestal atingem um aumento de 81.37% nos últimos cinco anos e se comparado com o Plano de uma década atrás, o valor é mais que três vezes superior.

Da análise do Plano ressaltam claras as prioridades resultantes das opções estratégicas para a agricultura. Reforço da competitividade, da qualificação, dos rendimentos e do Mundo Rural.

Nas Infra-Estruturas o investimento no abastecimento de água sobe 40% e a electrificação das explorações 145%.

Na redução de Custo nas Explorações Agrícolas o apoio ao investimento cresce 70% e os apoios ao rendimento 42%.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O que significa que antes era muito pouco!

O Orador: Na Reestruturação das Explorações Agrícolas o apoio à compra de terras para emparcelamento cresce 100% e o investimento na reestruturação fundiária 18%.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A base de partida era muito fraquinha!

O Orador: Na Diversificação das Produções Agrícolas, a diversificação da economia rural cresce 59%, o apoio às novas culturas 19%, crescendo o apoio às medidas agro-ambientais 14%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós há uma década tínhamos um Sector destroçado. Com os Agricultores e com as Organizações do Sector erguemos uma estratégia e com árduo trabalho de todos, reabilitámos e demos novos horizontes à Agricultura nos Açores.

Hoje colocam-se novos desafios. O quadro geral é de desintervenção e de liberalização. Os mercados de matérias-primas encontram-se instáveis.

Traçamos por isso com os Agricultores e as Organizações renovadas estratégias que nos permitem continuar a responder adequadamente aos desafios que os novos tempos estão a fazer emergir.

Estamos certos que com a estratégia traçada, com os agentes do sector envolvidos e determinados, continuaremos com sucesso a trabalhar arduamente por mais e melhor Agricultura em benefício dos Agricultores, dos Açorianos e dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2008 para o sector da Agricultura é um Plano muito atrelado a velhas ideias, não é portador de acções de futuro e, como tal, não consegue satisfazer as exigências agrícolas da modernidade.

Deputado Osório Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: É um Plano que é apresentado financeiramente como o maior de sempre, aliás, como foram apresentados os seus antecessores, mas continuo a não compreender a razão das queixas dos Agricultores se existe tanto dinheiro em todos estes planos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A realidade desmente os vossos números e os vossos discursos palavrosos. Discurso onde a maior parte das palavras não encontra existência prática. Basta para isso verificar que o Valor Acrescentado Bruto (VAB) no sector primário mingou entre 2000 e 2004.

É um documento onde o “investimento estrutural” continua a ser assinalado como marca, que diga-se em abono da verdade é preciso, mas são obras que se tornam eternamente inacabadas e ficam isoladas se não constituírem parte de uma política agrícola, também definida em eixos de orientação e de estratégia e, este Plano como os anteriores planos desta legislatura, ficam caracterizados pelo abandono de acções de estratégia.

Senão repare-se;

As bandeiras assinaladas pelo PS para esta Legislatura em matéria agrícola centravam-se na criação do Centro do Leite e Lacticínios, na implementação da Extensão Rural, no impulso político e prático ao Emparcelamento Agrícola e na revisão da Lei do Arrendamento Rural.

Deputado António Toste (PS): Isso é o mesmo do ano passado!

O Orador: O Centro do Leite depois de ter aparecido no Plano de 2006 e desaparecido em 2007 não é feita nenhuma referência em 2008. Um nítido recuo, um exemplo claro que o Governo não possui pensamento para além da obra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A Extensão Rural, do modo como estava corporizada no Plano de 2005 e 2006 nunca ocorreu, em 2007 e em 2008 evapora-se.

Para mais, incompreensivelmente, este é o terceiro ano que as verbas inscritas para a rubrica “experimentação e Divulgação Agrária” decrescem, ou seja, o discurso do Governo não coincide com a prática. Foi criada uma ilusão, no mundo real nada de substancial ocorreu, nada que justificou e justifica a elevada propaganda deste assunto.

A reestruturação fundiária foi anunciada no Congresso dos Agricultores em 2004 como a principal preocupação política da Governação Socialista para os próximos quatro anos, contudo já se passaram três e tudo se resume à minimalidade, nenhum

instrumento legislativo de estímulo ao emparcelamento agrícola veio a este Parlamento. Estamos perante um projecto piloto que não passa de piloto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A diversificação agrícola só existe em palavras e a área da formação profissional é abertamente um sinal da falta de esforço do Governo.

As verbas inscritas, neste Plano, mesmo subindo, persistem em ser irrisórias, o que denota uma ausência de sensibilidade do Governo Regional para esta temática.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Três vezes depois!

O Orador: O rejuvenescimento agrícola é outra temática que surge, e pela terceira vez consecutiva, entregue a si própria, sem destino, sem metas e sem ambição.

É preciso estudar-se novas formas jurídicas de cooperação entre os actuais titulares e os seus filhos, de modo a impedir-se a constante “fuga” de jovens do sector.

A investigação científica aplicada à Agricultura torna a receber uma nota negativa. Os montantes mantêm-se iguais a 2007.

Apostar permanentemente no conhecimento científico é apostar num passaporte universal para liderar o sucesso na inovação agrícola. Perceba-se que a inovação tem ciclos curtos no mundo moderno. Ademais, não se compreende que tendo em conta os meios técnicos e científicos ao nosso dispor, não se faça uma Agricultura com um melhor rendimento nos Açores.

A este propósito, um sintoma da precariedade do rendimento agrícola prende-se com o facto de estar a aumentar o número de Produtores de Leite que trabalham numa economia arcaica onde se trocam géneros por géneros, produto por produto, apesar do preço do litro de leite ter aumentado.

Deputado António Toste (PS): O senhor está a repetir-se! Essa intervenção é igual à do ano passado!

O Orador: Os senhores ficam incomodados, mas não tenho culpa. São as vossas políticas! Têm que se incomodar é convosco e não comigo. Sei que a verdade incomoda, mas são as vossas políticas e apenas digo o resultado das vossas políticas.

Repare-se que, o preço do leite tem vindo a subir, mas os preços dos concentrados para animais, do gasóleo, da mão-de-obra, dos fertilizantes, dos pesticidas, dos

medicamentos veterinários e dos produtos de higiene, igualmente, têm vindo a subir. Acresce a tudo isto o normal custo de vida igual a qualquer outro cidadão.

Enquanto o preço do leite tem crescido o preço da carne tem descido.

Com efeito, no subsector da produção de carne de bovino, a situação é grave. Comparativamente a 2006 o preço da carne sofreu uma diminuição que chegou, nalguns casos, aos 50 cêntimos.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Como é que é isso, Sr. Deputado?

O Orador: Soma-se a isto os drásticos cortes nos apoios comunitários pagos aos Agricultores, alguns atingindo os 50%.

O dinheiro anunciado pelo Governo foi diferente do dinheiro recebido pelos Agricultores,...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Lembre-se de 2003!

O Orador: ... uma diferença que se traduz em menos dinheiro em muito menos dinheiro. Igualmente aumenta os sinais de dificuldade pela compra de terras agrícolas, uma vez que este negócio só é realizado se agricultor conseguir vender algum bem patrimonial.

Na generalidade, estão a recorrer menos à banca e os rendimentos são insuficientes.

O resgate da quota de leite volta a ocorrer em 2008 depois de ter ocorrido em 2004, curiosamente os dois anos são anos de eleições Regionais. Sem dúvidas que no momento que surge é uma medida virada para a satisfação imediata da governação.

Também, não nos esqueçamos da elevada voz dos vossos anúncios, nesta Assembleia e fora dela, sobre a rubrica “diversificação da economia rural” com uma dotação de 2 milhões de euros, pois nem um cêntimo foi gasto em 2007. Foi criada mais uma ilusão.

O Governo tem que compreender que apostar na fileira estrutural sem em simultâneo apostar na mesma medida na fileira da estratégia, é o mesmo que bater palmas só com uma mão. Não é possível!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aguardávamos, novamente, que este Plano, o último desta legislatura, fizesse referência a aspectos agrícolas de “nova geração” e que influem decisivamente no rendimento dos Agricultores devido à demanda contemporânea da sociedade.

Referimo-nos ao contributo da Agricultura para as energias alternativas em particular pela utilização da biomassa pecuária e florestal.

Referimo-nos à existência de programas sobre a qualidade nutricional dos alimentos,...

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Já falámos disso tudo!

Deputado António Toste (PS): Isso é muita teoria, Sr. Deputado!

O Orador: ... um novo desafio dos Agricultores e que deveríamos estar a ser pioneiros.

Referimo-nos às Agriculturas naturais como a Biológica que é muito incipiente na Região e à certificação ambiental das explorações.

Referimo-nos a linhas de investigação para a alimentação animal, nesta necessária mudança alimentar que se avizinha por via das alterações climáticas.

Referimo-nos à biotecnologia aplicada a Agricultura.

E;

Referimo-nos, por exemplo, à função humanizante da Agricultura, especialmente como meio fundamental de fixação de pessoas nas nossas Ilhas.

Atenda-se ao despovoamento humano e ao envelhecimento da população que está a ocorrer nos Açores, principalmente nalgumas Ilhas.

São Ilhas que têm por base económica a Agricultura, pelo que a Agricultura é problema e simultaneamente a solução. O que se nota é que as vossas soluções são um problema.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, convém esclarecer que a baixa densidade populacional é mais uma consequência da prioridade das políticas seguidas do que um resultado das circunstâncias naturais.

A ausência de novas abordagens políticas neste Plano implica a existência de um pensamento desajustado e muito limitativo, sem visão.

Os senhores pensam no futuro ao ano e por isso estão na reacção em vez de estarem na acção.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Talvez por isso os Agricultores estão desmotivados, desinteressados, muitos já não acreditam nesta actividade e a maior parte diz aos seus filhos para procurarem outra profissão.

Perante tudo isto, a verdade é que o Governo Regional continua a falar e falar sobre muito dinheiro e os Agricultores continuam a contar os cêntimos.

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas notas relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Ventura, que não nos trouxe novidade nenhuma, para além daquele que é o estereotipo do seu discurso desde que o ouço nesta casa.

Para ele tudo esta mal na agricultura e nada se fez na agricultura.

O Centro de Leite e Lacticínios, queria dizer-lhe Sr. Deputado, que não é uma iniciativa do Governo, feita pelo Governo e para o Governo.

Deputado António Ventura (PSD): Ele não existe!

O Orador: É uma iniciativa que o Governo sugere, que vai ser feito, como está previsto no Programa do Governo, durante a corrente legislatura.

No que diz respeito à extensão rural, à informação e à formação dos agricultores, Sr. Deputado, se compararmos as acções de informação, de formação e de vulgarização agrária que existem nos últimos 10 anos relativamente aos 20 anos anteriores,

crecemos mais de 100% nas acções que implementamos nessas áreas. E mais! Crescemos mais do que isso. Crescemos 109% nas pessoas envolvidas nessas acções.

Deputado António Ventura (PSD): É preciso nova abordagem à informação!

O Orador: No que diz respeito à investigação e à experimentação agrárias, Sr. Deputado, veja, porque até já fez um requerimento a esta casa sobre essa matéria. Leia a resposta que foi dada ao requerimento e veja quantas acções, quantos protocolos temos firmado com entidades científicas regionais, nacionais e até internacionais. Veja, Sr. Deputado, porque não havia nada disto há 10 anos atrás.

Deputado António Ventura (PSD): Estamos a analisar o vosso tempo, não o nosso! Já perdemos as eleições!

O Orador: Sr. Deputado, no que diz respeito ao rejuvenescimento da agricultura, leia os números das pessoas que têm saído da agricultura, motivadas pelo processo de reformas antecipadas e do número jovens agricultores que estão sendo instalados e veja, Sr. Deputado, no que diz respeito ao rejuvenescimento, qual era o prémio de incentivo que era dado no vosso tempo à instalação de jovens agricultores, o que é dado hoje e quantas vezes esse prémio já cresceu nos Açores.

Deputado António Ventura (PSD): Já perdemos as eleições!

O Orador: O Sr. Deputado fala do resgate leiteiro. Há uma diferença, Sr. Deputado. Em 2004 foi feita a Portaria do resgate leiteiro, foi pago em 2005 e em 2006.

Deputado António Ventura (PSD): E financiado em 2004 várias vezes em campanha eleitoral!

O Orador: Este ano a Portaria é feita em 2007, já está publicada, e paga em 2008 e em 2009.

Sr. Deputado, com tudo aquilo que aqui disse, que é pura mentira...

Deputado António Ventura (PSD): Mentira?!

O Orador: ... e que não corresponde nada à realidade, há-de explicar-me, a mim e aos agricultores, como é que as produções regionais continuam a subir, nalguns casos quase que duplicaram em 10 anos, como é que não há falências na agricultura como havia antes, como é que não há atrasos na agricultura nos pagamentos aos produtores como havia antes?

Deputado António Ventura (PSD): As pessoas estão a sair! Há menos agricultores!

O Orador: Diga-me se isso é resultado da política e das estratégias que o Governo do Partido Socialista veio implementando ou se é resultado pura e simplesmente daquilo que os senhores nunca souberam fazer?

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

O senhor é prolífero a falar, mas tem dificuldade em escutar.

Daquela tribuna dei-lhe conta da profunda reestruturação que está ocorrendo no tecido e na capacidade das explorações leiteiras nos Açores. Aliás, isto é visível a olhos vistos, desde ilhas pequenas, como a Graciosa, até São Miguel e à Terceira, até nas ilhas onde a produção do leite tem diminuído a dimensão das explorações, a dimensão das produções por exploração tem crescido acima dos 50%.

O número de parcelas tem diminuído acima dos 40%. Isto, Sr. Deputado, o senhor tem que ouvir. Melhor, tem que escutar, porque não pode continuar a repetir naquela tribuna as coisas que vem repetindo.

O Sr. Deputado fala no investimento científico, da falta de investigação científica.

Sr. Deputado, temos envolvidos na fileira açoriana e a estudar os seus produtos e as suas produções, a Universidade do Porto, a Universidade de Ohio, a Universidade dos Açores, o Instituto Valenciano, o Instituto Superior de Agronomia, a Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens, o Instituto Politécnico de Bragança, o Instituto Nacional de Investigação Agrária, a Universidade de La Laguna, a Estação Zootécnica Nacional. Enfim... Um conjunto de institutos, como aqui referi, que têm nome, que não se esvaem na afirmação vaga de que não há envolvimento científico.

As coisas têm que se provar, têm que se indicar, têm que se apontar. Não cabem nessas afirmações cabalísticas que repetidamente o senhor vem afirmando naquela tribuna.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria também lhe dizer que é preciso descaramento para vir à tribuna da Assembleia Legislativa Regional falar de gasóleo agrícola. Os senhores estiveram 26 anos no Governo e não deram um apoio que fosse ao gasóleo agrícola.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Hoje, damos 64 escudos por litro de gasóleo para os produtores utilizarem.

É preciso também ter descaramento para vir falar de falta de verbas para a agricultura no Plano.

Sr. Deputado, nos últimos 5 anos o Plano aumentou 87%! Isso é quase o dobro em 5 anos.

Se o senhor for aos últimos planos que os senhores apresentaram, onde há falta de estratégia e de habilidade para canalizar dinheiros para a agricultura, este plano triplica essas verbas.

Perante isto, Sr. Deputado, o senhor ou escuta ou vai continuar a falar sozinho.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que depois de ouvir os vossos discursos, só há uma afirmação a fazer: os senhores continuam a vender “fumo”. Uma parte do vosso discurso é “fumo”!

Evidentemente que os senhores têm apostado na estrutura. Evidentemente que têm feito matadouros, caminhos e isto é fácil fazer, porque é com o dinheiro da Europa.

Deputado António Toste (PS): Se era fácil, por que é que não fizeram?

O Orador: Mas vamos a uma questão fundamental:

Relativamente à formação,...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Vocês nunca fizeram formação!

O Orador: ... nos Açores só 7% dos produtores agrícolas individuais é que têm formação. No Continente essa média é de 11 e a média europeia são 17%. Há aqui um atraso fundamental e os senhores congratulam-se com o aumento de 80 mil euros no Plano, relativamente a isto.

Diz que todas as acções têm aumentado.

Quer que lhe dê um exemplo dos sinais preocupantes que estão a acontecer?

De 2004 para 2005 aumentou o número de abates de gado bovino na região.

Aumentou, de 2006 para 2007, de Janeiro a Setembro. Sabe o que é que diminuiu, embora tivesse aumentado? Diminuiu os quilos desses animais.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Isso não é verdade!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O senhor não percebe nada disto!

O Orador: Isto significa que as pessoas estão com maior dificuldade em produzir quilos, em engordar os seus animais e esse é um sinal das dificuldades.

Relativamente à produção de leite, embora o preço do leite tenha vindo a aumentar, a produção de leite, exceptuando na Graciosa, tem vindo a diminuir.

Não tem havido *feedback* relativamente ao estímulo que tem havido por parte das indústrias.

E o resgate?

Se continuarem a fazer resgate dessa maneira, que não sejam estruturantes, única e exclusivamente para pôr dinheiro na mão dos agricultores, isso não funciona. Os resgates têm que ser estruturantes.

Fico-me por aqui. Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Pensar os Açores como uma região ambientalmente qualificada é um objectivo do governo sustentado num amplo consenso social que permite potenciar o valioso

património natural e pressupõe a utilização sustentável e integrada do espaço territorial.

A adopção das melhores práticas de ordenamento territorial constitui uma das principais preocupações da política de ambiente prosseguida pelo Governo.

Neste contexto, o sistema de gestão territorial tem evoluído decisivamente nos últimos anos, fruto do esforço que imprimimos à nossa actuação, o que tem permitido atenuar as lacunas ainda existentes.

No que concerne a Planos Especiais de Ordenamento do Território, cuja promoção resulta da intervenção directa do Governo, um grande esforço tem sido despendido na cobertura de todo o litoral, por Planos de Ordenamento da Orla Costeira. É naturalmente com muito agrado que registo a celeridade com que foram elaborados os POOC's de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo.

No próximo dia 3 de Dezembro entram em discussão pública. Também já foi divulgado em Jornal Oficial o lançamento do concurso público para a elaboração do POOC da ilha do Pico, o que permite antever o cumprimento da conclusão deste instrumento de planeamento nos prazos definidos. Para concluir todos estes instrumentos vamos lançar brevemente o concurso público para a elaboração do POOC da ilha do Faial.

Cabe ainda no contexto do sistema de gestão territorial dos Açores salientar uma especificidade regional no âmbito da panóplia de instrumentos de gestão territorial, que são os Planos de Ordenamento das bacias Hidrográficas das Lagoas. A Lagoa das Furnas e a das Sete Cidades são sítios de valor excepcional, de uma paisagem única, pela sua singularidade geomorfológica e enquadramento físico, bem como pela qualidade de relações visuais que proporciona.

Os projectos que estão a ser desenvolvidos contemplam a drenagem e pavimentação dos arruamentos existentes com materiais adequados e obras de correcção hidráulica, nomeadamente de controlo de percurso da água de forma a diminuir a afluência dos nutrientes às Lagoas e conseqüentemente de melhoria da qualidade da água. Lançaremos ainda este ano dois concursos públicos.

Já adjudicámos a elaboração dos Planos de Ordenamento das bacias Hidrográficas das Lagoas do Caiado, Capitão, Paul, Rosada e Peixinho, para a ilha do Pico.

Iniciar-se-á em breve a discussão pública do Plano Regional de Ordenamento do Território, na consecução de mais de dois anos de trabalho árduo. Importa sublinhar que só para a elaboração do PROTA, dos POOC's e dos Planos de Bacia o investimento já ultrapassou os quatro milhões de euros, o que salienta o esforço que também a nível financeiro foi feito para dotar a Região de um conjunto de instrumentos de gestão territorial estruturantes e modernos.

Para além de todo este trabalho, estamos empenhados em conceber e instalar um sistema de informação do Ordenamento do Território, em que toda a informação respeitante aos Planos elaborados pelo Governo, como por exemplo os POOC's, ou pelas Autarquias como os Planos Directores Municipais, esteja georreferenciada e acessível.

Pretende-se que o sistema permita que um cidadão, ao colocar as coordenadas geográficas de um qualquer terreno, obtenha uma ficha descritiva de todas as condicionantes a que o mesmo estará sujeito. Este sistema promoverá a aproximação dos cidadãos à administração pública, assim como permitirá obter uma maior eficiência de resposta por parte desta.

Vamos prosseguir com as obras de requalificação e protecção costeira. Dentro de poucos dias lançaremos os concursos públicos para as obras de protecção costeira da Praia da Ribeira Quente e para a estabilização de taludes da Ferraria, bem como os arranjos paisagísticos do acesso ao mar, na ilha de São Miguel. Na ilha Terceira já se encontra em fase de lançamento do concurso público para protecção costeira da Baía das Canas no Porto Martins e a reparação e reforço da Protecção Marginal do Terreiro de São Mateus.

No que diz respeito à consolidação da falésia do Porto Judeu, vamos proceder a sondagens para encontrarmos uma solução que estabilize os deslizamentos e consolide a falésia.

Em São Jorge já iniciamos a obra de Protecção Costeira da Fajã de São João.

Na Graciosa vamos lançar o concurso público da protecção costeira do Carapacho. Contamos ainda apresentar no próximo ano o projecto de protecção costeira de Santa Cruz – última fase, na ilha das Flores.

Deste modo, temos delineado um conjunto de intervenções na orla costeira tendo por objectivo a preservação dos valores naturais, a maximização das suas potencialidades e a protecção das pessoas e dos seus bens.

No que diz respeito às infra-estruturas dos recursos hídricos, vamos continuar o trabalho que temos empreendido no reforço das medidas de protecção e utilização integrada dos recursos hídricos. Estamos a concluir a requalificação ambiental das margens da Ribeira da Conceição nas Furnas, e já se encontra concluída a obra de intervenção das margens da Ribeira Grande, em São Miguel.

Estão a decorrer os concursos públicos para a adjudicação das obras de intervenção integrada da Ribeira de Santiago, consolidação da vertente ao longo da Rua dos Ferreiros de Água do Pau na ilha de São Miguel e a empreitada de intervenção integrada e requalificação ambiental do leito e margens da Ribeira da Ribeirinha na ilha Terceira.

Continuamos a implementar as medidas preconizadas no Plano Regional da Água, da responsabilidade desta Secretaria Regional. No próximo ano iniciaremos as medidas de protecção de origens de água no Pico, São Jorge, Corvo e Flores.

Já adjudicámos a elaboração do Plano de Gestão de Recursos Hídricos da RH9 e continuamos a monitorizar a qualidade das águas subterrâneas.

A diferenciação regional pela excelência ambiental e pelas especificidades geoestratégicas e económicas regionais, incluindo a sustentabilidade energética, a aposta na qualificação dos recursos humanos, na ciência e tecnologia como meios de maior proximidade entre os cidadãos e o governo, a mitigação dos riscos naturais e o respeito pelo património regional, como elemento aglutinador de todos os que aqui vivem, são propostas retomadas no Plano Regional do Ordenamento do Território.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A aprovação pela Assembleia Legislativa Regional do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho, veio consagrar uma reforma sem precedentes no regime jurídico de classificação, gestão e administração da Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores. A avaliação da situação regional da gestão de áreas protegidas veio demonstrar que a considerável expressão territorial de espaços com

os mais diversos estatutos de protecção não se coadunava com uma gestão espartilhada e destituída do conceito do contínuo ecológico, enquanto princípio subjacente à criação de redes integradas de conservação da natureza.

Nesta sequência, e na mesma linha reformadora, era premente pôr cobro à proliferação de diplomas que criaram e reclassificaram as Áreas Protegidas durante mais de duas décadas. A constituição de corpo legislativo coerente e uniformizado põe assim termo a um ciclo de iniciativas avulsas que, apesar de determinantes na sua época, hoje condicionariam a eficácia das políticas regionais de conservação da natureza e de preservação da paisagem.

A elaboração em curso das propostas de diplomas dos Parques Naturais de Ilha e do Parque Marinho dos Açores vêm concretizar uma das vertentes da implementação da Rede Regional da Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.

O principal desafio dos Centros de Interpretação Ambiental que estamos a construir é o de conseguir elaborar um programa claro de conteúdos, dotá-los de recursos e capacitá-los das melhores práticas da gestão por objectivos. Estes espaços devem privilegiar o dinamismo do processo de vida ecológica e devem promover o desenvolvimento de um turismo sustentável.

No próximo ano vamos concluir as obras do Centro Interpretativo do Farol dos Capelinhos e do Aquário Virtual, na ilha do Faial. Estão em fase de conclusão as obras da Casa da Montanha e o Lajido de Santa Luzia, na ilha do Pico. Está em fase de adjudicação a empreitada da Furna do Enxofre, na Graciosa.

Estamos a ultimar o projecto de execução do Centro Interpretativo da Caldeira de Santo Cristo, na ilha de São Jorge, e já iniciamos o processo de aquisição do imóvel nos Secadores de Tabaco em São Miguel, onde vai ser instalado um moderno Centro de Visitação da Gruta do Carvão.

No que diz respeito à rede Regional de Jardins Botânicos, inauguramos a obra de Centro de Visitação do Jardim Botânico do Faial. Este Jardim foi concebido para alojar o conjunto mais representativo da flora autóctone dos Açores, tendo por missão conservar as espécies mais raras da flora endémica, sobretudo as que se encontram ameaçadas de extinção. No futuro vamos construir a estufa para colocar a

colecção de orquídeas recentemente doada à região e estão também a decorrer a bom ritmo as obras de recuperação do Jardim de Sant'Ana, em São Miguel.

Importa ainda referir que estamos a preparar os trabalhos para apresentar a proposta do geoparque dos Açores à UNESCO, cujo objectivo consiste em elencar um conjunto de locais com importância geológica e interesse para o turismo ambiental.

O Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores, aprovado esta semana em Conselho de Governo, constituirá o instrumento normativo de referência para a gestão de resíduos nos próximos 7 anos. Pretende-se com este plano sectorial assegurar a valorização dos recursos naturais, a protecção da qualidade dos ecossistemas, a salvaguarda da saúde pública e a integração do Quadro Normativo da União Europeia. Este Plano visa a convergência dos interesses da Administração Regional e Local, das Empresas privadas, das Associações Não Governamentais de Ambiente, procurando contribuir para a promoção de uma política de gestão de resíduos eficaz e consentânea com os desafios da actualidade.

Cientes que há um longo caminho a percorrer, sobretudo no tratamento e valorização dos resíduos urbanos, orgulhamo-nos de, ao longo desta legislatura, termos dado passos concretos para a resolução do problema. A legislação sobre gestão de resíduos nos Açores, inovadora no contexto nacional, irá permitir que o tecido empresarial possa fazer investimentos nas operações de gestão de resíduos em parceria, ou não, com entidades públicas.

Por fim, no capítulo da educação e da sensibilização ambiental vamos continuar o trabalho que temos desenvolvido através da Rede Regional de Ecotecas. Nesta legislatura concluiremos a Ecoteca da Terceira, cujos trabalhos se iniciam na próxima terça-feira. No que diz respeito à Ecoteca de Santa Maria, já foi produzido o relatório de qualificação dos concorrentes, contamos adjudicar a obras dentro de alguns dias.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em Abril de 2005 afirmei nesta tribuna que em matéria de ambiente o Governo iria proceder às reformas necessárias para materializar um programa de desenvolvimento sustentável cujo lema era a qualidade, destacando nessa altura duas áreas

transversais: o investimento prioritário é nas pessoas e a componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores.

Hoje é consensual que os Açores são uma Região ambientalmente qualificada e esse objectivo é aliás sustentado num amplo consenso social.

O trabalho que temos desenvolvido e os galardões internacionais com que temos sido distinguidos evidenciam que este governo planeia e executa.

Os Açores são hoje conhecidos pela excelência científica e tecnológica, com particular incidência nos domínios das ciências do mar e da sustentabilidade ambiental.

Hoje sentimos orgulho na obra que estamos a construir e sabemos que esse é o sentimento partilhado por uma larga maioria de Açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Já aqui foi hoje referido, mas não é demais repetir, porque se as mentiras se repetem, as verdades devem ser repisadas:

A conceituada revista *National Geographic Traveler*, na sua edição de Novembro/Dezembro deste ano, coloca o nosso arquipélago no topo mundial do turismo sustentável ao atribuir aos Açores um prestigante segundo lugar no *ranking* das melhores ilhas do mundo para passar férias entre 111 destinos insulares e arquipelágicos analisados.

“Os 84 pontos alcançados em 100 pontos possíveis enquadram a nossa região no grupo das ilhas com dificuldades menores”.

Decididamente que os Açores estão na moda, pois também a revista “Sábado”, numa das últimas edições, ao eleger os 12 lugares mais bonitos de Portugal, escolheu para capa não só uma paisagem dos Açores, linda por sinal, mas particularmente uma paisagem da Ilha das Flores, a Lagoínha.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, falando concretamente da Ilha das Flores de que o National Geographic Traveler realça “os belos montes cobertos de hortênsias”, não tenho dúvidas que parte significativa daquelas dificuldades menores que atrás referi, reside na eliminação do passivo ambiental e na adequada recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, nada que, aliás, V. Exa. não saiba já.

Tanto assim é que na reunião realizada a 20 de Junho em Santa Cruz das Flores, o Conselho do Governo deliberou, no âmbito da implementação do SIGRA, Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores, autorizar a abertura do concurso público para a construção do centro processamento e centro de valorização orgânica por compostagem, que inclui uma estação de transferência, bem como as infra-estruturas de apoio complementares pelo concelho das Lajes.

Decidiu também já V. Exa., colaborar e apoiar as câmaras municipais através da elaboração dos projectos no que concerne ao processo de selagem das duas lixeiras a céu aberto que ainda existem nas Flores. Mas os senhores não sabem e é por isso que é bom recordar.

Pelo menos no que toca à Ilha das Flores, e o mesmo é dizer à “Suíça Açoriana”...

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: As verdades incomodam, mas V. Exas. vão ouvir, mesmo que não queiram, porque até agora ainda estão em minoria e vão continuar assim por muito tempo.

... resolvidos estes problemas, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, não tenho dúvida alguma de que teremos todas as condições para sermos considerados, nós, os Açores, tal como as Ilhas Faroe, um arquipélago “autêntico, conservado e com probabilidade de se manter assim”. É isto que ambicionamos, é isto para já que queremos.

Por tudo isto, Sra. Secretária, e espero que a minha intervenção breve não esteja a prejudicar os apartes da oposição incomodada, impõe-se-me perguntar qual o ponto da situação relativamente quer à construção do Centro de Processamento e

Compostagem das Flores, quer à selagem das lixeiras, mais concretamente naquilo que a V. Exa. se reporta, que tem a ver com o quando é que V. Exa. muito concretamente pensa estar em condições de fazer a entrega aos dois municípios florentinos, dos respectivos projectos de selagem daquelas manchas na nossa linda paisagem?

Muito obrigado, e à oposição desculpem por não estar aqui a falar de coisas cinzentas, mas a falar de coisas verdes, azuis, lindas e brilhantes, como a Ilha das Flores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tal como disse daquela tribuna o Governo planeia e executa.

O projecto foi apresentado publicamente na última visita do Governo à Ilha das Flores, encontra-se com o seu projecto de execução pronto e irei lançar o concurso público assim que houver possibilidades dentro da Secretaria, mas num curto espaço de tempo. Ele vai custar 3 milhões e meio de euros.

Por outro lado, para o projecto da selagem das duas lixeiras a céu aberto, já fizemos os levantamentos topográficos e já temos também o projecto bem encaminhado. Quero aqui dizer-vos que assim que construirmos este equipamento que vai ser, durante o próximo ano, procederemos depois à entrega desse projecto à Associação de Municípios para que possam selar as suas lixeiras e implementar a recolha selectiva, que foi isso que ficou acordado com ambos os concelhos.

Só espero que da parte dos municípios cumpram, porque da minha parte, da parte do Governo, o nosso compromisso vai estar cumprido no decurso do próximo ano.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Al Gore e o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas da Organização das Nações Unidas foram agraciados com o *“Nobel da Paz”* deste ano, *“pelos seus esforços na construção e disseminação de maior conhecimento sobre as alterações climáticas induzidas pelo homem e por lançarem as bases necessárias para inverter tais alterações”*, prémio que receberão no próximo dia 10 de Dezembro, em Oslo.

Se a este facto juntarmos a referência aos vencedores e as razões inerentes à atribuição dos prémios Nobel da Paz nos últimos anos – em 2006, Muhammad Yunus e o Banco Grameen *“pelos seus esforços por criar desenvolvimento económico e social a partir das bases”*; em 2005, Mohamed ElBaradei e a Agência Internacional da Energia Atómica *“pelos seus esforços para prevenir o uso da energia atómica para fins militares e para assegurar que a energia nuclear para fins pacíficos seja usada da forma mais segura possível”*; e em 2004, Wangari Maathai *“pela sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz”* – logo constatamos a crescente importância que o Comité do Prémio Nobel da Paz – tal como a sociedade em geral – atribui à necessidade de um desenvolvimento sustentável, assente nas suas três vertentes principais – económica, social e ambiental. Estas escolhas do Comité do Prémio Nobel da Paz evidenciam, também, o reconhecimento de que a assumpção, à escala global, do desafio da sustentabilidade – em particular o combate às alterações climáticas – é a questão central do desenvolvimento humano para a actual geração e constitui um novo caminho para a paz mundial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

No mesmo registo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou, na última terça-feira, o *“Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008”*, que se dedica a uma análise profunda da problemática das alterações climáticas.

O Relatório alerta para o facto da Humanidade estar confrontada com a *“urgência cruel”* de solucionar *“uma crise que envolve o hoje e o amanhã”* e que ainda se pode

prevenir, apesar de termos “menos de uma década” para mudar de rumo. Para tanto, é necessário fomentar a vontade política de cooperação entre os povos e colocar ao serviço do combate às alterações climáticas os recursos financeiros e a capacidade tecnológica existentes, sob pena do eventual falhanço significar não só “falta de imaginação e liderança políticas”, mas, sobretudo, “uma falha moral numa escala sem paralelo na história”, pois, ainda de acordo com o Relatório, “não há assunto que mereça atenção mais urgente – nem acção mais imediata”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já o afirmámos anteriormente e repetimo-lo nesta ocasião: o Programa do Governo, as Orientações de Médio Prazo e a prática de governo evidenciam uma clara opção política e a determinação do Governo dos Açores e do Partido Socialista na operacionalização do conceito de sustentabilidade, ao contemplarem um inequívoco fortalecimento e incremento das políticas públicas de Ambiente.

E os documentos ora em apreciação – propostas de Orçamento e Plano Anual para 2008 – confirmam, em toda a linha, tal opção política, já que os Açores conhecerão no próximo ano o maior investimento público de sempre nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, concretamente 22.803.000,00€ no Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental, e 360.000,00€ no Projecto 26.1 – Utilização Racional de Energia.

Assim, no quadriénio de 2005 a 2008 foram orçamentados, no conjunto dos planos anuais, 83,3 milhões de euros para as políticas de Ambiente, correspondendo a um aumento de mais de dezasseis vezes (1.634%) relativamente ao Plano de Médio Prazo de 1993 a 1996, onde foram orçamentados somente 5,1 milhões de euros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

Mas mais do que a clarividência dos números deste registo plurianual, pretendemos, hoje, evidenciar a consistência das opções estratégicas de carácter estrutural assumidas ao longo destes onze anos de governo do Partido Socialista.

Para tal e face às questões suscitadas no último Relatório de Desenvolvimento Humano, escolhemos a política energética, por aquilo que esta trouxe de evolução na nossa matriz energética e conseqüente contributo dos Açores para a necessária

mudança de curso, no sentido da Humanidade passar a viver em respeito por um orçamento global do carbono.

Se em 1996, os Açores produziam 69,7 Gwh de energia eléctrica com origem em fontes renováveis, no final deste ano essa produção ultrapassará os 225 Gwh, significando um acréscimo de 323%, fruto dos investimentos efectuados no sector e da aposta numa política de incremento das energias endógenas – com destaque para a geotermia –, as quais representarão, no final do presente ano, quase 31% do global da electricidade comercializada na nossa Região.

Este incremento do potencial endógeno no domínio das energias renováveis – apesar do aumento da produção e do consumo de electricidade que se tem verificado – repercutiu-se, já este ano, na diminuição da produção térmica em cerca de 11%, ou seja, menos 69,5 Gwh do que em 2006, tornando o sector menos dependente dos combustíveis fósseis.

A eficiência energética é outra componente essencial do desenvolvimento sustentável e, neste domínio, os resultados verificados na nossa Região também são merecedores de realce. Desde logo, porque o aumento do consumo de electricidade em 2007 (4,3%) será inferior em 0,7% ao crescimento médio anual que se tem verificado no território continental (5%), e porque, no período de 2003 a 2007, se obteve uma redução de 3,5% nas perdas de energia no sistema eléctrico regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os factos e os números evidenciam o acerto e o sucesso das políticas públicas, como foi confirmado, há poucos dias, pela comissária europeia Danuta Hubner, ao considerar os Açores ***“um excelente exemplo de como os desafios globais devem ser abordados por cada região da Europa”***, e como tem sido evidenciado em reputadas publicações internacionais, nomeadamente as revistas “Islands” e “National Geographic Traveler”, já hoje vastas vezes referida.

O rumo traçado pelo Partido Socialista, na trilha de um desenvolvimento sustentável, está a produzir resultados – bons resultados. Vamos prosseguir-lo, em nome do futuro, construindo sempre mais Açores.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Agradecia ao Grupo Parlamentar o favor de indicar um Deputado para o substituir na Mesa.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai terminar as suas intervenções falando da mais bela ilha açoriana de entre as 20 mais belas do mundo: o Pico!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Henry Kissinger, numa célebre entrevista televisiva conduzida pelo Dr. Mário Soares, fez a seguinte afirmação: **“a política contemporânea não tem características visionárias, limita-se a gerir o dia-a-dia, depende da opinião pública e das sondagens. No entanto não é por isso que as pessoas ficam mais satisfeitas, nem os políticos mais populares”**.

De acordo com este raciocínio, o exercício do poder é cada vez mais a arte de ser reeleito e menos a de governar.

Ora esta frase fez-me lembrar o Governo que temos tido na nossa Região.

Um Governo que se preocupa essencialmente com a política material; um Governo que cede a grupos de interesse, que pressiona a comunicação social quando não a consegue abafar; um Governo que se preocupa com a popularidade instantânea, que faz obras avulsas, sem estratégia e sem bons resultados; um Governo que se convence que governa atirando com dinheiro para os problemas, considerando que com isso os resolve, que usa os milhões como analgésicos ou paliativos das

enfermidades sociais e económicas; um Governo que faz a sua auto-avaliação em metros quadrados de asfalto e metros cúbicos de betão.

Deputado José Ávila (PS): E em quilómetros!

Secretário Regional da Económica (Duarte Ponte): Daqui a pouco está a pedir mais betão!

O Orador: E um Governo destes, não é um Governo que cumpra a sua função; não é um Governo que corresponda aos objectivos principais do que deve ser a governação; não é um Governo que sirva os interesses das populações das nossas nove ilhas, que nos fazem os Açores.

Nos Açores, precisamos de um Governo que se preocupe com o desenvolvimento equilibrado das nove parcelas açorianas e que entenda as suas diferenças e especificidades.

Precisamos de um Governo que se preocupe mais com as pessoas, enquanto pessoas e menos com os eleitores.

Governar é escolher. É fazer opções. É ter um rumo, uma estratégia, é ter um modelo de desenvolvimento cujas políticas visem um objectivo essencial: **a melhoria da qualidade de vida das pessoas.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento e o progresso de uma Terra ou de uma ilha, estão muito longe de depender apenas da execução de um pacote de obras públicas, sobretudo quando essas obras não têm por base uma estratégia de sustentabilidade económica e de coesão social e territorial.

Fixemos esta intervenção na ilha do Pico. Olhando para trás, fazendo fé nas obras feitas, e tendo em conta os milhões gastos, resta analisar os resultados. Olhamos para as famílias picoenses e percebemos que estas não vivem hoje melhor do que viviam há 6, 7 ou 8 anos atrás. Pelo contrário, acho que vivem hoje com mais dificuldades.

Então será caso para nos interrogarmos. Que efeito tiveram tantos milhões na vida das pessoas?! No dia-a-dia das suas famílias?! No Poder de compra?! No rendimento disponível?! Nos cuidados de saúde?! Na educação?! No emprego?! E em tantas

outras vertentes sociais, mas também nas vertentes económicas, na saúde das nossas empresas, na sustentabilidade dos investimentos privados e na criação de riqueza?!
Acontece que a política material não deixou espaço para a política social.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Se tivesse que classificar esta governação socialista diria que teve **um suficiente nas políticas materiais e chumbou nas políticas sociais.**

A maioria socialista, que prometeu governar para as pessoas, rapidamente esqueceu as pessoas e cedeu aos interesses da obra fácil.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: E é por isso que a parametrização do discurso político do Governo ficasse por aqui: **quantificação material e financeira.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estando hoje aqui em causa a análise do Plano do Governo para 2008, sendo este um Plano de fim de legislatura, da 3ª legislatura de governação socialista, e um Plano de continuidade, ele não deve ser aqui analisado de forma isolada. Deve ser lido também como um Plano que encerra um ciclo de governação.

E para sermos correctos na análise, não vamos aqui afirmar que o Governo nada fez ou que fez tudo mal feito. Obviamente que não.

Este Governo fez coisas. Fez coisas boas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Aliás como era sua rigorosa obrigação.

Mas também ninguém, em consciência, deveria vir a esta tribuna procurar fazer passar a mensagem de que estamos perante um Governo exemplar, um Governo que fez tudo bem feito, um Governo que não falhou, um Governo que não merece qualquer reparo.

Não, longe disso. E naturalmente, se assenta bem aos deputados da maioria, vir aqui relevar os aspectos positivos da governação, têm os deputados da oposição toda a legitimidade para vir aqui criticar e denunciar o que esteve e está mal na governação, as omissões e os falhanços deste Governo, de forma justificada e credível.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É a isto que se chama Democracia. Mesmo que alguns tenham dificuldade em aceitá-lo.

No Pico, o Governo falhou no essencial. Passo a concretizar:

Falhou na Educação.

Falhou na Saúde.

Foi tímido nas acessibilidades.

Foi insuficiente na coesão social, económica e territorial.

Na educação, inaugurou a Escola Cardeal Costa Nunes, executada pelo último Governo do PSD.

Encerrou 12 escolas do 1º ciclo (repito 12), sem grandes preocupações com as comunidades locais. Prepara-se para encerrar mais umas tantas, contribuindo cada vez mais para a desertificação das Freguesias e Lugares e para a descaracterização das respectivas comunidades. Relativamente à construção da **Nova escola secundária das Lajes do Pico**, não passou ainda da promessa feita em 1996 e repetida várias vezes nestes 11 anos. Nesta matéria adiou, ziguezagueou, enganou. Em 11 anos fez tudo para alimentar a expectativa, e esqueceu-se de executar a obra. Ou seja, fez o que lhe é mais fácil e em que se tornou especialista: **gerir as expectativas.**

Na saúde, pouco ou nada de novo. Os picoenses não sentem as grandes melhorias do sistema de saúde que por aí se apregoa.

Com a criação da Unidade de Saúde da ilha do Pico – USIP – (grande bandeira deste Governo), **passou-se a poupar onde se calhar não se devia e a gastar onde se deveria poupar.** Não teve a coragem de proceder às alterações de funcionamento do sistema de saúde como deveria, nomeadamente num serviço de urgência condigno e eficaz. Não se empenhou a sério nos recursos humanos de que o sistema tanto está carenciado, como médicos, enfermeiros e técnicos de outras especialidades.

Passados 11 anos, o Governo socialista traz ao palco das suas promessas eleitorais uma questão muito cara aos picoenses. **A possibilidade das parturientes do Pico poderem ver os seus bebés nascerem na sua ilha.** Espero, muito sinceramente, que esta seja uma questão para levar a sério e que tenha sido apresentada com toda a

responsabilidade. Quero acreditar que sim. Oxalá que se concretize, para bem dos picoenses. Oxalá que esta não tenha sido mais uma manobra de diversão para enganar os picoenses, a 1 ano das eleições legislativas regionais.

Nas acessibilidades, embora reconhecendo o esforço que se fez e é visível, nas estradas regionais, na consolidação do molhe do Porto Comercial de São Roque e no Aeroporto, poder-se-ia e dever-se-ia ter ido mais longe. Fazendo o necessário ordenamento da área portuária do Porto Comercial em São Roque e o reordenamento do Porto da Madalena. Já do Aeroporto, depois de tantos milhões gastos e a gastar ainda, os picoenses continuam há mais de dois anos à espera dos aviões.

Teimosamente o Governo não quis ir mais longe nestas infra-estruturas se bem que insistentemente reclamadas pelas forças vivas da ilha.

Na política de coesão social, económica e territorial, limitou-se a deixar a ilha entregue a si própria. Deliberada e reiteradamente **negou a inclusão do Pico nas ilhas da coesão**.

Em matéria de investimento público, há 3 anos consecutivos que coloca **o Pico, em 5º lugar** da tabela. Apenas à frente das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo.

Assim foi no plano de 2006, no de 2007 e é agora no plano para 2008.

Parece até que o Pico, para este Governo, passa a ser **uma ilha excluída**.

Faço notar que por exemplo **no programa 15.1 – sistemas de incentivos e apoio à coesão**, o Pico (a segunda maior ilha em área e a 4ª em população), fica **em penúltimo lugar**. Apenas à frente da ilha do Corvo.

É curioso ainda sublinhar que por exemplo no ano passado, o Pico foi a 4ª ilha a fazer melhor utilização deste programa.

Isto prova que na ilha há dinamismo empresarial, há vontade de investir, há vontade de criar riqueza e gerar emprego. O que tem faltado é vontade ao Governo de estimular, incentivar e apoiar essa força positiva dos empresários picoenses. É mau que assim seja.

Os empresários picoenses não merecem isto!

Nos **fundos da coesão**, o **Governo dá dinheiro a quem não o pode utilizar** e não dá a quem teria capacidade de o utilizar convenientemente em favor da coesão

económica, social e territorial. Numa ilha como o Pico isso seria uma mais valia com elevado potencial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em suma: de que adiantará o esforço de construção nas infra-estruturas de 5 estrelas se corremos o risco de ter cada vez menos utilizadores residentes na ilha?! E o Governo não estabelece políticas de combate à desertificação humana das nossas ilhas?!

De que servirá uma boa estrada se os cidadãos não têm capacidade de ter um carro para nela circular?! Pois na verdade, os cidadãos, em geral, vão tendo cada vez menos dinheiro disponível. O **custo de vida sobe e o poder de compra desce** (o índice de poder de compra é apenas de 67% da média nacional). É esta a verdade inconveniente que o Governo e seus defensores políticos pretendem ocultar.

De que serve um Aeroporto de 5 estrelas se os aviões lá não aterram, para levar e trazer pessoas?! Para que serve um investimento tão vultuoso, se ele depois não tem uma estratégia de rentabilização, uma estratégia de servir as pessoas e as empresas?! Se ela não se coloca ao serviço da própria Terra?!

Sr. Presidente do Governo: estes são os factos que nos deixam interrogações preocupantes.

Ficarei sim muito mais satisfeito se souber da vinda de mais médicos, de mais enfermeiros, ou de outros técnicos na área da saúde para a Unidade de Saúde da Ilha do Pico; se souber que mais 2 ou 3 jovens licenciados regressaram à ilha e encontraram na ilha mercado de trabalho compatível com a sua formação técnica.

Ficarei muito mais satisfeito se vir o Governo Regional estabelecer contratos de parceria com as nossas autarquias ou com os nossos empresários, em projectos estruturantes de desenvolvimento da nossa ilha.

Mas porque não vejo nada disto a acontecer e porque acho que isso seria importante acontecer, não posso revelar a minha satisfação com este Governo, nem alinhio com a satisfação de alguns.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero mais para a minha ilha. Quero mais porque acho que o Pico merece mais e sobretudo merece melhor.

Os picoenses e o Pico não podem ficar para trás.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um Plano do Governo Regional deve ser um compromisso sério e para ser levado a sério. Deve por isso comportar uma forte carga ética.

Deve ser verdadeiro e realista. Não deve ser ilusório nem enganador.

Todos sabemos que este Plano não é para cumprir. É um plano eleitoralista. É um plano rosa-pálido. Ou como se diz no Pico: rosa-desmaiado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Durante algum tempo consegue-se impressionar os cidadãos com obras. Mas esgotado esse tempo se as pessoas não sentem que a sua qualidade de vida melhorou, desencantam-se e desiludem-se.

Durante 11 anos as pessoas foram impressionadas, iludidas e enganaram-se.

Por isso revelam agora um desejo de mudança.

Este plano encerra um ciclo de 12 anos de governação socialista. Um ciclo que está esgotado e que também por isso merece ser encerrado.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD tem sido useiro e vezeiro, nesta câmara e nomeadamente neste debate de Plano e Orçamento, em insinuar que o Governo está a ceder a grupos de interesse.

O PSD tem sido useiro e vezeiro, neste debate em brincar ao toque e foge com a honra, com a honorabilidade e com o bom nome das pessoas que dão o seu melhor a esta terra. Isto não é luta política. Isto só tem um nome: cobardia política!

Portanto, de uma forma muito simples, Sr. Deputado Cláudio Lopes, exijo que o senhor diga a que grupos de interesse é que o Governo cede; exijo que o senhor diga quando é que o Governo tentou silenciar a comunicação social e quando não o conseguiu e pressionou a comunicação social.

Vamos ver se o senhor tem a coragem, que diz ter, para participar num debate de verdade.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Cláudio Lopes para afirmar o seguinte:

Nem eu, nem os picoenses, compartilhamos desse seu pessimismo doentio.

Quer eu, quer os picoenses, acreditamos no Pico, no seu futuro e temos a certeza de que os investimentos e as infra-estruturas que foram desenvolvidas com esses investimentos pelos governos socialistas no Pico nos colocam no caminho certo para o desenvolvimento e o bem-estar que almejamos e que neste momento já é bem diferente do que tínhamos quando o Partido Socialista chegou ao poder. Nessa altura sim, havia pessimismo, falências e a desgraça, pode-se mesmo dizer-se, grassava no Pico em todos os sectores de actividade económica e social.

É verdade o que diz: “Governar é escolher!”

Mas, Sr. Deputado Cláudio Lopes, governar não é só escolher, porque se governar fosse só escolher ficaríamos por uma gestão governativa muito semelhante àquela que foi a sugestão autárquica onde também fez muitas escolhas, mas nunca tomou nenhuma decisões.

Governar não é só escolher!

Governar é também decidir e nessas decisões os picoenses estão connosco, estão, têm estado nos últimos anos e continuarão a estar.

É evidente que não há nenhum governo que não mereça reparos. Este Governo e os Governos Socialistas que o antecederam também merecem reparos.

E em boa verdade, e se quiserem fazer justiça, terão que ver que reparos fiz eu mais do que toda a oposição.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Super-homem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: Porque uma coisa são reparos fundamentados; outra coisa é a bagunça dos reparos que os senhores fazem. São coisas muito diferentes.

Os reparos fundamentados implicam sentido de responsabilidade e aquilo que os senhores dizem implica, isso sim, a mais absoluta irresponsabilidade.

O Governo falhou na educação no Pico?

Sr. Deputado, já estamos muito à frente do tempo em que a educação era a aldeia, a igreja e a escolinha. Já estamos na face em que a educação são grupos escolares significativos, com alunos, com um professor por cada nível de ensino e em número de alunos suficiente para poderem socializar e conviver.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Fale com a sua irmã que é Presidente do Conselho Pedagógico!

O Orador: Estamos muito à frente nessa matéria. Não partilhamos da sua teoria e os picoenses também não partilham...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Os professores do Pico que falarem consigo vão explicar-lhe bem!

O Orador: ... porque nunca, em nenhum momento, marcharam contra o encerramento de nenhuma escola. Perceberam as vantagens. Estiveram também aí connosco. Estão e continuam a estar connosco também na educação.

Falhou a obra?

Bom, veremos!

Os picoenses voltar-se-ão a pronunciar daqui a um ano e veremos se falhou ou não a obra. Estamos convictos de que não falhou. Vamos continuar a fazer obra, porque

consideramos que essa obra ainda continua, nas questões e nas estruturas essenciais e fundamentais, a ser muito importante.

Falhámos na saúde?

Não, não falhámos na saúde.

Nós criámos o modelo organizacional para a ilha que é aquele que melhor vai gerir e que provas tem dado, que melhor gestão faz de todos os recursos na saúde da ilha.

Folgo em ouvi-lo falar num sistema de urgência capaz, porque ainda me lembro da satisfação que os seus correligionários políticos orquestraram contra esse mesmo sistema de urgência. Não foi assim tão longe como isso, nem está tão longe assim da nossa memória.

Queria felicitá-lo finalmente pela afirmação de que o nosso aeroporto é, finalmente, o aeroporto que o PSD não queria, ou seja, um aeroporto 5 estrelas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD tem realmente muito pouco tempo, o que não me vai dar espaço para o debate, infelizmente. Gosto muito de debate e tenho pena de não ter tempo.

Muito rapidamente, Sr. Secretário Regional da Presidência, eu enunciei num dos primeiros parágrafos da minha intervenção um conjunto de características próprias de um Governo que não tem condições de fazer uma boa governação.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não, não. Quais são?

O Orador: Não disse que era este em particular.

Além disso, não me sinto aqui em nenhum tribunal com a obrigação de provar ou justificar nada.

Se o senhor se sente efectivamente atingido e lesado, accione os seus processos no lugar certo, em que há debate político e há confronto de ideias.

Relativamente ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, a sua resposta está dada na minha intervenção, mais um conjunto de escritos que o senhor tem entregue nos jornais da Ilha do Pico, dizendo bem da sua justiça o que é que considera as políticas deste Governo Regional em matéria, por exemplo, de políticas de transportes, do facto do

Pico estar ou não nas Ilhas da Coesão, mais uma série de coisas que põem em causa as políticas e a falta de estratégica deste Governo. Portanto, é o senhor que está dando as respostas a si próprio. Não vou ser eu que as vou dar agora aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mas quem julgam os senhores que são?!

Mas quem julgam os senhores que são e o que julgam os senhores que somos?!

Os senhores acham que podem chegar aqui e dizer que o Governo cede a grupos de interesse? Que o Governo tenta silenciar a comunicação social?

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: Depois vêm dizer que fizeram um conjunto de características.

Não, Sr. Deputado!

O senhor afirmou que o Governo cede a grupos de interesse.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Leia com atenção!

O Orador: Gostaria de deixar registado em acta para a câmara a incapacidade do Sr. Deputado Cláudio Lopes de dizer quais são os grupos de interesse, quais foram as situações em que o Governo tentou silenciar a comunicação social.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Não tenho nada que provar!

O Orador: E sei por que é que ele foi incapaz! Porque não há! **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Se não há, tanto melhor para todos nós!

O Orador: Porque este é um governo que não pratica esse tipo de coisas.

Ficou-lhe muito mal o senhor enveredar por este caminho.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também muito rapidamente só para afirmar o seguinte:

Eu não sou dos que atiram a pedra e escondem a mão.

Assumo publicamente as minhas convicções e a defesa daquilo que entendo ser melhor para a minha terra e para os picoenses. Faço-o tanto em público, como em privado, sem que isso me cause qualquer transtorno ou qualquer problema, porque são questões de consciência que se sobrepõem a quaisquer outras.

Faço também porque, Sr. Deputado Cláudio Lopes, e é bom que isto fique claro, na minha família ter pensamento próprio é mérito, é virtude. Não é crime, nem defeito!

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(*) **Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Compete-me apresentar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a proposta do Plano e Orçamento para 2008 no âmbito do sector das pescas.

As propostas que agora apresentamos demonstram claramente uma vontade política de continuar a reforçar a aposta num sector que é de grande importância sócio-económica para a nossa Região.

As verbas inscritas neste plano e orçamento permitem-nos intensificar o programa estratégico de desenvolvimento das pescas que projectamos e iniciámos há onze anos atrás para este sector da nossa economia marítima.

O mar é essencial para o desenvolvimento e prosperidade da nossa Região. Desempenha um papel essencial na nossa vida económica, social e cultural. Constitui uma fonte importante de riqueza, com grande potencial de crescimento, desde que a sua exploração seja efectuada de uma forma sustentável, sem prejudicar a sua utilização a médio e a longo prazo.

A nossa identidade regional abrange a nossa Zona Económica Exclusiva, o nosso território marítimo, cuja dimensão representa mais do que 400 vezes a dimensão do nosso território terrestre.

A importância estratégica que esta Zona Marítima representa para nós, impõe, como objectivo prioritário, garantir que a sua utilização seja baseada na aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável que são hoje uma das imagens de marca dos Açores.

A pesca, actualmente, é uma das principais formas de exploração do nosso mar, desempenha não só um papel importante na actividade económica açoriana, como também constitui uma fonte de emprego com impacto significativo na nossa Região.

À visão tradicional do sector das pescas, seja nas fileiras da captura, da transformação ou comercialização, com as respectivas componentes sociais e culturais, há que acrescentar a importância que o consumo de pescado representa para o ser humano.

A fileira da pesca, para além de ser um pilar estratégico do nosso auto-abastecimento alimentar, representa uma mais-valia em termos de benefício para a saúde pública da nossa população, o que lhe confere uma importância estratégica acrescida para a nossa Região.

A actividade do nosso sector pesqueiro tem que assentar na aplicação de um regime de exploração que seja efectuado de uma forma racional que preserve a biodiversidade e que crie condições para que as nossas gerações vindouras continuem a dispor do pescado de qualidade que os nossos mares actualmente contêm.

Quando por via do pacote de medidas legislativas da actual Política Comum de Pescas foi decidido premiar algumas frotas comunitárias que de forma irresponsável tinham delapidado as suas próprias zonas de pesca, dando-lhe a possibilidade de transferirem as suas embarcações para outras zonas marítimas onde sempre se pescou de forma responsável, como é o caso da nossa ZEE, essa solução não foi a correcta nem dará um futuro promissor ao sector Europeu das Pescas.

A coerência e a razão da nossa postura de contestação à abertura das nossas águas até às 100 milhas, tem recebido apoio da grande maioria da comunidade científica internacional com interesse nesta matéria e até de grande estados, como é o caso dos Estados Unidos da América.

O processo de recuperação da nossa Zona Económica Exclusiva que colocámos no Tribunal de 1ª Instância das Comunidades Europeias, com o apoio unânime de todo o sector das pescas, constitui apenas uma frente em todo o nosso trabalho em prol da defesa dos interesses regionais no seio da União Europeia.

No entanto, o resultado da nossa intervenção junto das instâncias comunitárias, já deu frutos que são bastante importantes para a preservação dos recursos aleóticos na nossa Região.

É que, de forma pioneira na União Europeia, conseguimos que fossem proibidas, de forma definitiva, nas nossas águas, a utilização das artes mais depredadoras que existem na actividade da pesca – as redes de emalhar de profundidade e o arrasto de fundo – garantindo assim, que na nossa ZEE, não fossem introduzidas artes que os nossos pescadores não utilizam.

Esta situação, só por si, constitui uma mais valia para a sustentabilidade da pesca na nossa Região, mas para nós ainda é insuficiente.

Queremos conseguir uma protecção ainda maior e melhor da nossa ZEE. É com esse propósito que, coerentemente, continuaremos a utilizar todos os instrumentos que estiverem ao nosso alcance para defendermos um património regional que é nosso, que é de todas as açorianas e de todos os açorianos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É uma obrigação à qual nos associamos!

O Orador: Um dos meios a utilizar na defesa da nossa ZEE e com impacto a nível comunitário será, seguramente, a criação de mais áreas marinhas protegidas onde, naturalmente, terão que ser limitadas o número e o tipo de embarcações de pesca que utilizam a coluna de água acima do leito dos nossos bancos de pesca.

Com a defesa intransigente dos interesses regionais no seio da Política Comum de Pescas europeia, queremos garantir que a pesca nas nossas águas possa continuar a ser exercida, com rentabilidade, a longo prazo, e que continue a ser uma alavanca do progresso e desenvolvimento da nossa Região.

O equilíbrio entre a rentabilidade e a sustentabilidade do sector das pescas também passa pelo controlo da actividade de capturas nas nossas costas e no mar.

A Inspecção Regional das Pescas, entidade criada por um Governo do PS, não só tem contribuído para incrementar as acções de fiscalização do nosso Arquipélago, como

permitiu que a Região passasse a dispor de um instrumentos efectivo de coordenação e de planeamento de acções de fiscalização para serem executadas por entidades nacionais com competência nesta matéria.

Também nesta matéria continuaremos a insistir e a investir no fortalecimento do dispositivo de vigilância da nossa Zona Económica Exclusiva de modo a garantir que a pesca nas nossas águas seja efectuada sem pôr em risco o nosso património pesqueiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional tem realizado um grande esforço de investimento em todas as infra-estruturas públicas de apoio ao sector marítimo da nossa Região para recuperarmos o atraso estrutural de todo um sector que nos foi legado em péssimas condições.

O projecto reformador da nossa rede portuária que iniciámos há 11 anos atrás está hoje à vista de todos os açorianos. Os nossos portos estão actualmente num patamar de qualidade que não tem nada a ver com aquilo que herdámos nos finais de 1996.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não têm vergonha?

Os senhores já têm 11 anos!

O Orador: Melhorámos, incontestavelmente, nestes últimos 11 anos, as condições de trabalho e de segurança que proporcionamos aos nossos pescadores. As melhorias que temos vindo a efectuar na rede de infra-estruturas e equipamentos públicos de apoio à actividade marítima é consequência de uma determinação política em apostar no mar que nos rodeia, que constitui um dos pilares fundamentais do nosso presente e do nosso futuro.

É, pois, nossa vontade com um investimento previsto neste Plano intensificar a aposta na requalificação e expansão das nossas zonas portuárias. Quanto melhor forem as condições oferecidas pelas nossas infra-estruturas e equipamentos portuários aos nossos pescadores, mais reforçada sairá a competitividade e a produtividade da nossa frota de pesca.

A eficiência e a rentabilidade dos nossos profissionais da pesca é também para nós uma prioridade.

É por essa razão que disponibilizamos verbas expressivas para continuar a desenvolver e modernizar a nossa frota de pesca para que a actividade da pesca seja exercida e cada vez mais com melhores embarcações e melhores equipamentos que permitam melhores condições de conservação de pescado, de trabalho e de segurança a bordo.

Nesta componente, é de realçar o novo regime da actividade marítimo-turística que abre novas oportunidades de negócio aos nossos armadores no âmbito da pesca de turismo, actividade inovadora no nosso país e com grande potencial em que, salvaguardadas as condições de segurança e conforto das pessoas embarcadas, proporcionará não só mais rendimentos como divulgará e valorizará a própria profissão de pescador.

Na vertente da formação profissional, ferramenta fundamental para a valorização humana do nosso sector das pescas, iremos continuar a investir em acções formativas em todas as ilhas da nossa Região nas áreas relacionadas com a segurança, condução de motores e conservação de pescado, garantindo assim aos nossos marítimos uma renovação e uma actualização de conhecimentos de qualidade.

Na fileira da comercialização e transformação dos produtos da pesca, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Regional, apoiaremos a renovação e requalificação ambiental das nossas unidades industriais, bem como a promoção de acções inovadoras que conduzam à criação de novos produtos do mar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O fortalecimento da actividade da pesca passa, necessariamente, pelo reforço da capacidade organizativa dos próprios pescadores. O diálogo que estabelecemos com esta classe profissional, permitiu a partilha de tarefas e de responsabilidades com as estruturas representativas dos pescadores, quer seja no âmbito da gestão dos recursos marinhos, da gestão dos portos de pesca e da própria formação profissional, o que constituiu uma nova cultura evolutiva do próprio sector e que contribuiu decisivamente para a valorização e organização da classe piscatória.

Como a pesca depende muito das condições climatéricas, inserimos também um instrumento de coesão social, que criou um mecanismo de apoio aos nossos profissionais da pesca, quando em consequência de mau tempo não possam exercer a sua actividade. Este mecanismo de compensação salarial, participado e gerido responsabilmente e em conjunto com os próprios pescadores, constitui uma justa ferramenta de intervenção numa profissão especial que, ao contrário do que acontece nas outras actividades em terra, está bastante condicionada no seu regular exercício pelas condições que a natureza impõe.

Pretendemos, pois, continuar a aprofundar a descentralização de tarefas em colaboração com os profissionais do mar, mas também queremos fazer depender cada vez mais a actividade da pesca da informação científica, porque os recursos na nossa ZEE não são inesgotáveis e a sua perenidade depende sempre de um esforço de pesca que não se sobreponha à própria capacidade de auto-regeneração.

No âmbito da investigação marinha as parcerias com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, não só têm sido fundamentais, a nível regional, para implementarmos regulamentação que tem ajustado actividade distractiva à disponibilidade dos nossos recursos pesqueiros, como também, a nível comunitário, tem permitido reforçar o nosso poder negocial face à Política Comum de Pescas Europeia. Por estes motivos, queremos continuar a intensificar, cada vez mais, com este Plano, esta ligação entre ciência e o mar, para garantirmos o futuro da nossa pesca.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então devia ter mais verba a reforçar.

Se a intenção é boa, devia ter mais apoios!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para uma região insular como os Açores, a aposta no desenvolvimento sustentável do sector da pesca marítima constitui um desafio e uma oportunidade de diferenciação e de valorização da nossa Região na União Europeia.

Com o investimento previsto neste Plano e com o dinamismo que o sector das pesca apresenta, continuaremos a mudar, seguramente os Açores para melhor.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar.

Deputado José Gaspar (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional anual e o Orçamento para 2008, agora em discussão nesta Assembleia, são documentos elaborados na continuidade do que tem vindo a acontecer ao longo dos últimos anos, estando no horizonte do Governo Regional a promoção, o desenvolvimento bem como o crescimento económico e social da nossa Região.

O sector das pescas têm constituído ao longo dos últimos anos uma aposta forte dos Governos Regionais do Partido Socialista. Tanto na construção e melhoramento de infra-estruturas como na promoção, crescimento, desenvolvimento e modernização do sector, projectando sempre uma política de progresso e de continuado desenvolvimento desta actividade, os governos regionais do Partido Socialista, têm conseguido a melhoria gradual das condições de vida de todos os que dependem desta actividade na Região.

Longe vão os tempos em que o sector das pescas se encontrava em decadência, fruto de políticas de desenvolvimento (sem visão) implementadas pelos Governos do PPD/PSD.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso foi no Séc. XII!

O Orador: Não. Foi agora, há pouco tempo!

Para que o sector tivesse futuro, foi necessário definir e implementar um plano estratégico de recuperação e requalificação de todo o património, em virtude das condições degradantes e praticamente de abandono em que o mesmo se encontrava na altura.

Este plano estratégico de desenvolvimento das pescas trouxe resultados que estão à vista de todos, com intervenções em todos os portos de todas as ilhas da Região, melhorando as condições de operacionalidade dos mesmos e vindo de facto ao encontro das aspirações dos nossos pescadores e de todos os que desta actividade

dependem, dando-lhes razão na aposta do desenvolvimento deste sector na nossa Região.

Mesmo com todos estes resultados que se tem obtido ao longo da última década, continua o Governo Regional a desenvolver e a melhorar através de intervenções de grande importância as zonas portuárias de apoio à pesca em todas as Ilhas, cujos investimentos vão continuar, renovando, criando, melhorando e optimizando ao máximo as estruturas já existentes.

Mas continuamos a dizer que as pescas não se limitam só às áreas portuárias, tem outros aspectos importantes que é necessário continuar a melhorar.

Competitividade no mar e em terra, a partilha de tarefas entre os profissionais do sector e os cientistas e a modernização da frota, a fim de aumentar a segurança dos pescadores e o aumento da produtividade pela introdução ou renovação de equipamentos. É importante melhorar todas as condições inerentes à actividade dos pescadores, para que a profissão continue atractiva aos jovens, não só pelos rendimentos auferidos como pelas condições de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Formação Profissional é um dos elementos mais importantes na sustentabilidade da pesca. É muito importante também para o desenvolvimento humano e social de todos os que exercem esta actividade.

A Formação Profissional tem de ir mais longe, abrangendo além dos aspectos técnicos relacionados com a profissão, também toda a participação e intervenção social a que os pescadores estão sujeitos no quadro de uma democracia cada vez mais participativa.

Para que o nível de participação seja mais eficaz é necessário integrar na formação profissional, elementos de estudo relacionados com uma participação cívica adequada. Englobando na educação cívica, não só uma melhor defesa do nosso meio ambiente e sustentabilidade dos recursos, como a consciência e enquadramento da participação dos pescadores através das suas organizações e o que cada uma delas representa no xadrez actual.

Sem a consciência do valor e função de cada organização social e por melhores intenções que tenhamos não é fácil mobilizar pessoas.

Não é fácil cooperar em terra quando no mar, cada barco representa um concorrente acérrimo de todos os outros.

Só uma consciência aprofundada destas problemáticas pode alterar alguma coisa.

É importante continuar a apostar em melhores, mais seguras e cómodas embarcações, através da sua modernização e apetrechamento, criando melhores condições de trabalho e de segurança para as tripulações.

Só assim poderemos atrair ao sector, pessoas com maior grau de instrução e assegurar a contínua e tradicional ligação familiar ao sector cuja transmissão de conhecimentos se bebe desde o berço.

Por todas estas razões se torna importante neste domínio a intervenção continuada do Governo a qual assume importância decisiva num sector que traz grandes valias económicas e sociais para a Região.

A continuação de parcerias científicas no âmbito da investigação marinha continuam a ser importantes na criação e implementação de regras adequadas à gestão dos nossos recursos. A participação dos pescadores através das organizações que os representam é uma necessidade premente a todos os níveis, porque só assim poderemos reforçar o nosso poder negocial face à política comum de pescas.

Este trabalho continuo vem fortalecer cada vez mais a união entre a investigação e o mar garantindo, por um lado, uma pesca sustentável nos nossos mares e, por outro lado, a transmissão do nosso património marinho às futuras gerações e à humanidade, bem como a importância económica, social e cultural desta actividade entre nós, bem como a salvaguarda da sua função de auto-abastecimento.

Este nosso património é de grande importância estratégica para a região, por isso temos que continuar a assumir, sempre e em todas as instâncias a salvaguarda da nossa ZEE (que os senhores nunca fizeram), tal como o governo o tem vindo a fazer com êxito, conseguindo a proibição de utilização por todas as embarcações, na nossa ZEE, das artes de pesca mais depredadoras.

A fiscalização da actividade pesqueira, controlada pela Marinha e pela Inspeção Regional de Pescas tem-se revelado útil, mas insuficiente, talvez pelas limitações a

que estão sujeitos os dois organismos. É importante acabar com alguns constrangimentos e passar a um modelo mais eficaz e que incidisse bastante no aspecto preventivo através duma presença mais próxima e dinâmica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As dotações apresentadas neste Plano e Orçamento para 2008 no sector das pescas, são dados importantes a destacar, porque continuam a vir ao encontro das políticas anteriormente implementadas nesta área as quais apostam no incremento de desenvolvimento sustentável a pensar no equilíbrio entre a gestão e a conservação dos recursos e a melhoria dos rendimentos de todos os que deste sector dependem.

As verbas adstritas ao Programa 11 – Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca, num total de 32.268.350€, sendo 24.486.000€ do Plano e outros fundos 7.782.350€, duplicando praticamente os investimentos do ano anterior, serão distribuídas pelos seis projectos a seguir indicados:

Inspeção e Gestão, Infra-Estruturas Portuárias, Frota, Transformação, Comercialização e Cooperação Externa, Recursos Humanos e Programa Regional de Desenvolvimento no Sector das Pescas.

A continuação de políticas que garantam cada vez mais a sustentabilidade, controlo e uma gestão cautelar e racional dos recursos, com a colaboração, empenho e responsabilização dos armadores e pescadores, apostando na manutenção da actividade com um nível económico aceitável, bem como a responsabilidade de todas as Associações deste sector na nossa Região podemos, de facto, cada vez mais implementar e defender o desenvolvimento sustentável da pesca em todas as Ilhas, dando assim exemplos concretos e reais a nível nacional e comunitário.

A implementação deste Plano e Orçamento é o compromisso assumido com o povo açoriano, respondendo às propostas dos manifestos eleitorais apresentados nas últimas eleições pelo nosso Partido.

Continua o Governo Regional do Partido Socialista a seguir no sector das Pescas, uma política de futuro, pensando no desenvolvimento das Pescas na Região e na melhoria da qualidade de vida de toda a população que vive desta actividade.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados e Membros do Governo:

Terminado o debate na generalidade, vou indicar os tempos que sobraram para o debate na especialidade:

Governo – 37 minutos

PS – 21 minutos

PSD – 14 minutos

CDS/PP – 4 minutos

Deputado Independente – 5 minutos

Vamos interromper os nossos trabalhos e às 18 horas e 30 minutos retomamos para as intervenções finais.

Até já.

Eram 18 horas.

Presidente: Vamos entrar no período das declarações finais.

Conforme ficou acordado na Conferência de Líderes, para a primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Estamos próximo do fim do debate, que aqui começou há três dias, sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2008.

Por aqui passou a discussão de tudo o que de essencial o Governo dos Açores se propõe fazer ao longo do próximo ano. E os membros do governo cuidaram de explicar como o farão e com que meios. E os deputados apoiaram ou discordaram,

em discursos escritos, preparados e certamente pensados, em nome do povo que os elegeu, ou do partido que os enquadra.

As soluções, ou a falta delas, para os problemas de cada ilha, que aqui se debateram nestes dias, não são uma simples ocupação de tempo, numa Região na qual sabendo encontrar soluções diferentes para o que é diferente, a complementaridade pode ser transformada em riqueza e a diversidade servir de alicerce ao desenvolvimento. Aqui é, por excelência, o local da discussão política.

O que aconteceu esta semana, é que estiveram reunidos, a trabalhar em conjunto, os dois órgãos de governo próprio desta Região. A Assembleia que é formada pelos deputados que o povo escolheu e que perante esse povo prestarão contas. E o Governo que emana da maioria que o povo escolheu e que presta contas perante esta Assembleia.

Discutiu-se o último Plano e o último Orçamento para esta legislatura. Este ano é o derradeiro tempo para o Governo executar aquilo que se comprometeu para estes quatro anos, que a democracia e o funcionamento das instituições lhe concederam.

O povo certamente gostaria de saber bem o que por aqui se passou nestes dias. Ou, pelo menos, de ter uma ideia resumidamente equilibrada do que aconteceu. Gostariam e tinham esse direito. E talvez tornando visível e transparente o que aqui ocorreu, os eleitores que já não vêm tendo paciência para exercer o seu direito de cidadãos, pudessem sentir-se novamente motivados para tomar posição, votando.

Naturalmente que a obrigação principal – a de serviço público – cabe primordialmente à televisão e à rádio públicas. E há bons jornalistas, em todos os órgãos de comunicação social e continuam a existir na televisão e na rádio públicas também.

O que precisam certamente é de dispor de um espaço de tempo condigno, que lhes permita retratar e transmitir o que aqui se passou, o que cremos que a importância destes órgãos e do momento bem justificariam, para evitar leituras distorcidas ou contrárias da realidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O nosso povo costuma dizer que aquilo que é demais não presta. A lição a recolher é a de que se deve evitar pecar pelo exagero.

Se atentarmos bem no que se passou ao longo destes dias, cometeram-se pecados. Naturalmente que errar é próprio dos humanos, mas pior é persistir no erro.

Alguma oposição foi tão violenta, que deixou imagem de virulenta. O tom da constatação de erros governativos chegou a ser tão enfático, que até pareceu entusiástico!

O CDS-PP considera que não pode deixar passar em claro o que não se faz, ou o que se faz menos bem, ou o que se faz tarde demais. Mas o CDS-PP também entende que não pode constituir motivo de congratulação aquilo que não se fez, ou aquilo em que se errou, ou aquilo que se esqueceu.

Se é certo que consideramos que o Governo, ou os deputados que institucionalmente os apoiam, não se podem instalar a gabar-se dos sucessos, porque a obrigação de qualquer Governo é ser bem sucedido, ou como diz o povo, “é para isso que lhes pagam”, também entendemos que a oposição não deve esgotar-se na busca da crítica, sem alternativa, sem contributo positivo.

O CDS-PP não se pode rever no estilo daqueles que, viciados em persistir no “NÃO” permanente, também já dizem “não ao betão”.

O CDS-PP quer que continue a fazer-se todo o betão necessário para as estruturas básicas indispensáveis à dinamização da economia, porque só à medida que a economia crescer é que é possível gerar mais desenvolvimento.

E também consideramos bem-vindo o betão para as estruturas sociais indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das crianças, dos estudantes, dos idosos e de quanto delas são carenciados.

E também defendemos que é preciso continuar a aplicar betão naquelas que são obras do passado, mas que foram concebidas sem uma exigente visão de futuro e também naquelas que não foram feitas com a qualidade que era necessária e se impunha.

Também nesse tempo algumas se faziam à pressa, para inaugurar quando dava mais jeito; e até se inauguravam por fases! Ainda estão por aí, anunciando “vida nova”, os velhos protagonistas dessa era!

É evidente que condenámos então, como condenamos hoje, que se façam obras megalómanas na ânsia de apenas captar votos.

Mas, ao contrário de outros, não sentimos complexo com as inaugurações. Preferimos que se faça, apesar de se inaugurar.

O que já não apoiamos é que se gaste a inaugurar, muito do que fazia falta para fazer outras coisas indispensáveis. O que não aceitamos é que o Governo e o partido de poder se misturem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS-PP tem assumido o papel de fiscalizador da acção governativa e quer continuar a trabalhar para que se cumpra o que se prometeu. Mas o CDS-PP não se revê no papel do mau polícia, que procura a infracção, alegre por participar na multa! Entre aqueles deputados da maioria que nunca encontram mácula na actuação do Governo e aqueles que na oposição não vislumbraram nada de bom na actividade governativa, o CDS-PP procurou a ponderação e o equilíbrio.

E é assim que vai continuar, com os dirigentes políticos que elegeu no seu último Congresso Regional e na linha da estratégia que então se definiu.

Pela nossa parte alegra-nos que este seja o maior Plano de sempre e que haja muitos milhões para aplicar no desenvolvimento dos Açores. Será a esperança de que algumas das muitas expectativas criadas, que ainda não foram concretizadas, o possam ser ainda neste mandato, porque elas certamente aproveitarão aos açorianos, ou pelo menos a alguns deles.

Naturalmente que não foi por acaso que algumas terminarão exactamente no próximo Verão, mas os eleitores entenderão a razão pela qual assim se programou e terão na sua mão o prémio ou o castigo.

Mesmo aquelas realizações que estão atrasadas há anos, incluindo algumas que são necessidade desde o tempo dos outros senhores, para o CDS-PP, é bom que se façam este ano, porque ao contrário de outros, para nós antes tarde que nunca.

O que não nos agrada é que dalgumas, pura e simplesmente já se tenha desistido, como foi por exemplo, entre outras, o caso do Instituto da Juventude.

Os mais de trinta anos de autonomia já deveriam permitir que não se promettesse mais do que se pode cumprir. Porque a verdade tem de ser uma virtude da política.

Para o CDS-PP é motivo de satisfação que o Orçamento para 2008 seja equilibrado. É, nem mais nem menos, uma exigência que sempre fizemos.

E é importante verificar que a receita cresce, nomeadamente aquela que provém da arrecadação de impostos. Significa que tínhamos razão, quando fomos os primeiros a defender, em 1998, uma descida do IRC e do IRS. Depois, com o PSD, foi aprovada a redução do IRC em 30% e do IRS em 15%, com efeito desde 1999. Mais tarde, por iniciativa exclusiva do CDS-PP, a redução do IRS foi elevada para 20%, com efeito a partir do ano 2000.

A realidade orçamental dos últimos anos e os reflexos da descida dos impostos, permitem que o CDS-PP defenda que é tempo de serenamente voltar a ponderar uma nova descida de impostos, nomeadamente ao nível do IRS.

Sabemos que as famílias açorianas sofrem os custos da insularidade, sabemos que para os açorianos, despesas tão essenciais como as da educação e da saúde, são muito pesadas e que os açorianos são afectados por inflação sempre superior à do continente.

A descida do IRS, ou mecanismos como os dos benefícios fiscais, poderiam constituir uma justa compensação para as famílias açorianas.

Ao invés, o que muito desagrade ao CDS-PP, é ver repetidas, ano após ano, nos pareceres do Tribunal de Contas, críticas à forma como são despendidas algumas importantes verbas do Orçamento Regional. Acreditamos no esforço do executivo, mas é urgente que os resultados sejam mais visíveis em benefício de uma transparência que só contribui para fazer acreditar as instituições regionais, não só dentro como fora da Região, num processo progressivo em que só haverá que ganhar. Entendemos que em vez de “disparar para tudo o que mexe no Governo”, importa colaborar para as melhores soluções.

Para criticar os problemas, bem graves aliás, que têm afectado o transporte de passageiros e viaturas entre ilhas, não é preciso deixar de reconhecer que se trata de uma inovação do Governo PS, que importa continuar, reponderar e melhorar.

E para defender, como o fazemos, tarifas da SATA que facilitem a deslocação dos açorianos entre-ilhas e promovam o desenvolvimento económico, não é preciso defender o disparate que constituiria a liberalização integral do transporte aéreo nos Açores,...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!

O Orador: ... que redundaria numa desgraça para as pequenas ilhas, que o CDS-PP sempre lutará para não permitir.

Mais urgente era olhar para algumas dessas ilhas, que como a Graciosa, as Flores e o Corvo, durante muitos meses do ano ainda não têm sequer voo todos os dias.

Consideramos que é inaceitável que existam dezenas de milhares de açorianos sem médico de família, mas sempre na linha de que não basta criticar, é que avançamos com a sugestão de que se criem incentivos para que os actuais médicos de família, entretanto, possam alargar a sua lista de utentes.

E porque faltam médicos especialistas, é que propusemos construtivamente e vimos aprovados novos e mais eficazes incentivos ao nível de bolsas para a especialização de médicos.

E também consideramos importantíssima a aposta no aproveitamento das energias renováveis, que como é sabido aqui sempre tomámos a iniciativa de defender, que têm a vantagem de ser uma fonte não poluente e que reduz a nossa dependência do exterior.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP entendeu contribuir com iniciativas que lhe parecem relevantes, para que da execução do próximo Plano e Orçamento possam resultar maiores benefícios para os açorianos.

Foi assim que tomou a iniciativa de dialogar, primeiro com o Governo, na sua qualidade de proponente dos documentos em discussão e de executor do Plano e Orçamento e depois apresentou nesta Assembleia um conjunto de iniciativas, que julga terem mérito para merecer aceitação do Governo e aprovação por parte deste Parlamento.

Um projecto de decreto legislativo regional visa a criação de um regime de apoio aos pensionistas com pensões baixas, especificamente dirigido à compra de medicamentos, denominado “Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos – Compamid”, o qual se destina a dar resposta a situações dramáticas que afectam muitos pensionistas.

Será pago todos os anos, corresponde a 50% da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores (presentemente mais de 200 €), sendo actualizável anualmente, de acordo com a actualização daquela retribuição mínima.

O CDS-PP Açores apresentou também um Projecto de Resolução com o objectivo de recomendar ao Governo Regional que, tendo em conta as especificidades dos Açores, nomeadamente as de natureza social, económica, geográfica, demográfica e cultural, promova as disposições de sua competência que tenham em vista a instituição de tarifas promocionais, nas ligações aéreas inter-ilhas, para residentes na Região, no período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Maio.

Um outro projecto de decreto legislativo regional destina-se a dar uma resposta a um problema há muito sentido e visa aplicar uma fórmula mais favorável e abrangente e simultaneamente mais justa e eficaz, nos apoios financeiros a atribuir no combate à infestação por térmitas.

Alteram-se os escalões de atribuição de tais apoios, que se revestem da forma de empréstimo a fundo perdido e bonificação de juros, permitindo que as famílias de classe média e as famílias numerosas passem a ter acesso a esta ajuda, sem todavia impedir o acesso às famílias de baixos recursos. Ou seja, passam a ter acesso as famílias que até agora estavam praticamente impedidas de aceder aos apoios instituídos pelo Decreto Legislativo Regional 20/2005/A.

O CDS-PP Açores propõe, ainda, para aprovação na especialidade, uma alteração ao Plano de Investimentos da Região para 2008, tendo em vista a inclusão de uma verba de 100.000 euros para o Projecto de Requalificação e Reinstalação do Centro de Oncologia dos Açores - Prof. Dr. José Conde.

Trata-se, como é forçoso reconhecer, de uma unidade de saúde exemplar, que apesar de trabalhar em instalações inadequadas e exíguas, tem um elevadíssimo nível de produtividade e que serve toda a Região. Por isso, merece ser acarinhada, em prol de uma melhor saúde nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP considera que não se pode criticar igualmente a inércia e o arrojo, porque significaria condenar da mesma forma a escuridão e a luz.

Podemos e devemos ser uma oposição objectiva, sempre activa, firme e dura quando necessário.

Mas não são os partidos que decidem em quem o povo vai votar.

Pela nossa parte assumiremos, na votação destes documentos, uma posição pensada, responsabilmente ponderada, que terá em conta quanto neles se contém, não deixará de tomar em consideração os instrumentos – e todos os instrumentos legais e financeiros – que orientarão e suportarão a respectiva execução e também os compromissos daqueles que serão os mais directos responsáveis pela respectiva execução.

Pode ser-se oposição ao Governo, mas não se pode ser oposição aos Açores e aos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração final tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Onze anos depois do início da governação socialista nos Açores e com três dias de debate relativamente ao último Plano e Orçamento da VIII Legislatura, ficou claro nesta Assembleia o retrato da Região deste tempo, das nove ilhas dos Açores, do estado em que se encontra cada uma delas.

De forma clara e impressiva, foram aqui descritas situações reais e problemas concretos dos açorianos, ao mesmo tempo que foram expressos objectivos e assumidas vontades na esperança de melhores dias.

Sobretudo, ficou clara a falta de resultados desta governação.

Ficou claro que os Açores não cresceram como era exigível e natural.

Ficou claro que a repetição dos protagonistas é irmã gémea da repetição das táticas, da propaganda, dos anúncios, dos mesmos anúncios, ano após ano.

Sempre os maiores Planos de sempre, sempre os milhões e mais milhões como se isso servisse para mais alguma coisa do que para animar a consideração que o Governo tem de si próprio.

De facto, parece que este Governo acha que o mais importante, o que apenas interessa, é sentir que está cheio de dinheiro para gastar, esquecendo-se da forma

como esses milhões não se repercutem no desenvolvimento das nove ilhas dos Açores, nos nossos concelhos, nas nossas freguesias, nas famílias, nas empresas, enfim, do modo como o dinheiro do Governo não chega às pessoas.

E para o PSD, o princípio e fim da nossa acção são as Pessoas.

O dinheiro, as obras, em suma, as políticas e as suas decisões e decisores, são apenas meios para promover o Bem Comum e a dignificação do Homem, nas suas concretas circunstâncias.

É este o nosso património de valores, é este o nosso caminho, é isto que, mais uma vez, manifestamos com este debate.

Pelo contrário, o PS e o Governo Regional ocuparam grande parte do seu tempo a atacar o PSD. Assim, começaram institucionalmente este debate e, assim, preencheram as suas intervenções.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Desde o Presidente do Governo, aos sucessivos Secretários Regionais e aos seus Deputados, o factor comum das motivações socialistas foi o ataque desenfreado ao PSD.

Porque terá isso acontecido?

É esta mais uma das diferenças que nos distingue: o PSD preocupa-se com as Pessoas e os seus problemas e ocupa-se a apresentar a alternativa para esta governação; o PS preocupa-se com o PSD e ocupa-se a atribuir-nos as culpas que, no fundo, sabe que tem, mas não quer assumir.

As culpas pelo facto de sermos a Região da Europa que, nos últimos sete anos, mais dinheiro recebeu da União Europeia – mais de mil e duzentos milhões de euros – o triplo da média das outras Regiões ultraperiféricas, e, mesmo assim, nos termos afastado da média europeia do PIB *per capita*.

De 2000 a 2006, os Açores receberam da União Europeia mais de mil e duzentos milhões de euros, o que equivale a cerca de 175 milhões de euros por ano e cerca de 480 mil euros por dia. Isto é, os Açores receberam, todos os dias do ano, da União Europeia quase cem mil contos por dia.

Os Açores receberam o triplo da média das regiões mais pobres da União Europeia.

Ainda assim, não crescemos e nem sequer as promessas socialistas foram cumpridas.

Mas parece que está tudo bem!

Querem-nos fazer crer que está tudo bem.

Para o PS e para o Governo, se calhar até está.

Para os açorianos é que não está tudo bem!

Os números dos resultados dizem que o PIB *per capita* que, para o Presidente do Governo não interessa nada e para o Vice-Presidente interessa tudo, representava, em 2002, 71.3% da média da União Europeia, em 2003 baixou para 66.9% e em 2004 voltou a baixar para 65.9%.

Quando o mesmo Presidente do Governo, aquando da apresentação do Programa de Governo, identificava como objectivo a “*convergência real dos Açores com os índices nacionais e comunitários de produção e rendimento*” (...) “*prosseguimento do processo de convergência da economia da Região com as economias nacional e europeia*”.

Reconhecendo o fracasso, vêm agora falar na convergência com as médias nacionais, quando estas estão a descer.

Pelo que é revelador da falta de argumentos e de alguma leviandade, anunciar alegremente que estamos a convergir com aqueles que estão a descer.

No fundo, os Açores sofrem daquele mal da criança com um pai com muito dinheiro que o enfarta com chocolates e guloseimas esquecendo-se da saúde e educação do filho que acaba por engordar e não crescer, em termos físicos e cívicos.

Deputados Mark Marques e António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Falhou, assim, o Governo nas promessas de crescimento, de produtividade e rendimento, como falhou nas promessas relativas ao emprego.

Ainda no âmbito da apresentação do Programa de Governo, o Presidente do Governo afirmava querer, “*através do fomento da empregabilidade, atingir antes do termo fixado, a taxa de emprego de 70%*”.

Ora, a taxa de emprego no 3º trimestre de 2007 é de 54,8%, menos 15,2% do que o prometido.

Em 2004, o Governo tinha prometido 120.000 activos nos Açores. Porém, temos apenas 111.324 açorianos no mercado de trabalho.

Em 2004, o Presidente do Governo prometia a entrada anual de 2.853 açorianos nos activos da Região. Durante, três anos, entraram somente 2.714. Isto é, em três anos entraram menos açorianos no mercado de trabalho do que aquilo que o Governo Regional prometeu apenas para um.

Também aqui o Governo falhou.

A taxa de inflação dos Açores é a mais alta do país, vem crescendo nos últimos anos, de 2004 a Outubro de 2007, cresceu quase um ponto percentual, de 2,7% para 3,6%, enquanto no país se manteve nos 2,4%.

Nos Açores pagamos menos IVA, exactamente para atenuar os custos da distância e da dispersão, mas os preços que os Açorianos pagam são mais altos.

Os açorianos ganham menos e pagam mais para viverem do que os seus concidadãos do País e da União Europeia que têm uma taxa de inflação média de 1,8%.

Isto é confirmado, infelizmente e do mesmo modo, pelo índice do poder de compra que nos Açores representa 81,6% da média nacional, o mais baixo do país.

Também aqui o Governo falhou.

Com tanto dinheiro nos Açores, como é que o Governo explica que os açorianos vivam cada vez com mais dificuldades?

Com tanto dinheiro à disposição do Governo, como é que o Governo explica que os açorianos tenham cada vez menos dinheiro para as suas vidas?

Como é que explica que com tantos meios financeiros e técnicos, tenha, por exemplo aumentado o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Isto é, com este Governo socialista dá-se este absurdo mistério de que quanto mais dinheiro, mais pobres.

Com efeito, para além de sermos a Região do país com maior taxa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, entre Março de 2005 e Junho de 2007, o respectivo número passou de 15.964 para 17.696, um aumento de 10,8%.

Tal aumento é preocupante e injustificado, face aos recursos disponíveis e perante as promessas do Presidente do Governo que, no mesmo debate do Programa de Governo, garantia o *“fortalecimento da autonomia dos projectos de vida e das responsabilidades individuais e a eliminação de situações crónicas de dependência que sejam injustificadas”*.

Também aqui falhou o Governo.

Ao nível de um sector com a importância estratégica para os Açores como o dos transportes aéreos, o Presidente do Governo em Julho de 2004, prometia um *“novo modelo a aplicar a partir de Janeiro de 2005, vai possibilitar que várias transportadoras aéreas possam voar para os Açores num clima concorrencial, ainda que condicionado por obrigações de serviço público”*. No que era seguido pelo Secretário Regional da tutela que afirmava: *“o modelo de liberalização controlada a vigorar a partir de Janeiro de 2005, trará evidentes vantagens para os residentes da Região”*.

Passado todo este tempo, os açorianos pagam cada vez mais para viajar, e são prejudicados pela protecção que o Governo dá às companhias aéreas no monopólio combinado entre SATA e TAP.

Também aqui o Governo falhou.

Sobre o falhanço nos transportes marítimos de passageiros e viaturas inter-ilhas, até o Governo já tem vergonha de falar.

Onze anos depois, com cerca de 40 milhões de euros, se não mais, já gastos e após promessas e compromissos sempre adiados, ainda não há navios novos, e todos os anos os açorianos assistiram à confusão do arranque, navegação e paragem dos barcos.

Também aqui o Governo falhou.

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Um dos maiores problemas da Região é a desertificação da maioria das ilhas dos Açores e os desequilíbrios sociais e económicos entre elas.

Reconhecendo que, em oito anos, nada fez para combater esta enorme dificuldade, em 2004 em vésperas de eleições, o Governo criou o conceito de “Ilhas de Coesão”.

Muitos foram os discursos e promessas a afiançar que era chegada a hora das ilhas mais pequenas.

Desde 2005, o Governo orçamentou, para uma proclamada, mas não praticada coesão, cerca de cinquenta e seis milhões de euros. A taxa de execução dos primeiros dois anos é de cerca de 17%. É verdade, 17% de execução.

O que é inconcebível e injustificável para um programa com estes objectivos e importância.

A maioria das ilhas continua a perder população, morrem mais do que aqueles que nascem, não há dinâmicas sociais e económicas.

Também aqui o Governo falhou.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas se estes números, contradições e falhanços incomodam o PS e o Governo, vamos falar daquilo que é o mais importante: as Pessoas.

Se o facto de serem confrontados com o incumprimento das vossas promessas e com o falhanço desta governação vos transtorna, vamos então falar do mais importante: os açorianos.

Vou, por isso, trazer à casa mãe da Autonomia, à casa de todos os açorianos, exemplos reais da vida das pessoas.

Trago aqui, casos de açorianas e açorianos que nos contactam a manifestar as suas dificuldades e desesperos, daqueles açorianos que não sentem na sua vida, nem percebem os milhões que o Governo tanto apregoa, porque não têm a vida fácil da propaganda socialista.

Um açoriano inscreveu-se, no ano 2000, para uma cirurgia, passados 6 (seis) anos foi chamado para a denominada consulta de anestesia, fez os respectivos exames e, porque passou mais um ano sem notícia, dirigiu-se ao Hospital respectivo para saber o que se passava. Dois meses depois foi chamado para fazer a intervenção, fez a mala, apresentou-se no Hospital e ... mandaram-no para casa, porque havia urgências e não era possível fazer a intervenção cirúrgica. Ainda hoje está à espera... Como ele, há milhares de açorianos em listas de espera, anos e anos, por consultas e cirurgia.

Só no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, há 5.400 doentes à espera duma cirurgia, há mais de dois anos. Alguns deles esperam há seis anos.

Na Saúde, os Governos do PS gastaram, nestes onze anos, mais de 2.000 milhões de euros. Todos os meses se gastaram 16,5 milhões de euros.

Porém, nem assim foi possível garantir o acesso de todos os Açorianos a um simples médico de família.

São, ainda hoje, 80.000 os açorianos sem médico de família.

Uma jovem açoriana, saiu da sua terra para tirar o curso de professora do 1º ciclo, terminou-o há dois anos. Tem um filho, não consegue emprego na sua área, tem concorrido para aquilo que aparece, a última vez para caixa de uma loja comercial. Não ficou com o emprego, tinham concorrido mais trinta pessoas. Uma dúzia era composta por licenciados.

Os seus colegas que trabalham na área da educação, têm emprego mas estão desmotivados, sentem a sua carreira desprestigiada e alvo de ataques e desconfianças.

Um açoriano licenciado está, há 10 anos, a trabalhar num departamento governamental, sem nunca entrar para o quadro. Esteve 7 anos a recibo e está há 3 contratado a termo. Quando entrar para a função pública se entrar, vai para o início da carreira, como se os 10 anos que trabalhou para a Região não servissem de nada.

Um jovem açoriano é enfermeiro, tirou o curso também porque lhe diziam que era emprego garantido. Afinal, não foi: anda à procura, a última vez concorreu para auxiliar de uma instituição particular de solidariedade social.

Outro colega dele de liceu licenciou-se em medicina, sempre pensou vir para a sua terra, dada a falta de médicos. No entanto, não havia vaga para aceder ao internato médico da especialidade pelos hospitais dos Açores.

Um outro açoriano fez uma sociedade comercial com outros dois colegas que exploravam um estabelecimento comercial, na baixa de uma das cidades dos Açores. Nos últimos anos o negócio está mau. Teve mesmo de entrar com dinheiro seu e de familiares para ir mantendo a porta aberta. Nos últimos dez meses, os sócios nem receberam o seu ordenado. Quer vender a sua quota mas não há quem a compre.

Como ele, há muitos comerciantes que vêm os lucros baixar de ano para ano e que sentem cada vez mais dificuldades para não encerrar a actividade.

Um outro açoriano tem uma exploração agrícola média. O aumento dos custos de produção e os encargos que foi assumindo não foram sendo atenuados pelas receitas e subsídios que foi recebendo. Vai para a América uns tempos para endireitar a vida.

Como ele, só no último mês tivemos conhecimento directo de mais dois empresários agrícolas que se desfizeram das suas explorações. Um deles jovem.

Como eles, muitos deixaram a actividade, certamente, por não ser rentável e atractiva. Em 1999 eram 18.700 os produtores agrícolas nos Açores. Em 2005 eram 15.100, uma descida de 21%.

O mesmo se diga num sector com a relevância social e económica para os Açores como é o das Pescas, sobretudo com o potencial que tem numa Região insular como a nossa.

Também porque não foram criadas condições necessárias para a promoção e sustentabilidade do sector, o número de pescadores matriculados nos Açores em 1995 era de 4420, em 2005 desceu para 2105, menos de metade.

Outro açoriano é empregado num estabelecimento comercial, mas recorreu ao crédito para habitação. Não conseguiu fazer face aos compromissos bancários e tem 1/3 do vencimento penhorado. Já não leva para casa os 520 euros que levava para as suas necessidades básicas e dos seus. Vive com necessidades.

Para o Governo e para o PS, trazemos nuvens negras. Podem dizer que é triste trazermos estes casos ao Parlamento dos Açores. Pode ser doloroso.

Mas mais triste e doloroso é para tantos e tantos açorianos que nas suas vidas não sentem a propaganda cor-de-rosa dos milhões com que o Governo se alegra e contenta.

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É óbvio que há casos de sucesso nas vidas dos açorianos e das empresas. É obvio que há quem viva bem, quem se sente realizado, com a qualidade de vida que deseja.

Mas, não pode permitir-se que surjam situações como as descritas que, por não serem exemplos isolados, mas casos cada vez mais crescentes entre muitas e muitas outras situações lamentáveis, merecem a denúncia e, sobretudo, exigem a mudança de políticas que façam com que os açorianos vivam bem na sua terra.

E se não é pelas Pessoas e pelas suas vidas, porque é que estamos aqui?

O PSD assumindo o seu património humanista, não transige nem se desvia do seu propósito na defesa da dignidade da pessoa.

O PS porque, no fundo, sabe que os açorianos não vivem tão bem como é apregoado, porque, no fundo, reconhece os seus fracassos, apressa-se agora, em ano de eleições, a dizer que agora é que é!

Agora é que se vão resolver os problemas da saúde, da educação, do emprego, da produtividade, da coesão económica, social e territorial, dos idosos, das famílias e das empresas.

Então e até agora, nestes doze anos, o que é que foi feito para resolver estes problemas?

O PSD, apesar de ser oposição é agora, mais do que nunca, alternativa e tem-no afirmado.

Por muita força que faça o Presidente do Governo e seus seguidores para fazer crer que o PSD não apresenta propostas, mais uma vez a força da propaganda não disfarça a fraqueza dos argumentos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A verdade é que o PSD, só nesta legislatura, já apresentou 51 projectos de resolução e decretos legislativos regionais, nas mais diversas áreas de actividade, em grande parte reprovados pela arrogância da maioria socialista, para além de um conjunto amplo de propostas com vista à melhoria da vida dos açorianos.

Para além destes projectos, só no âmbito das discussões de Planos e Orçamentos, nesta legislatura, e excluindo este ano, o PSD já apresentou 37 propostas directamente dirigidas à vida das pessoas e ao desenvolvimento dos Açores.

No acesso aos cuidados de saúde, na prevenção e tratamento das dependências, no abaixamento das tarifas aéreas, na promoção das energias renováveis, na modernização agrícola, entre outras, sempre o PSD apresentou propostas concretas e fundamentadas. Todas elas, sem excepção, chumbadas pelo PS.

Diz agora o Governo que o PSD não quis negociar com o Governo estas propostas e, por isso, são chumbadas.

Aqui está, mais uma vez, a prova da forma deturpada como este Governo encara a Democracia.

Desde logo, porque quem aprova os documentos em causa é o Parlamento e não o Governo, que se limita a apresentá-los.

Por outro lado, a liberdade de apresentação de propostas e a transparência necessária ao debate parlamentar não podem ceder a negociatas e vontades totalitárias do Governo que se quer mandar em tudo e todos ainda não manda no Parlamento e muito menos no PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Houvesse boa-fé e boa vontade do Presidente do PS e faria com que os seus Deputados manifestassem disponibilidade de votar a favor de alguma das nossas propostas.

Mas não, a atitude é sempre a mesma. A arrogância totalitária da reprovação daquilo que não é seu ou que não teve a sua bênção.

O PSD, pelo seu lado, vota contra este Plano e Orçamento, porque este não é o nosso modelo de sociedade. Quando o PSD for Governo pela vontade dos açorianos, não fará um Plano com esta perspectiva de intervenção pública, para mais, com os resultados que acabamos de demonstrar.

No entanto, damos o contributo positivo para que nestes documentos sejam integradas alterações que dizem respeito à nossa prioridade que é a vida dos açorianos.

Assim, apresentamos uma proposta para reforçar as transferências para o Serviço Regional de Saúde no combate às vergonhosas listas de espera e no aumento dos reembolsos da saúde.

Não é admissível que os açorianos sejam remetidos para as consultas privadas, paguem 70 ou 80 euros e tenham de reembolso 1,75€. Isto tem de acabar.

Quanto às listas de espera, há um ano o PSD apresentou proposta idêntica que mereceu o voto contra do PS, tendo o Presidente do Governo afirmado que o que proponhamos era *“bem, rejeitado, tal a demagogia, a insensatez e a irresponsabilidade evidenciadas.”*

Porém, passado quase um ano, mais um ano com tantos e tantos açorianos na espera desesperada das listas de espera de consultas e cirurgias dos Hospitais dos Açores, o Presidente do Governo vai ao Hospital de Ponta Delgada exactamente anunciar a proposta que alguns meses antes o PS havia chumbado, porque nas palavras do Presidente do Governo, era demagógica, insensata e irresponsável.

Também apresentamos uma proposta no sentido de baixar em 20%, todo o ano e para todos os açorianos, as passagens aéreas inter-ilhas.

Não são admissíveis os preços actuais, como não são relativamente às ligações com o exterior que também já mereceram uma proposta do PSD de abaixamento em 25%.

Do mesmo modo, apresentamos propostas com vista ao estabelecimento de parcerias com as IPSS para a construção de creches e lares de idosos, para além de continuarmos a dar prioridade ao combate a um dos maiores flagelos da nossa sociedade que são as dependências do álcool e das drogas.

É assim, no conhecimento da realidade açoriana, daquilo que sentem as pessoas, que assentamos a nossa actividade política, propondo políticas que verdadeiramente resolvam os seus problemas.

Acreditamos que é possível ser diferente, fazer a ruptura, acreditar e promover as pessoas.

Propomos, por isso, fazer com que os açorianos se realizem nas suas vidas, na sua qualificação e emprego, que as famílias açorianas tenham melhores meios para fazer face às suas necessidades, que as empresas tenham resultados positivos na sua actividade, que as várias ilhas tenham vida.

Temos esta postura porque acreditamos na Democracia, mas, sobretudo, porque acreditamos na força da nossa terra e do nosso mar, e confiamos muito na vontade dos açorianos.

Sempre ultrapassamos dificuldades e limites que nos foram sendo impostos pelo Homem e pela Natureza, sempre vislumbramos o porto para além do horizonte, sempre levantamos casas que a terra derrubou, sempre a Esperança foi a mãe da confiança que os açorianos depositam no seu Futuro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por tudo isto, acreditamos que é tempo de mudar e queremos dar força à Esperança dos açorianos para o dia novo que está nas suas mãos.

É este, mais uma vez e sempre, o nosso compromisso.

Pelos Açores e pelos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração final tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A discussão e aprovação do Plano e Orçamento é sempre um momento que, regimental e substantivamente, se reveste de grande importância, a que se associa alguma solenidade.

Efectivamente, é a indispensabilidade histórica dos representantes do Povo aprovarem a grande distribuição e conseqüente gasto dos dinheiros públicos que está em causa. É a supremacia do Parlamento e o exercício nobre da Democracia Representativa. Têm também por isso mesmo os Parlamentos por praxe imemorial, e o nosso – por força da Constituição e do Estatuto – o poder de alterar a proposta do Governo ou, pelo menos, seriamente tentar tal desiderato, num exercício nobre da política como gestão da Cidade.

São estas as regras da Democracia, nenhuma dúvida existindo sobre tão importante matéria. Quer isto dizer que, com espantação genuína, verificámos que um partido da oposição, por sinal ainda o maior, dos costumes fez o contrário, anunciando à Comunicação Social, fora e antes deste rito parlamentar que, a “festa” (para eles) estava feita, o voto era contra, apesar da prometida desobriga dumas propostas de alteração, cujo empenho autoral liminarmente logo dispensou a sorte do voto democrático, pois que o voto (deles) seria sempre contra.

Sem tempo para a política, e para o real exercício do mandato parlamentar, essa facção do nosso espectro partidário auto-absteve-se de exercer autêntica e verdadeiramente o mandato popular que tem, demonstrando bem o enfado que é uma reunião plenária do Parlamento onde, certamente por arrogância da maioria, ainda se não permite o voto por correspondência, de preferência antecipado! Tal como o “policia da aldeia”, o PSD tem a tentação de se fazer representar, enviando apenas o distintivo da “Autoridade”!

Srs. Deputados do PSD: a Democracia é Representativa...mas não tanto!

Felizmente que o “canteiro democrático” deu flores oposicionistas de outros matizes e perfume mais esforçado. Porque seria demasiado triste, e sobretudo injusto, que o Partido Socialista ficasse só na ágora democrática, a cumprir gostosamente o seu dever. Porque a Democracia exige pluralidade – façam V. Exas. o favor de cumprir o seu elementar dever e sejam dignos daqueles persistentes que em vós ainda confiaram!

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E não chega palrar, sem senso nem tarelo, em rajada de franco-atirador; não basta culpar os outros de que o seu pequeno céu não tem ar, correndo o risco de acabar blasfemando que o nosso mar não tem cura – e sobretudo não pode valer projectar as suas memórias político-institucionais numa pretensa descrição do governo dos outros – numa impiedosa e vagamente pornográfica auto-crítica em diferido.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem sabemos que completámos recentemente onze anos de exercício de governo democrático nos Açores.

Fizemos um longo caminho de oposição. Partido uterino da Democracia e da Autonomia, o PS-Açores manteve convicções, rumo e razão, tantas vezes antes do tempo. Com convicção, firmeza, saudável teimosia, muito energia e muito oxigénio – insistimos, resistimos e persistimos. Os açorianos acompanharam e premiaram esse percurso.

Assistimos, longa e duramente, a uma via original de soviétismo de sacristia, a um tribalismo maniqueísta entre os “nossos” e os “deles”; a um estatismo paralisante, por causa da moral, a uma hipocrisia mansa, beata e cobarde de “lixa-o que é vermelho, Deus me perdoe”.

Milhares de açorianos, socialistas e não socialistas, foram sujeitos-vítimas desse “banho-maria” institucional e institucionalizado. Ficámos desinfectados. Mas, tal como os açorianos, não esquecemos. E só houve – só há – uma forma digna e democrática de homenagear e fazer a justiça possível, embora tardia, a esses nossos concidadãos discriminados pela incipiente e defeituosa perspectiva democrática de então: é não fazer o mesmo, ainda que ao contrário!

E porque a nossa vacina democrática está dentro do prazo de validade, é um consolo abrir todos os dias a imprensa destas ilhas e ver críticas ao Governo, as que ele merece, e aquelas outras que só se justificam por um espancamento bruto da verdade e dos factos, a que, aliás, também, cada vez menos os órgãos de comunicação social públicos conseguem evitar.

É um consolo ver, ao longo destes onze anos, a convocação progressiva de cidadãos independentes, e de outros não socialistas, a cargos de gestão da coisa pública, e mesmo da mais alta responsabilidade política, incluindo até ex-titulares de órgãos de Governo próprio, que reconhecendo, como homens e mulheres livres que são, a solidez do nosso projecto e priorizando os Açores, connosco têm colaborado, de forma empenhada e competente; é ainda um consolo democrático, embora retrospectivo, ouvir hoje o líder do maior partido da oposição, ex- Secretário Regional da Administração Interna, apelidar os dirigentes da Administração Regional de caciques da tenebrosa “máquina rosa”. Até ficámos a saber que eram mais de quinhentos, nas contas generosas do ex-governante. É obra! Esta divertida personalidade esteve quatro anos na Administração Pública e saiu convencido que tinha sido Secretário da Administração Interna – percebemos agora, “mutatis mutandis”, o seu entendimento acerca do estatuto dos dirigentes da Administração Pública!

Mas, Sras. e Srs. Deputados, honra maior e verdadeira é a postura democrática e aberta que adoptámos no exercício do Poder, na sua partilha e na sua co-gestão com milhares de actores sociais. Esta é a homenagem que diariamente prestamos aos que foram vítimas dum exercício democrático defeituoso, monolítico e enviesado.

Percebemos, no entanto – percebemos mesmo muito bem! – a tardia, dolorosa, difícil e traumática acomodação ao nobre papel de oposição desta geração social-

democrata, que há onze anos se aconchegava nas fraldas do Poder, e que se auto-convenceu que, à semelhança do leite materno, a gestão da coisa pública era deles, por herança natural. Mas isso... Democracia não seria certamente, e o povo soberano não decidiu assim!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é, em termos de investimentos, o maior Plano e Orçamento de sempre. Já se sabe – dirá a oposição mais negativista. Mas se assim é de há onze anos a esta parte, com taxas de execução sempre superiores a 90%, então há que concluir que esse investimento é sustentado, tem substrato real e é um claro indicador de boa gestão das nossas contas públicas, e melhor negociação política da solidariedade a que temos direito e de investimentos acertados e assertivos, cujo efeito reprodutivo se sente já na nossa economia.

Já se sabe!...

Mas revisitemos então, de forma necessariamente breve, as grandes linhas-força dos documentos em debate:

Com um montante de 1424 milhões de euros, a proposta de orçamento que acabamos de debater corresponde a uma disponibilização líquida de recursos financeiros de 1.016 milhões de euros, mais 11,7% que o orçamentado para este ano.

As receitas próprias esperadas aumentam 9,2% em relação ao período homólogo imediatamente anterior, e constituem 54% do total de receitas.

A previsão credível e séria de aumento percentual das receitas fiscais (que são felizmente a maior componente das receitas próprias) é de 10,9%, com acréscimos previstos de 36,8% no IRC e de 12% no IRS, sempre em relação comparativa com o orçamento para o corrente ano.

Só isto diz tudo acerca da viabilidade da nossa economia. Por sua vez, a aplicação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, publicada, promulgada e em vigor, ao

invés de ser o Alcácer-Quibir gritado pelo PSD, representará um acréscimo de 7,1 milhões de euros da solidariedade nacional neste capítulo.

Também as transferências da União Europeia contribuem para a receita, já no âmbito do actual Quadro, com mais 10,1% do que no período homólogo que vimos usando como referencial (documentos previsionais aprovados para o corrente ano) – o que, sendo significativo, é apenas um décimo da nossa receita, e configurando, cada vez mais a opção europeia como isso mesmo, e não o Rendimento Mínimo e indispensável duma Região Europeia Ultra-Periférica.

Por outro lado, as despesas de funcionamento, deduzida a dotação previsional e as transferências para o SRS, crescem irrisoriamente 0,6%, registando-se aliás descidas significativas em rubricas como aquisição de bens e serviços correntes, aquisição de bens de capital e transferências correntes para fundos e serviços autónomos.

Mas há sobretudo que assinalar que as despesas correntes são em termos absolutos, inferiores às receitas correntes em 114,8 milhões de euros, e reduzem, comparativa, relativa e percentualmente o seu peso no total da Despesa em 3,6%, passando de 46% para 42,4%.

O mesmo é dizer que o peso percentual do investimento, deduzidas as contas de ordem, representa 44% do total da Despesa Pública, com um acréscimo relativamente ao período homólogo imediatamente anterior de 16,4%.

Registe-se que a dívida pública regional se mantém estável, tendo mesmo registado, no corrente ano, uma ligeira redução, e representando menos de 9% do nosso PIB – bem longe, aliás e felizmente, dos tempos duma olvidada e pretensa “mestrina” das finanças, quando a dívida malvada e descontrolada atingia os 38% do nosso PIB.

Em termos de avales – sim, dos avales, esse psicanalítico objecto de prazer dos magos das finanças que alguma oposição tem... – está já em marcha o processo da sua diminuição líquida, diminuindo também a sua previsão orçamental para o próximo ano em mais de 15 milhões de euros – o que denota inequivocamente a consolidação e sustentabilidade do nosso sector público empresarial.

Tudo isto quer dizer que vamos aumentar o montante de investimento público, vamos reduzir o peso da despesa corrente e de funcionamento, no PIB e na estrutura da Despesa Pública – e vamos aumentar as receitas da Região. Vamos manter um

nível de endividamento irrisório, inferior a 9% do nosso PIB; vamos reduzir o montante de avales autorizados e efectivamente concedidos – com tudo isto consolidando a saúde das nossas finanças públicas, a sua sustentabilidade e o nosso futuro colectivo.

Contra estes resultados, ninguém, com postura construtiva, amor aos Açores ou no mínimo esperteza táctica – pode estar. Mas há quem esteja, num concurso, insólito e inusitado, entre o crescimento da asneira e a insustentabilidade duma postura política.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalizamos pois a discussão, e votaremos de seguida, os últimos orçamento e plano anuais desta Legislatura. Impõe-se pois, gostosamente para esta maioria, fazer o balanço, ainda que provisório, e prestar já as contas possíveis, do contrato que celebrámos com os açorianos, institucionalmente ratificado por esta Assembleia com a aprovação do correlativo Programa do IX Governo dos Açores, em Dezembro de 2004.

Com o fito único de aquilatar da nossa coerência, contratual e discursiva, relembra-se o que então dissemos, de forma necessariamente abreviada:

* O crescimento económico e o desenvolvimento não só são possíveis, como são prioridades, a serem prosseguidas sem desfalecimentos e pelo menos em pé de igualdade com os aspectos público-institucionais;

* A coesão intra-regional deve ser respeitada, desde logo, ao nível da revisão do sistema eleitoral, mantendo uma adequada e digna representação neste Parlamento de toda e cada uma das ilhas;

* Neste concernente, há que continuar com um conjunto de medidas económicas, incentivos e discriminação positivas;

* O princípio da coesão impõe também que procedamos, em momento oportuno e adequado, à revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e terá de ser rapidamente feito o acerto das receitas próprias que nos são devidas;

* A coesão ainda deve nortear o novo período de programação de fundos 2007/2013, sendo de destacar o objectivo da Região de garantir, pelo menos, a transferência do montante equivalente ao consagrado no III QCA;

* O aprofundamento, quantitativo e qualitativo da Rede de Apoio Social, do combate à exclusão, em todas as suas formas, designadamente a velha pobreza, no seu carácter e sequelas multi-dimensionais; no apoio à infância e jovens em risco, idosos, cidadãos portadores de deficiência e mulheres vítimas de violência – aperfeiçoando sempre a nossa participada e descentralizada rede social de apoio, de que nos orgulhamos;

* A formação regular e profissional, a formação ao longo da vida, a qualificação e requalificação, para o mercado de trabalho e para a cidadania, dos açorianos, num combate sem tréguas pela qualidade, a par do fornecimento e qualificação de competências tecnológicas, designadamente ao nível da informática;

* A aposta na educação e na escola pública, nos seus múltiplos aspectos infra-estruturais e humanos, ao serviço da qualificação e requalificação dos cidadãos, para a vida activa, mercado profissional e cidadania, não descurando a qualificação profissional docente;

* A continuidade de uma boa gestão orçamental, e sustentada aposta no crescimento económico, com especial ênfase no sector primário, reforçando igualmente a aposta no turismo e nas acessibilidades; e dizia-se, ao nível do transporte aéreo, brevemente teremos cinco portas de entrada na Região.

Sras. e Srs. Deputados, é verdade! Foi o que dissemos em Dezembro de 2004, a maioria e o Governo, na ágora açoriana primeiro; neste Parlamento, depois e no momento institucional adequado! Os sinaleiros da Autonomia que confirmem nos jornais, nos cd's probatórios e nos Diários desta Assembleia!

É, pois, inevitável que estejamos satisfeitos com o larguíssimo grau de cumprimento do contrato celebrado com os açorianos. É justa e merecida a satisfação pelo dever cumprido. E só ela, aliás, legitima o atrevimento democrático de querermos fazer o

que falta, o que sempre falta, porque plenamente atingido um patamar de desenvolvimento e bem-estar, almejamos, com os açorianos e só por causa deles, lograr mais e melhor, porque todos merecemos o que há para conquistar ainda.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Aquilo que temos sido capazes de alcançar é muito razoável penhor de que vamos continuar a conseguir fazer mais e melhor!

Porque,

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Soubemos ser oposição – coisa difícil, como hoje facilmente se constata.

Conquistámos a responsabilidade governativa dos Açores, com a cumplicidade activa e soberana dos açorianos.

Com humildade, sobriedade e dignidade aceitámos gostosamente a responsabilidade de governo de que os açorianos nos incumbiram; ao contrário do que temiam as mais excêntricas aves canoras do Antigo Regime, não surripiámos as pratas dos Palácios; não fizemos “glu-glu” ao comer a sopa nos jantares institucionais; não conspurcámos a alcatifa dos Gabinetes, mas também não nos acomodámos nem adormecemos no macio dela – soubemos e sabemos estar e queremos estar onde os açorianos nos quiserem – mas temos ainda e sempre a certeza que “é nas pedras da calçada que a canção nos sai melhor”.

Na mesa dos banquetes, ou na mesa das funções do Espírito Santo; próximo da corda das touradas, ou no equilíbrio da corda-bamba das negociações difíceis; em Bruxelas, em Lisboa ou em Vila do Corvo – estamos sempre, em toda a parte, com senso e compostura, pelos Açores e em nome da dignidade e dos direitos dos açorianos!

Também aqui honrados estamos, no Parlamento dos Açores. Cumprindo a Democracia genuína e plural. Na composição da Mesa. Na repartição proporcional das Presidências das Comissões. Na composição plural das nossas delegações, em regra violando docemente a proporcionalidade em favor das minorias parlamentares,

seja em Lisboa, em Estrasburgo ou nos territórios insulares irmãos da Macaronésia ou de expressão portuguesa.

Também aqui temos feito obra, alçapremando-nos a novos e arrojados patamares ao nível do aprofundamento institucional da Autonomia. Sem grama de betão. Mas com saudável e justo arrojo.

Assim foi na Revisão cirúrgica, mas significativa da nossa Lei Eleitoral, tal como já nos havíamos comprometido em 2004; assim foi e será com a Reforma Estatutária, profunda e estrutural, que acabámos de entregar em Lisboa – que, é certo, é mérito e património comum de todos os partidos aqui representados, a partilhar com todos os outros, cidadãos e instituições, de boa-vontade e alma açoriana. Permitam-nos, porém, o justo orgulho pela nossa almejada, sincera e conseqüente quota-parte, onde cumprimos, gostosamente, o papel discreto e a correspondente responsabilidade, que as Democracias sempre reclamam das maiorias.

Continuaremos unidos, todos, cúmplices e empenhados em fazer o que falta fazer para a plena vigência desta Reforma Estatutária Açoriana. Empenhados e comprometidos todos, grupos parlamentares e partidos políticos, desafiando e incomodando, nos sentidos mais positivos e democráticos destes conceitos, os nossos camaradas e companheiros da República; desafiando-os a uma liturgia da confirmação parlamentar da revisão constitucional de 2004; convidando-os a evitar o incómodo duma nova revisão constitucional em 2009, sobre matéria autonómica; apelando, em suma, à sua consabida sageza política no sentido de evitar o incómodo de pretensão, razoável e justa, sem o capote burguês de Lei promulgada se transmutam em bandeira desfraldada e insatisfeita, menos burguesa, menos comportada, e sobretudo menos conformada – tudo isto “maçadas”, tão fáceis de evitar... Assim seja, como será com certeza.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos orgulho na perfeição técnica e na ambição política e sustentada dos documentos previsionais ora em discussão. Num diálogo permanente e quotidiano com o Governo, acompanhámos a sua génese e as suas concretizações, aliás dum ideário e contrato comuns.

Mas não somos ciumentos e privilegiamos sempre a vertente social do conceito de propriedade, mesmo intelectual e política. É também nosso o desafio, aberto e construtivo, que o Sr. Presidente do Governo lançou aos Partidos da oposição, para que, através de propostas razoáveis e viáveis, nos ajudassem a ainda melhor aperfeiçoar os documentos ora em análise. Somos muitos, por mérito próprio e conseqüente reconhecimento do povo soberano. Mas ainda nos orgulhamos e alegamos por, em questões concretas, em contratualização aberta e transparente termos, a um tempo, a humildade e a correlativa capacidade atractiva de outros mais, na concretização de propostas bem identificadas, a nós se juntarem, sem perda de autonomia ou identidade, mas também sem medo de contágio, que é, aliás, luxo a que só se podem dar aqueles que não sofrem de crises de identidade.

A tais comportamentos, construtivos e úteis sob o ponto de vista propositivo, e transparentes e leais, no que ao procedimento e formalismo democráticos diz respeito – só podemos responder positivamente. Com a humildade de quem confiando na bondade do que propõe, aceita e reconhece que os aperfeiçoamentos ao que é bom, para além de sempre possíveis, devem ser incessantemente perseguidos. Com a fundada convicção de que a legitimidade das maiorias, por mais amplas que sejam, corresponde sempre a uma parte, cujo alargamento, ainda que pontual, parcial ou pactuado, é sinónimo de mais consenso, de mais Democracia e de maior paz social.

Sras. e Srs. Deputados:

Resulta claro que, no balanço desta jornada, alguém ficou sozinho. Nos dias de hoje, e face à oferta democrática posta em cima da mesa, só veste a pele de Robinson Crusoe quem quer. Assumindo todas as correlativas conseqüências. Mas para esses, creio bem, “Sexta-Feira” não chegará já amanhã.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Cabe-me proceder, mais uma vez, ao encerramento dos debates parlamentares sobre as propostas do Governo de Plano Regional Anual e Orçamento da Região para o ano 2008.

Estas propostas são apresentadas em execução da estratégia e do modelo de desenvolvimento plasmados no Programa do Governo e nas Orientações de Médio Prazo 2005/2008, sancionados por esta Assembleia, e no cumprimento dos compromissos que assumimos perante o povo açoriano nas últimas eleições legislativas regionais em 2004. Trata-se, pois, de documentos que consubstanciam a continuidade de muitas políticas, é certo, mas em que não se descurem as correcções de trajectória e a percepção das mudanças que devem ocorrer ou que têm ocorrido.

Aprovamos estes documentos estratégicos num tempo em que o nosso País ainda não ultrapassou claramente uma prolongada situação de crise económica e financeira, que torna mais difícil e tende a contrair o nosso caminho de crescimento económico e de desenvolvimento social; partimos para um novo ano na sequência de um período conturbado nos mercados financeiros internacionais que fez crescer os juros bancários em pouco mais de um ano em 50%, abalando seriamente o equilíbrio da economia de milhares de famílias açorianas que nos preocupam e às quais devemos estar atentos.

Continuaremos, não obstante, a assegurar nos Açores um percurso ascensional, evitando as piores consequências dessas crises externas e consolidando o saldo positivo que marca a evolução, nos mais variados domínios e nos últimos onze anos, da sociedade açoriana.

Tem sido uma extraordinária mudança, transformando para melhor os Açores. É certo que os processos de crescimento económico não decorreram de forma simultânea, ao mesmo ritmo, com a mesma qualidade ou com os mesmos resultados nas nove ilhas, nem assim poderia acontecer. Nem nas economias de planificação

absoluta tal é possível e ainda muito menos o é numa economia de mercado territorialmente fragmentada, com diferentes escalas, aglomerações e potenciais humanos e produtivos.

Em todo o caso, as nossas ilhas cresceram, ganharam dinâmicas positivas e tiveram melhorias importantes na qualidade de vida e na acessibilidade a serviços públicos por parte dos seus habitantes.

Vivemos mais seriamente a nossa democracia. Há mais energias. Há mais oxigénio na inovação, na iniciativa e na participação. Há um novo fôlego nos Açores que parece engasgar o maior partido da oposição: centenas de organizações não governamentais e instâncias descentralizadas colaboram com o Governo, de forma protocolada, na concepção e na execução das políticas públicas, seja no desporto, na solidariedade social, na cultura, na juventude, na economia, na gestão de infra-estruturas, no sistema educativo ou na formação profissional, e, por via dessas entidades associativas, sociais e profissionais, participam na governação milhares de açorianos, milhares de cidadãos num impressionante movimento democrático gestor em todas as nossas ilhas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Não quero, todavia, que o Governo se iluda pensando que tudo vai bem e que tudo está ganho: todos devemos ter consciência que em todas as ilhas haverá um ou mais comerciantes, pescadores, agricultores, industriais, investigadores, agentes culturais, funcionários públicos, jovens e idosos, imigrantes, desempregados ou inadaptados que vivem com grandes vulnerabilidades e que devem despertar a nossa sensibilidade e a nossa atitude.

O pior que podemos fazer é pensar que já mudámos tudo quanto era preciso mudar, quando, na verdade, o simples passar do tempo exige antevisão, antecipação, flexibilidade, capacidade de inovação permanente e uma geração seguinte de políticas.

Vamos estar sempre perto das pessoas e onde as coisas acontecem, para influir e para fazer melhorar. Os governantes não devem hesitar em mudar ou aperfeiçoar decisões

que eles próprios tomaram quando estiverem insatisfeitos com os seus resultados, mesmo que as oposições partidárias nos critiquem por isso. Carreando uma conhecida afirmação, de um presidente norte-americano, “não há nada de errado com o Governo que não possa ser curado com o que há de certo no Governo”, pelo que o único perigo que devemos evitar é o de persistir no erro, repousar no imobilismo ou na falta de ambição.

Os debates parlamentares, que estamos agora a finalizar, revelaram, porém, três comportamentos políticos: o maior partido da oposição acabrunhado, pessimista e a “puxar para baixo”; o Partido Popular, em boa verdade, a contrastar com a restante oposição numa postura construtiva; e o Governo, bem como o grupo parlamentar que o apoia, conscientes e enérgicos, a anunciarem novas políticas, a convocarem novas ideias, a “puxarem para cima”. Pudemos, no entanto, ficar com uma certeza: só os que constroem, os que porfiam, os que ambicionam mais e os que trabalham para isso é que ganharão, e com eles ganharão os Açores e lucrarão certamente os Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Foi só após a mudança política que começou há onze anos, que passámos a contar, de uma forma activa, com a iniciativa privada, a qual, aflita e descrente, se descapitalizava ou se refugiava na poupança, para já não falar da ausência no arquipélago de investidores externos que não acreditavam no futuro da Região. Tivemos que encarar de frente esse problema. Desde então, e após o colapso financeiro de 1995 e 1996 – sim, é bom lembrar, no seguimento dos governos onde o actual e antigo Presidente do PSD esteve milhares de dias e a sua Vice-Presidente foi a última e desastrada Secretária das Finanças –...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... desde essa altura, dizia, o número de empresas privadas nos Açores subiu à razão de mais de duzentas por ano.

É fundamental, pois, prosseguir, com todo o cuidado, a consolidação do clima de confiança que conseguimos criar e que tem permitido mobilizar os capitais dos

nossos investidores açorianos. Quero que ajudemos mais algumas empresas, sobretudo em certos sectores e em áreas tradicionais, a superarem dificuldades e a reformulem a sua organização e os seus negócios. É preciso revigorar o nosso empenhamento na mobilização de capitais externos para a sua aplicação na Região e flexibilizar, de forma sugestiva e transparente, os incentivos a disponibilizar para esses efeitos.

Os Açores, mercê da credibilidade da política económica e financeira do seu actual governo e da seriedade com que é executada, revelam-se como um espaço crescentemente atractivo para novas apostas empresariais e para novos investidores. Posso anunciar que existem, neste momento, projectos e, em muitos casos, investimentos confirmados em análise, que se propõem realizar entre 2008 e 2012, de mais de mil e duzentos milhões de Euros, distribuídos por áreas como a agro-indústria e a indústria de pescado, o turismo, o tratamento e valorização de resíduos, a prestação de serviços de saúde e de serviços sociais especializados, as tecnologias de informação, a educação e a energia.

Serão, assim o esperamos, milhares de empregos novos, que gerarão rendimento e fixarão população nas nossas ilhas. Esta, sim, é a “revolução surda” que se começa a ouvir e a sentir na Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Todo esse ambiente, que importa consolidar à volta do potencial da Região, está, repito, muito ligado às expectativas de solidez das nossas finanças públicas. Todos sabemos que só com finanças públicas equilibradas os investidores confiam e só com meios financeiros poderemos exercer ou aumentar muitas das nossas competências, ampliando e fortalecendo a nossa Autonomia.

Na verdade, algumas competências, que se afiguram cada vez mais necessárias para o universo de acção do poder regional, não têm sido transferidas para os Açores, como desejávamos, por falta de decisão ou por oposição da administração central e do Governo da República. Esperamos, apesar disso, com a revisão do Estatuto

Político-Administrativo da Região, avançar em áreas como, por exemplo, na do domínio público marítimo.

Noutro aspecto, com a reformulação próxima da legislação de segurança interna, gostaríamos de assumir poderes de coordenação e articulação de forças policiais nos Açores e contribuir mais activamente para a salvaguarda da tranquilidade e segurança que queremos que sejam tipificadoras das terras açorianas. Em ambos os casos, todavia, sabemos que encontraremos dificuldades de compreensão para fazer valer as nossas pretensões.

Posso, no entanto, anunciar a assumpção pela Região, após negociações bem sucedidas com o Governo da República, de novas atribuições: é o caso das relativas à transferência do Serviço de Cadastro do Instituto Geográfico Português para a Região, esperando-se uma melhoria das respostas da administração, agilizando, neste caso concreto, por exemplo, os processos de reclamações administrativas que, só neste ano, representam mais de 1.700 casos a aguardarem resolução sem resposta naquele instituto.

Mas outra delegação de competências – profundamente ansiada nos Açores pelos nossos agricultores, pelos nossos pescadores e pelos armadores da pesca – é a que irá acontecer nos casos do ex-IFADAP e INGA, fundidos recentemente no IFAP, que ficou como único organismo pagador das ajudas comunitárias, as quais sempre aqui chegaram com enormes demoras que prejudicaram e prejudicam frequentemente os seus beneficiários.

Mercê do acordo já conseguido com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, é com satisfação que posso dizer que vamos acabar com essas delongas e a Região, dentro de pouco tempo, passará, pela primeira vez, a poder estabelecer as regras de concessão dos apoios, recolher as candidaturas, proceder à sua análise formal e de mérito, aprovar e contratar projectos, fazer a validação das despesas e fazer os seus pagamentos.

Nestes sectores da agricultura e das pescas, em que temos revelado especial aptidão, também teremos novidades em 2008 e, assim o espero, nos anos imediatamente seguintes, salientando, no caso das pescas, para além dos já hoje tornados públicos,

os projectos que temos em preparação na fileira da comercialização do pescado e na aquicultura sustentável.

Mas não posso deixar, nesta ocasião, de realçar a melhoria que temos vindo a sentir na nossa agricultura, bem como referir outras medidas e acções que não são ainda do conhecimento público. A agricultura é outra área onde valia mais a pena o PSD não falar, tal foi a mudança operada na caracterização dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos envolvidos.

Assistimos, nesta última década, a um importante movimento de modernização da estrutura fundiária, com o aumento da área média por exploração em 40% e com um crescimento do índice de mecanização em 50,9%, com uma importante alteração na formação técnica dos agricultores e das suas organizações, com uma forte infra-estruturação e com outro olhar em relação às produções, destacando-se a regeneração de produções hortícolas, frutícolas e florícolas (que, pela primeira vez, passam a receber apoios) e o relançamento de produções tradicionais como a beterraba, o vinho e o mel.

No âmbito da reestruturação fundiária o Governo está a preparar um novo quadro de incentivos financeiros aos produtores agrícolas que queiram apresentar projectos de redimensionamento ou emparcelamento das suas explorações; já em matéria de ordenamento agrário a prioridade será o alargamento dos perímetros de ordenamento agrário (o primeiro dos quais será já na zona de planalto central em S. Miguel, entre o Perímetro de Vila Franca e o de Maia/Fenais de Ajuda) e, assim, da intensidade de certas ajudas ao investimento; finalmente, adoptaremos outra medida inovadora respeitante à informação ao agricultor com a instalação do projecto “Rede Meteorológica Automática” que ajudará significativamente a gestão produtiva.

Posso também adiantar dois outros apoios que vamos pôr em prática, os quais, centrados embora na política de transportes, terão o efeito de facilitar e animar o mercado regional com origem produtiva no sector primário: o apoio em 90% do custo de transporte de uma lista de produtos de origem regional das chamadas “ilhas da coesão” para as outras ilhas e o apoio em 75% no custo do transporte de flores, plantas ornamentais e de alguns frutos para o exterior.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sabemos, é claro, do impacte dos sistemas de transportes na sustentabilidade económica da Região e na mobilidade social.

Tenho a certeza que a introdução, feita pelo meu governo, do transporte marítimo de passageiros entre todas as ilhas, apesar dos percalços e falhas de gestão que vamos corrigir, representa um saldo positivo para as nossas ilhas. Mas é no plano dos transportes aéreos que se localiza uma significativa parte instrumental do nosso desenvolvimento, sobretudo com efeitos no turismo que está a crescer, pelo que, a par das tarifas promocionais entre ilhas que se implementarão em consequência das recomendações que aceitámos do Partido Popular, vamos, muito em breve, colocar em vigor outras tarifas vocacionadas para as nossas comunidades que viajam dos Estados Unidos da América e do Canadá para a nossa Região, e que também incluirão, para os passageiros originários desses destinos, um desconto de 50% no excesso de bagagem nas ligações internas regionais.

No mesmo sentido, ao nível do transporte aéreo, arrancaremos em 2008 com um programa turístico regional para idosos, aos quais, por apenas 25 Euros, serão disponibilizados mil pacotes turísticos de uma semana durante todo o ano incluindo o alojamento em hotéis e a alimentação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sras. e Srs. Deputados:

Para a operacionalização de muitas das políticas que acabo de mencionar é imprescindível a boa colaboração e o melhor desempenho do sector público empresarial. Salientámos, nestes debates parlamentares, as melhorias do seu desempenho e a sua consolidação financeira.

Composto por três grupos empresariais, por oito empresas de capitais exclusivamente públicos, três hospitais-empresa e uma participada na área dos transportes marítimos – em número menor, pois, que as 33 empresas e sociedades tuteladas pelas autarquias locais açorianas, sendo que publicamente já se aludiu à criação pelas câmaras municipais de mais seis – o sector público empresarial tutelado pelo Governo

continuará a ser reestruturado, numa constante adequação às condições objectivas das áreas em que é interveniente.

Quero reiterar, entre outros aspectos e no âmbito dessa reestruturação global, a preparação que faremos com vista a uma diversificação estratégica do capital social do Grupo SATA, a iniciar na próxima legislatura, reforçando a sua competitividade e sem prejuízo da prestação necessária do seu serviço público; posso, igualmente, referir a progressiva abertura à participação de privados na gestão das infra-estruturas portuárias, na rede regional de abate e nas lotas açorianas, seguindo o princípio de que o serviço público pode, em certas circunstâncias, ser prestado por outro que não o sector público; a SPRHI, SA será transformada num outro tipo de sociedade, aberta às parcerias público-privadas, garantindo-se maior flexibilidade de gestão e uma resposta mais rápida às fragilidades que ainda persistem no parque habitacional açorianos.

Saliento, por fim, no seguimento dessas novas políticas, a criação de uma sociedade gestora de participações sociais, visando assegurar uma valorização, avaliação e gestão permanentes e integrada de todos os activos da Região e o aumento da rentabilidade do património empresarial público regional.

Tudo isso será cuidadosamente planeado e preparado em 2008 para poder ser empreendido com sucesso nos anos seguintes.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Quero, nesta intervenção final, realçar, ainda que com brevidade, outro tema de actualidade: a questão do emprego e a problemática do rendimento das famílias.

Reduzimos o desemprego, entre 1997 e 2007, para metade; temos a mais baixa taxa de desemprego de todas as regiões do País; a população empregada cresce à média de cerca de mil e oitocentas pessoas ao ano, chegando já a 108 mil; o rendimento das famílias, que era o mais baixo do País quando entrei para o Governo, é agora superior ao das Regiões do Norte, Centro e do Alentejo.

O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ao contrário do que afirma o PSD, desceu em 1400 entre 2006 e 2007.

Reafirmo, neste último ano de Legislatura, a prioridade do Governo dos Açores na criação de empregos e comungo da percepção que é necessário muitas empresas

fazerem um esforço um pouco maior para contribuírem para o aumento do nível médio das remunerações dos trabalhadores.

Nestes dias, os sindicatos e a indústria hoteleira e da restauração deram um importante sinal ao acordarem em aumentos salariais de 5,5%. Apesar da massa salarial paga pelas empresas privadas ter duplicado na última década e do salário mínimo ter aumentado no mesmo período em 50%, ou seja de 282 euros para 423, quero que o Governo contribua mais activamente para essa melhoria dos salários, que é relevante para muitas famílias.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Transmito, assim, como nova orientação política, atingir, pelo menos em Janeiro de 2010, um valor de 500 euros para o salário mínimo, que, nesse ano, será auferido por cerca de 8%, no máximo 10%, dos trabalhadores açorianos, influenciando, de um modo geral, as práticas remuneratórias noutros escalões.

De outra forma, através de contratos a celebrar com as empresas para a formação dos seus activos e com um reforço efectivo da vigilância no cumprimento de legislação laboral em todo o território regional iremos, certamente, contribuir para elevar a média salarial.

Nessa mesma perspectiva da melhoria dos rendimentos, dei também orientações para, em diploma próprio a aprovar ainda em 2008, procedermos a reduções das taxas do IRS com impacto nos escalões de rendimentos mais baixos, o que será possível fazer, segundo os estudos que já efectuámos, sem afectar a nossa estrutura de financiamento orçamental.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Sabemos como é importante assegurar que as políticas dirigidas ao crescimento, diversificação e qualificação económicas sejam expurgadas de efeitos secundários

perniciosos e que decorram num quadro estabelecido de sustentabilidade social e ambiental.

É nesse campo que o Governo tem vindo a promover a melhoria e o alargamento da Rede Regional de Equipamentos Sociais, que é actualmente composta por 639 valências e gerida por 223 instituições, lançando agora um desafio à iniciativa privada para investir e usar os incentivos atractivos que lhes reservamos para o efeito. É igualmente nesse contexto que a Rede Regional de Cuidados Continuados, cuja legislação enquadradora será aprovada muito em breve, se assumirá como um conjunto integrado de iniciativas de cuidados de saúde e de apoio social, melhorando o acesso das pessoas com perda de funcionalidades a cuidados técnica e humanamente necessários e constituindo mais um precioso apoio às famílias com idosos nessas condições.

A minha percepção pessoal, ainda no âmbito dos efeitos colaterais da abertura que temos vindo a viver nos Açores, é a do alastramento de alguns fenómenos como são os casos das dependências junto da população juvenil. Ora, se há aspecto em que mais devemos alicerçar a nossa sustentabilidade social é, exactamente, o relativo aos jovens, mas sinto que continuamos a ter sérias dificuldades em lidar com êxito com problemáticas contemporâneas de grande incidência como a toxicodependência. Conheço a aflição de muitos pais e de muitos jovens e reconheço que, à semelhança do que parece infelizmente acontecer também em muitos lugares, não iniciámos ainda um caminho de regressão nesses fenómenos de consumo.

O Governo continua aberto a sugestões que acrescentem eficácia à sua luta, não me parecendo que a questão se confine a detalhes orçamentais, e deseja uma mobilização mais espontânea das autarquias, da sociedade e das suas organizações não governamentais.

Estamos a ultimar a adaptação de um programa específico, cuja aplicação temos acompanhado em Espanha – o Programa TU DECIDES – que se destina às faixas etárias dos 12/13 anos e 16/17 anos, consideradas especialmente sensíveis na iniciação e experiências de consumo. Entendo, porém, que devemos impor a cada uma das escolas a adopção de programas próprios, ligados aos respectivos meios

sociais geograficamente envolventes, de prevenção e de acompanhamento dos seus jovens, reforçando-se, quando indispensável, o pessoal adequado a essa finalidade.

Finalmente, determinei o início de procedimentos para formarmos nos Açores um Centro de Apoio às Famílias na área das toxicodependências que, no futuro, deverá integrar-se numa área institucional super-estrutural do Governo por forma a garantir eficácia na convocação de esforços em simultâneo dos diversos departamentos governamentais.

Para os jovens têm mesmo de ser dirigidas mais novas políticas. **Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

O Orador: Quero que sejam reforçados os mecanismos de apoio aos jovens nas ilhas onde há maior dificuldade na sua integração e fixação, ou necessidade do seu contributo rejuvenescedor, inovador e qualificador.

Determinei já, nesse sentido, o aumento de duração do Programa Estagiar para licenciados – nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo – dos actuais seis meses para dois anos,...

Deputada Piedade Lalandia (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o acesso a esse programa por um número de jovens até ao triplo do actual, privilegiando mais intensivamente a sua afectação ao sector empresarial privado e integrando nos Planos de Estágio maiores cuidados quanto aos conteúdos funcionais da sua prestação laboral e a frequência de cursos de empreendedorismo.

Tenho a certeza que muitos jovens optarão pelo regresso imediato, com essa prolongada garantia de emprego, após a conclusão da licenciatura, a essas suas ilhas de residência, e que muitas centenas de famílias receberão hoje com grande satisfação mais este esforço do Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ainda na perspectiva da sustentabilidade social permitam-me que fale do nosso Serviço Regional de Saúde, tendencialmente gratuito. Digo do nosso, porque

ele melhor do que a maior parte dos Serviços de Saúde que conheço e com os quais já contactei.

Tudo faremos para que esse Serviço Regional de Saúde tendencialmente gratuito assim continue, defendendo o Estado Social, afirmando-o como um suporte de tranquilidade das pessoas e melhorando a prestação generalizada dos seus serviços.

Desde Outubro passado, em função de um programa apoiado em 4,3 milhões de euros pelo Governo Regional, foi iniciado em articulação com a Administração e a Direcção Clínica do Hospital Divino Espírito Santo um processo de diminuição das listas de espera, abrangendo a cirurgia vascular, a neurocirurgia, a ortopedia, a urologia, a otorrinolaringologia e a cirurgia plástica. Com a adopção desse programa, realizar-se-ão até Dezembro do próximo ano mais de 6.500 cirurgias.

Prosseguindo essa dinâmica de facilitação dos acessos ao Serviço Regional de Saúde tenho, também hoje, a oportunidade de anunciar que o Governo irá celebrar uma convenção com o Hospital da Horta, para resolver, até ao fim do primeiro semestre de 2008, a totalidade da lista de espera em imagiologia, permitindo efectuar 300 TAC's, 800 ecografias e 800 mamografias.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: São muitas as novas medidas que estamos a preparar para 2008 e para os anos seguintes. Posso anunciar, por exemplo, na área do ordenamento do território e da segurança das pessoas, a instalação do “sistema de alerta de cheias”. Posso referir, também, que a monitorização feita por várias instituições científicas mostra, felizmente, uma clara melhoria das massas de água das Sete Cidades em consequência das medidas já tomadas. Quero, porém, que o façamos, com igual impacte, em outras lagoas das nossas ilhas, elaborando e ou aplicando sem hesitações os respectivos planos de ordenamento e as necessárias medidas curativas.

No caso da Lagoa das Furnas anuncio, hoje, que vamos iniciar em Janeiro próximo, nos terrenos entretanto adquiridos, um projecto de florestação com a plantação de sessenta mil exemplares.

Mas não ignoramos aspectos em que nos atrasámos e nos quais estamos, agora, a andar mais depressa na sua resolução: já definimos, por isso, ser importante apresentar, até ao final de 2008, todos os projectos de execução para as estruturas previstas para as chamadas “ilhas da coesão” no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos e concluir a construção dos equipamentos previstos para o Corvo, S. Jorge e S. Maria até ao final de 2010.

Igualmente no sector ambiental, e na sequência da atribuição do galardão atribuído pela UNESCO às ilhas do Corvo e da Graciosa, o Governo vai preparar uma proposta de classificação da ilha das Flores como Reserva da Biosfera, intensificando, desse modo, a nossa referenciação internacional como região e destino de superior qualidade ambiental.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Provamos, assim, como entendemos o desenvolvimento em que estamos empenhados, encarando-o como um todo, ajudado por uma interacção de políticas na senda da sustentabilidade dos objectivos traçados. Não idolatramos o betão nem o negamos: fazemos o que nos parece preciso e prioritário fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Veja-se, pois, o caso da educação: não precisávamos de construir escolas para melhorar o sistema educativo? Ainda bem que o fizemos, porque os progressos conseguidos testemunham a inevitabilidade do caminho seguido.

Está bem à vista de todos o trabalho que fizemos e que estamos a fazer na construção do parque escolar, no aumento do sucesso nas escolas, no aumento da profissionalização dos professores. Há 10 anos tínhamos 577 anos nas escolas profissionais. Agora temos mais de 4100 alunos.

Sei, porém, que há necessidade de melhorar e corrigir aspectos ou tendências menos positivas no sector da educação.

Uma delas será a concessão de um apoio complementar aos jovens açorianos que frequentem o ensino superior e cursos profissionais pós-secundários do nível 4, sob a forma de pagamentos em 25 a 100% de juros, conforme escalões da acção social

escolar, de empréstimos especiais, com período de carência e prestações iniciais reduzidas, contraídos ao abrigo do regime de garantia mútua disponibilizado pela Banca para esse fim. Acresce ainda que os beneficiários destes empréstimos, independentemente da ilha de origem, que se fixem e trabalhem após o termo do curso nas ilhas de S. Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo, terão a amortização do empréstimo assumida completamente pelo Governo Regional.

Mais uma medida será a de, no próximo ano, definir a criação de um sistema de bolsas, no âmbito do departamento governamental com competência em matéria europeia e de cooperação externa, dirigido à frequência por parte de jovens licenciados açorianos de estágios nas instituições comunitárias.

Outra medida, a outro nível, será a de, no decurso do presente ano lectivo, ficarem estabelecidos os enquadramentos e a matriz curricular com vista à generalização dos currículos regionais no ensino básico, de modo a que esses currículos regionais estejam incluídos em todos os anos do ensino básico já no ano lectivo 2012/2013.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Estas mais de três dezenas de medidas que anunciei revelam o sentido metodológico da nossa governação: procurar actualizar soluções, introduzir novas abordagens e dar sempre uma resposta pronta aos novos desafios. Vejo que o principal partido de oposição, com apenas pouco mais de 33 anos de idade, está envelhecido e preso ao passado e não compreende este sentido de mudança permanente, confundindo inovação com arrependimento e novas políticas com penitências.

Sabemos o caminho que queremos prosseguir na concretização do nosso modelo de desenvolvimento: um modelo de desenvolvimento fundado no correcto aproveitamento dos nossos recursos, na modernização e na diversificação; no aumento da produtividade e da capacidade da economia gerar mais e melhores empregos e rendimentos; na generalização dos paradigmas da sustentabilidade e da qualidade; na potenciação das nossas vantagens comparativas como região atlântica; na valorização das pessoas e na responsabilização dos cidadãos e das empresas; e visando, sempre, o aprofundamento e o fortalecimento da Autonomia Política dos Açores.

Verificámos que estamos no caminho certo, mas também é certo que a humildade deverá ser sempre a nossa companheira, inculcando-nos a consideração permanente de outras opiniões e a coragem e a lucidez necessárias para reconhecer e emendar os erros.

Aos Açorianos, aos açorianos que vivem nas nossas ilhas e àqueles que vivem noutros lugares do Mundo, quero garantir que cada dia que passa é mais um dia em que trabalhamos para uns Açores mais prósperos, mais justos e com mais oportunidades para todos e com especial preocupação com os nossos jovens.

Vamos então continuar, vamos continuar porque estamos a conseguir!”.

Viva os Açores!

Muito obrigado.

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos às 22 horas e 15 minutos.

Eram 20 horas e 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos iniciar a votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Regional para 2008.

Eram 22 horas e 45 minutos.

Vamos iniciar com a votação na generalidade. Depois, e conforme ficou acordado com os Srs. Líderes Parlamentares, vamos votar as propostas de alteração. Cada grupo parlamentar apresenta em conjunto as propostas de alteração ao Plano, depois votamo-las. Em seguida votamos os programas tendo já em conta essas propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com o Plano Regional para 2008, na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Anual Regional para 2008 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 16 votos contra do PSD.

Presidente: O Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas de alteração para os Programas 3, 4 e 21.

Está aberto o debate

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista irá apresentar todas as suas propostas de alteração, embora por mais que um deputado.

Eu começaria por apresentar e justificar a proposta de aditamento que vem numerada como 23º-A à Lei do Orçamento, e que visa...

Presidente: Sr. Deputado, desculpa. Estamos a iniciar a votação do Plano.

O Orador: Pensava que era tudo, Sr. Presidente.

Presidente: Não. Neste momento é só o Plano.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

(*) **Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Grupo Parlamentar do Partidos Socialista apresenta no Programa 3, Juventude, pretende reforçar a verba destinada à promoção de estilos de vida saudáveis e a prevenção de toxicodependências em 200 mil euros.

Pretendemos retirar essa mesma verba da acção 4.1.6, eventos de iniciativa governamental.

Fazemo-lo porque entendemos que todas as acções destinadas à prevenção das toxicodependências devem continuar a ser analisadas numa perspectiva global, articulada entre os vários departamentos do Governo. Isso mesmo está bem explícito no Programa Regional Contra o Mau Uso e Abuso das Substâncias Psico-Activas (Droga).

Para nós essa tem sido uma prática dos Governos Regionais do Partido Socialista.

Também visa que essa mesma prevenção seja articulada com as autarquias locais (infelizmente nos Açores ainda não são todas), as IPSS, os cidadãos, as famílias, os profissionais de saúde, entre outros.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputada Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pretende-se criar uma nova acção no Programa 21 com o objectivo de elaborar um estudo e projecto de protecção da muralha na Vila da Praia com o objectivo de ampliar a praia e proteger a sua marginal.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Por outro lado, os senhores denunciam os esquecimentos do Governo!

Presidente: Alguém pretende explicar a proposta de alteração para o Programa 4?

Parecendo que não, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para apresentar as Propostas do Grupo Parlamentar do PSD.

(*) **Deputada Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No sentido de agilizarmos a nossa intervenção ao nível da apresentação das propostas, apresentaria todas de uma só vez, sendo certo que depois a votação há-de ser feita em devido tempo.

As propostas do PSD já foram sendo apresentadas ao longo destes três dias e, designadamente, na declaração final do Grupo Parlamentar do PSD.

Elas identificam, sobretudo, as prioridades de intervenção política do PSD ao nível daquilo que entendemos que deve ser o modelo de intervenção pública na sociedade açoriana, dirigido essencialmente para as pessoas, para os seus problemas e para aquilo que afecta os açorianos ao nível pessoal, familiar e empresarial.

A esse nível, pomos logo em primeiro lugar uma proposta no que diz respeito à área da saúde, dotando o Serviço Regional de Saúde de mais 18 milhões de euros com dois objectivos fundamentais:

Primeiro, o combate às listas de espera. Conforme já identificámos aqui não se percebe que existam açorianos há 2, 3, 4, 5, 6, 7 anos em listas de espera para

cirurgias e consultas. É inadmissível que isso aconteça! Por isso mesmo o PSD, de resto como apresentou o ano passado, apresenta esta proposta que diz respeito directamente à vida das pessoas.

Infelizmente o ano passado o Partido Socialista votou contra esta proposta. Curiosamente, como já foi também aqui identificado, passado menos de ano, apressou-se a ir anunciar aquilo que tinha chumbado, com 11 meses de antecedência, dizendo na altura que a proposta que o PSD apresentava era irrealista, demagógica, insensata e irresponsável. Curiosamente o Presidente do Governo foi ao Hospital de Ponta Delgada apresentar um programa de combate às listas de espera, obviamente num montante inferior, mas com o mesmo princípio, com o mesmo pressuposto,...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

O Orador: ... com o mesmo objectivo.

Qual é o pressuposto?

Há muitos açorianos em lista de espera. Só no Hospital de Ponta Delgada há cerca de 554 mil.

É este o pressuposto. É o mesmo pressuposto que o PSD. O mesmo pressuposto do PS e Governo!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): 54 mil?

O Orador: Desculpe, 5.400.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Havia! Já não há!

O Orador: Podia citar o Sr. Presidente do Governo aquando de um debate de plano e orçamento em 1996, que apresentou uma proposta errada. Podia citá-lo. Que se tinha errado nos números e na altura o senhor assumiu que era um mero erro. Mas não chega a esse ponto.

O problema aqui é a vida dos açorianos e é um problema que tem a ver com a vida dos açorianos ao nível da saúde. E o pressuposto é o mesmo: há muitos açorianos em lista de espera para consultas de cirurgia.

Qual é o objectivo?

Combater esse problema.

Obviamente que no caso do PS ter chumbado a proposta do PSD há um ano atrás, fez com que os açorianos ficassem mais um ano em lista de espera.

Por outro lado, é inadmissível que pelo facto do Serviço Regional de Saúde não dar resposta aos problemas dos açorianos em termos de saúde, eles terem de recorrer à privada. Por recorrerem à privada têm que pagar consultas e não se aceita que sejam obrigados a pagar 70 e 80 euros por uma consulta e tenham de reembolso €1.75. É para combater este drama das pessoas que o PSD apresenta esta proposta.

Por outro lado, apresentamos também uma proposta ao nível dos transportes, no sentido da Região transferir para a SATA 5 milhões de euros para que baixem as tarifas aéreas inter-ilhas em 20%.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso está bom!

É assim que vocês chegam a essas contas?!

(Risos do Presidente do Governo Regional dos Açores)

O Orador: Sr. Presidente, acho interessante que perante propostas com este fundamento, que dizem respeito à vida dos açorianos, a resposta do Partido Socialista seja o voto contra e a resposta do Governo Regional, designadamente do Presidente do Governo Regional, seja rir à gargalhada.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É de rir à gargalhada as contas que os senhores fazem!

Deputado António Marinho (PSD): Faça as contas!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já as fiz. Não se brinca aqui com coisas sérias!

O Orador: Ao nível da solidariedade apresentamos propostas para dotar o Plano com verbas necessárias para que sejam criadas parcerias com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, de modo a que sejam criadas estruturas no que se refere a creches e lares de idosos, considerando a fragilidade que existe a este nível nos Açores.

Finalmente apresentamos uma proposta que tem a ver com as dependências.

O PSD tem eleito esta área como prioritária da sua intervenção política há alguns anos a esta parte. Temos, de resto, apresentado ao nível de planos e orçamentos, sucessivamente, dotações para esta rubrica. Curiosamente o PS, só para votar contra a proposta do PSD de dotar esta rubrica de 1 milhão de euros, apresenta uma proposta mais comedida, de 200 mil euros, mas também diagnosticando que há, no fundo, uma preocupação com este grande drama e flagelo da sociedade açoriana.

Estão assim apresentadas, sucintamente, as nossas propostas com as quais mais uma vez negamos aquele que é o discurso oficial do Partido Socialista e do Governo Regional de que o PSD só fala mal.

O PSD apresentou um conjunto de proposta aqui como tem apresentado ao longo de todos estes anos, conforme já referi hoje. Apresentámos 51 propostas e projectos de decreto legislativo regional e de resolução. Em planos e orçamentos apresentámos 37 propostas nas mais variadas áreas, na saúde, na solidariedade social, nos transportes, nas energias renováveis, num conjunto de áreas que têm, infelizmente, merecido a resposta negativa do Partido Socialista.

Isto não é razão para que não prossigamos o nosso caminho, porque entendemos que é este o caminho que devemos trilhar na defesa daquilo que são os interesses dos açorianos.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para apresentar as suas propostas.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente porque o meu tempo é muito pouco. Apenas apresentamos uma proposta de alteração que afecta 100 mil euros para o projecto de requalificação e reinstalação do Centro de Oncologia dos Açores.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, apenas para perguntar se nessa proposta que fez devemos referir já o nosso sentido de voto, ou se fica para a altura em que se vota o programa especificamente?

Presidente: Podem explicitar o sentido de voto aquando da votação.

Vamos votar as propostas de alteração apresentadas pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às propostas que foram apresentadas pelo PSD e já explicadas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha única dúvida é porque as propostas de alteração do PSD tem uma referente ao Orçamento e outra que é referente ao Plano. Vou pronunciar-me somente no que se refere ao plano. Essa proposta de alteração é referente ao Programa 16, na acção “Prevenção e tratamento de comportamentos de risco”.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota contra por duas razões:

A primeira razão é de ordem técnica.

Tal como foi referido aqui numa alegoria em que referiram que um pai com muito dinheiro que dá muito chocolate ao seu filho, ele fica doente, porque do ponto de vista biológico não consegue tirar benefícios desta coisa tão valiosa que é o chocolate, do ponto de vista alimentar, gostaria de salientar que não é pelo facto de uma acção ter determinados montantes em dinheiro que se consegue num ano acções para mudar comportamentos que necessitam, sim, de intervenções continuadas e sistemáticas. É preciso lembrar isto.

Mas o essencial é que do ponto de vista político o Partido Socialista e o Governo entendem que a toxicodependência não pode estar na dependência só da área da saúde. Não. Aliás, o Sr. Presidente referiu isto.

É do conhecimento de todos que se trata de uma área transversal, com causas multifactoriais e que tem que haver uma intervenção a todos os níveis da nossa comunidade, mas do ponto de vista dos programas do Governo, o programa relacionado com a juventude, que é uma área fundamental no que diz respeito a este período etário, o Partido Socialista apresentou uma proposta e assim pretendemos aumentar a efectividade das acções para a operacionalização do Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e do Abuso de Substâncias Psico-activas Droga, para além de outros comportamentos de risco.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As alterações que o PSD propõe para o Programa 17 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, são a prova da falta de alternativa à política de solidariedade social do Partido Socialista que, aliás, o PSD já tinha evidenciado ao longo deste debate.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Essa não é uma conclusão. Não tem qualquer fundamento!

A Oradora: Não passam, Sr. Deputado Bolieiro, de fogo de vista com o qual pretendem disfarçar uma total falta de definição de objectivos, de critérios e de política.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Está previsto a verba que vai aumentar e de onde é que vão tirar!

A Oradora: O Projecto 17.1 – Equipamentos de apoio a idosos, tem uma dotação de 3 milhões, 925 mil euros e integra 15 acções.

Dessas 15 acções, 12 estão definidas de forma muito específica, identificando a instituição a apoiar, identificando a localização geográfica, o financiamento atribuído, o serviço que se pretende criar, ampliar ou adaptar, ou apetrechar e consequentemente a população a abranger.

Este conjunto de 12 acções contempla investimentos nas diferentes valências nas ilhas das Flores, Pico, São Jorge, Terceira, São Miguel e tem uma dotação de 3,625 milhões.

Este conjunto de 12 acções operacionaliza uma política, opta por uma estratégia e assume prioridades.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Como é que se confunde decisão com procedimentos?

A Oradora: Integra também uma acção que visa operacionalizar uma rede de cuidados continuados como forma de promover a definição de protocolos de intervenção, de padrões de qualidade na salvaguarda da promoção da defesa dos direitos humanos, na dignidade e na qualidade de vida dos utentes.

Inclui uma outra acção que tem como objectivo complementar os incentivos à iniciativa privada e, por último, uma acção de cariz mais genérico e residual que visa prestar apoio financeiro, pontual, a instituições para acções de investimento em estruturas e equipamentos a idosos muito pontuais e que não justifica a celebração de acordos de cooperação.

Perante esta definição de política, perante esta definição de objectivos, perante esta definição de estratégias, o que é que o PSD faz?

Não propõe nenhuma acção nova; não propõe a criação de nenhuma valência adicional, quer seja de alargamento, de reforço na continuidade das já existentes e muito menos de inovação como aqui tantas vezes foi apregoado e que o PSD não consegue trazer nenhuma inovação a esta área de actuação.

O PSD limita-se a propor uma dotação 10 vezes superior para a acção residual, para a acção genérica que tem por objectivo apoios pontuais (mais uma vez repito) a instituições para acções que não justificam a celebração de protocolos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A Sra. Deputada não consegue ver uma virtude que seja nas propostas do PSD!

A Oradora: Isto sim, Sr. Deputado, é lançar dinheiro aos problemas, mas os açorianos sabem reconhecer isso.

Os açorianos percebem que aquilo que os senhores propõem é o reforço de 1 milhão de euros no apoio aos idosos e 1 milhão no apoio às crianças e jovens, sem assumir qualquer prioridade, sem assumir qualquer estratégia, sem assumir qualquer inovação, sem assumir qualquer orientação política.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Continua a confundir decisão com procedimento!

A Oradora: Sei, Sr. Deputado, que é mais confortável fazer isso, mas com esse comportamento não podemos compactuar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a essas duas propostas do PSD, uma que diz respeito ao Programa 24 e concretamente a acção 24.1.1 – construção de novos navios e apoio ao transporte marítimo de passageiros, o PSD propõe retirar daqui 9 milhões de euros.

Não é aceitável, porque a Região encomendou dois navios, assinou os contratos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E eles já cá estão, não estão?!

Quem paga adiantado é mal servido!

O Orador: ... a 21 de Setembro. Os navios supostamente seriam entregues no final de Abril, mas ainda que não seja no final de Abril, será ao longo do ano.

Portanto, os pagamentos estão contratualizados, a Região comprometeu-se com esses pagamentos, terá que efectuá-los ao longo do ano, ainda que possa vir a exercer outros direitos relativamente ao atraso dos navios. A verdade é que a Região comprometeu-se com esses pagamentos, tem que efectuá-los, porque a Região tem que cumprir os seus compromissos e esta proposta é o abrir caminho, é o incumprimento de compromissos já assumidos e não podemos aceitar, porque não podemos regressar ao tempo dos caixotes e caixotes de facturas por pagar. Não podemos, nem vamos regressar a esse tempo. Por isso esta proposta não é aceitável, é uma proposta irresponsável.

Relativamente à outra proposta que prevê um acréscimo de 5 milhões de euros no Programa 25 – concessão das rotas inter-ilhas, devo dizer que a nossa política, é a política dos Governos Socialista.

Relativamente ao tarifário inter-ilhas é de continuar a gerir racionalmente, ir contendo custos como se faz desde 1996, por forma, à semelhança do que acontece com o tarifário aéreo desde 1996, a ir diminuindo e que as actualizações sejam o mínimo possível e se possível até não aconteçam ou tenham crescimento nominais negativos.

Portanto, é esse o nosso objectivo, é a nossa meta, conter custo, gerir bem, não afectar a qualidade do serviço, não afectar a regularidade e por isso este tipo de malabarismos que pode ter efeitos mediáticos simpáticos, não deixa ser um malarismo muito mal conseguido.

De resto, estes 5 milhões de euros nem sequer correspondem a 20% da facturação...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Correspondem sim. Não fez as contas!

O Orador: ... da operadora em termos do serviço inter-ilhas. Estas contas estão mal feitas.

Portanto, este tipo de malabarismo não é aceitável e é absolutamente irresponsável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas e só para referir o seguinte (a hora já vai muito adiantada):

Não são admissíveis os argumentos que o Sr. Deputado Lizuarte Machado aqui apresentou.

Se é admitido pelo Governo Regional que os barcos não vão estar prontos no prazo, é perfeitamente admissível que os pagamentos desses barcos sejam feitos também com os atrasos correspondentes na construção.

Já diz o povo: “quem paga adiantado é mal servido”.

Mal servidos já estamos nós, mas agora escusado será os senhores serem muito apressados a pagar a factura. Por isso mesmo os 9 milhões não vão ser utilizados para o pagamento dos navios em 2008.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não tenho nada a ver com isso, mas o dinheiro tem que estar cabimentado neste caso. Não há hipóteses. Os senhores sabem disso.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, pelo amor de Deus! Isso não é verdade! Não é possível dizer uma coisa dessas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Macedo:

Diluir o prazo ou estender o prazo, tal como o Sr. Secretário da Economia já informou, de 30 de Abril para 30 de Setembro, ou 30 de Outubro ou 30 de Novembro, desde que seja até 31 de Dezembro, os pagamentos mantêm-se em 2008.

Portanto isto continua a ser irresponsável.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar as propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos para a proposta apresentada pelo CDS/PP.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar a favor da proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP, porque se trata de uma proposta simples, escoreita, face à sua justeza e intenção, porque visa a melhoria das instalações para um serviço de reconhecido mérito, quanto à sua intervenção em prol da saúde dos açorianos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Ainda na especialidade, e considerando as propostas que já foram votadas, vamos votar os restantes programas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não sei se o Sr. Presidente tem condições de tomar notas.

Nós queríamos a votação dos Programas 1, 2 e 3 em conjunto, 4 separado, 5,6,7,8 em conjunto, 9 separado, 10 separado, 11 e 12 em conjunto, 13 e 14 em conjunto...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, isto assim não dá certo. A minha cabecinha está muito cansada.

Presidente: Podemos fazer assim se todos estiverem de acordo. Se o Sr. Deputado Artur Lima não estiver de acordo, vai um por um.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É um por um.

Presidente: Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 5.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 6.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 7.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 8.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 9.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 11.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 12.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 14.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 15.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 19.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Programa 30.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Anual Regional para 2008, foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Passamos para a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2008.

Para este diploma temos duas propostas do PS, uma para o artigo 19º e outra é de aditamento, o artigo 23º-A.

O PSD também apresentou uma que ficou prejudicada.

Entretanto vamos fazer a votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2008, foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho para apresentar as propostas de alteração do PS.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta uma proposta de aditamento identificada sobre o artigo 23º-A e uma proposta de alteração ao artigo 19º.

A proposta de aditamento tem a ver com a matéria constante do mesmo artigo, com o acordo político firmado entre esta maioria e o Partido Popular e esta matéria, por natureza necessita de regulamentação legislativa diferida.

Por outro lado, a alteração ao artigo 19º, mantendo embora o espírito de se conter as despesas com deslocações ao estrangeiro e consultadoria externa, vem excepcionar, face à natureza do tipo da matéria, – empreitadas de obras públicas – aquilo que se pretende consagrar como regra genérica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta ao Orçamento, para além da que corresponde a um compromisso político com o CDS/PP e que faz uma proclamação e uma perspectiva programática quanto ao reforço de meios e a alteração de um Decreto Legislativo para apoio designadamente aos pensionista, merece o acordo do Grupo Parlamentar do PSD e terá por isso votação favorável, bem como a do artigo 19º, alteração ao nº 2, que é técnica e razoável, porque era notoriamente um esquecimento de prudência que agora se corrige.

Isso mostra a diferença de comportamento do Grupo Parlamentar do PSD e a teimosia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quanto a melhoramentos ao Plano como ao Orçamento, neste caso ao Orçamento.

Não formalizando uma proposta de alteração, para que não corra o risco de levar um chumbo por parte da maioria, sendo ela no entanto de rigor técnico e uma vez que o

Grupo Parlamentar do PS procura aprimorar o nº 2 do artigo 9º, gostaria de chamar a atenção para a omissão técnica dos artigos 21º e 22º quando faz citação ao Decreto Legislativo 2/99, de 20 de Janeiro, não faz menção da sua alteração ocorrida no mesmo ano pelo Decreto Legislativo 33/99, de 30 de Dezembro. Significa que o diploma ficando como está, está incorrecto, na medida em que omite uma da sua alteração.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): O senhor sabe que não é assim!

O Orador: Portanto, para redacção final, proponho que se corrija num e noutro artigo a citação do Decreto Legislativo dizendo que este, com a redacção entretanto alterada pelo Decreto Legislativo 33/99/A.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar a proposta de alteração para o artigo 19º e o aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração e de aditamento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 3º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 5º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstêm faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Artigo 8º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 12º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 15º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 16º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 17º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 17º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 18º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 18º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 19º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 19º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 20º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 20º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 21º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 21º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 22º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 22º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 23º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 23º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto contra do CDS/PP e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 24º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 24º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 25º

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 25º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Com esta votação foram naturalmente aprovados os respectivos mapas e anexos.

Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto legislativo Regional – Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2008 foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Chamava apenas a atenção, se me permitem, para a redacção final deste diploma. Há implicações nos mapas, portanto, todo o cuidado é pouco. Fica assim o Governo Regional na posse de documentos legítimos para governar.

Passamos para o **Pedido e urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução - "Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para avaliação do real impacto na RAA do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral"**.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a **Proposta de Resolução - "Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para avaliação do real impacto na RAA do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República**

Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral".

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Finalmente, temos a **Proposta de Deliberação que declarada findo o período legislativo de Novembro.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, terminaram os nossos trabalhos.

Queria aproveitar esta oportunidade para, se não nos virmos, desejar-vos um Bom Natal e bom regresso às vossas casas.

Muito obrigado.

Boa noite.

Eram 23 horas e 40 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hernâni Hélio Jorge

Manuel Herberto Santos da Rosa

Osório Meneses da Silva

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos Reis

Cláudio José Gomes Lopes

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes Pereira

Luís Henrique da Silva

Documentos Entrados

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Cria o Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos

(Compamid)

Os idosos têm necessidade de utilizar uma quantidade considerável de medicamentos, com um custo crescente, e constata-se que, apesar do esforço desenvolvido para actualização do valor das pensões, algumas ainda são baixíssimas, pelo que, na maior parte dos casos, são as pessoas de mais fracos rendimentos que estão em maior risco de consumo de medicamentos.

Sabe-se de situações dramáticas que levaram algumas farmácias a abrir contas a crédito para alguns dos seus clientes pensionistas e que há outros que pontualmente tiveram de recorrer a empréstimos bancários para fazer face às despesas da farmácia.

O CDS-PP propõe a criação de um regime de apoio aos pensionistas com pensões baixas, especificamente dirigido à compra de medicamentos, denominado Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (Compamid).

Este regime de apoio, com uma periodicidade anual, não é apenas mais uma participação no preço dos medicamentos, porque pode ser utilizado na compra de qualquer medicamento, especialmente dos genéricos, mas não exclusivamente, desde que uns e outros adquiridos mediante receita médica, prescrita no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Corresponde a uma percentagem da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, sendo por isso actualizável anualmente de acordo com a actualização daquela.

É personalizado em função do respectivo beneficiário, não podendo ser utilizado por mais ninguém, e destina-se, única e exclusivamente, à compra de medicamentos.

Finalmente, a gestão do “Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos” competirá à instituição de segurança social, à qual incumbe o pagamento da pensão ao beneficiário.

Assim, o CDS-PP, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1.º

Objectivo

1 - O presente decreto legislativo regional estabelece as condições de emissão e atribuição do Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos, adiante designado por Compamid.

2 - O Compamid destina-se exclusivamente ao pagamento, pelos utentes do Serviço Regional de Saúde, de medicamentos, sempre que possível genéricos, prescritos em receita médica no âmbito daquele Serviço.

Artigo 2.º

Beneficiários

1 - Beneficiam do disposto no presente diploma os pensionistas, com idade igual ou superior a 65 anos, que auferam rendimentos que não ultrapassem anualmente doze vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior, o Compamid constitui um complemento de pensão.

Artigo 3.º

Competência

1 - A emissão e atribuição do Compamid compete às entidades às quais incumbe o processamento das pensões, em termos a regulamentar.

2 - O Compamid tem periodicidade anual, e será atribuído com a pensão do mês de Abril.

3 - O valor do Compamid é 50% da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores, sendo anualmente actualizável em função da actualização da mesma.

Artigo 4.º

Emissão

1 - O Compamid é emitido em documento próprio, que deve identificar, nomeadamente, o beneficiário da segurança social e o ano a que respeita.

2 - O Compamid deverá, nomeadamente, prever a existência de um campo, com várias partições idênticas, que se destinam a ser preenchidas com os seguintes elementos informativos:

- a) Indicação da data de cada utilização na aquisição de medicamentos;
- b) Indicação do montante de cada utilização;
- c) Saldo remanescente após cada utilização;
- d) Identificação da farmácia onde cada utilização é efectuada.

3 - O preenchimento dos elementos referidos no número anterior é da responsabilidade da farmácia em que o Compamid é utilizado.

4 - O modelo do documento referido no n.º 1 será aprovado por portaria do Secretário Regional competente em matéria de segurança social.

Artigo 5.º

Regulamentação

O Governo regulamentará o presente decreto legislativo regional no prazo de 45 dias a contar da sua publicação.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

O presente decreto legislativo entra em vigor com o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2008.

O Deputado Regional, *Artur Lima*

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho – Apoios financeiros a atribuir no combate à infestação por térmitas

O reconhecimento da situação de infestação por térmitas nos concelhos urbanos de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada levou a que se sentisse a necessidade de tomar medidas.

Tendo como fim último minorar e controlar no tempo os efeitos da praga, a Região optou então por elaborar um regime específico de apoios financeiros nas modalidades de comparticipações a fundo perdido ou financiamentos sob a forma de créditos reembolsáveis a taxas de juro bonificadas, mediante a determinação de critérios tendo por base o contexto sócio-económico dos candidatos em nome individual e colectivo.

Apesar de terem passado mais de dois anos sobre a aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho, que mais não fosse a julgar pelo número de candidaturas apresentadas e pelo número de apoios concedidos, é forçoso concluir que os apoios não são suficientemente atractivos e que por isso não se atingiu o alcance desejável.

A infestação por térmitas é considerada, pelos especialistas técnicos na matéria, como “um sismo silencioso”.

Com a presente alteração pretende-se abranger um mais vasto leque de casos de infestação por térmitas, nomeadamente de prédios pertencentes a famílias da classe média, especialmente as mais numerosas, as quais até agora praticamente estavam impossibilitadas de aceder aos apoios e sem todavia deixar de contemplar as famílias mais desfavorecidas.

Este projecto de alteração visa aplicar uma fórmula mais favorável e abrangente e simultaneamente mais justa e eficaz.

Assim, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa, o seguinte Projecto de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1.º

Objecto

O Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

“ANEXO I

Pessoas Singulares

Tabela I
(Limite máximo de rendimento)*

Nº de elementos do agregado familiar	Coefficiente	RMMGR	Rmb	Per Capita
1	2,50	423,15	1.057,88	1.057,88
2	2,40	423,15	2.031,12	1.015,56
3	2,30	423,15	2.919,74	973,25
4	2,20	423,15	3.723,72	930,93
5	2,00	423,15	4.231,50	846,30
6	1,90	423,15	4.823,91	803,99
7	1,80	423,15	5.331,69	761,67
8	1,70	423,15	5.754,84	719,36
9	1,60	423,15	6.093,36	677,04
10	1,50	423,15	6.347,25	634,73

Legenda:

RMMGR - Retribuição Mínima Mensal Garantida na Região Autónoma dos Açores

Rmb - Rendimento Mensal Bruto

* - Limite Máximo de Rendimento = Número de Elementos x Coeficiente x RMMGR

Tabela II
(Limites máximos por Classes e apoio)

Rendimento Máximo		Fundo Perdido	Bonificação Juros
Classe I	Até 50% Rmb	100%	50%
Classe II	De 50% a 65% Rmb	75%	50%
Classe III	De 65% a 75% Rmb	50%	100%
Classe IV	De 75% a 85% Rmb	0%	100%
Classe V	A partir de 85% Rmb	0%	75%

Pessoas colectivas sem fins lucrativos

80% da bonificação de juros.”

Artigo 2.º

Republicação

É republicado, em anexo, o Decreto Legislativo Regional 20/2005/A, de 22 de Julho, com o Anexo I alterado por este diploma.

Artigo 3.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008, mas abrange os processos que ainda se encontrem pendentes de aprovação.

O Deputado Regional, *Artur Lima*

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

**PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO
POR PARTE DA COMISSÃO EVENTUAL PARA AVALIAÇÃO DO REAL
IMPACTO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DO ACORDO DE
COOPERAÇÃO E DEFESA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E OS**

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, DO ACORDO TÉCNICO E DO ACORDO LABORAL

Considerando que se mantêm os pressupostos determinantes da prorrogação do prazo de apresentação em plenário do relatório final da Comissão Eventual para Avaliação do Real Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, os Deputados subscritores, nos termos da alínea d), do nº 1, do artº 23º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do artº 145º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresentam o seguinte Projecto de Resolução:

Artigo Único

O relatório final da Comissão Eventual para Avaliação do Real Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral, é apresentado a Plenário até 30 de Abril de 2008.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Novembro de 2007

Os Deputados Regionais, *Francisco Coelho, Clélio Meneses. Osório Silva e Artur Lima*

Projecto de Resolução

Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova o estabelecimento de tarifas promocionais nos voos da SATA Air Açores para residentes nos Açores

A SATA Air Açores é uma companhia que executa o transporte regular de passageiros por via aérea inter-ilhas, ao abrigo do contrato de serviço público e pelo qual recebe indemnizações compensatórias.

O Programa do IX Governo Regional considera que, no seguimento da estratégia de melhoria das acessibilidades e de diminuição dos custos da economia insular, o sector dos transportes aéreos desempenhou um papel fundamental no incremento de diversas actividades económicas e aponta-se como objectivo prosseguir o esforço da melhoria das acessibilidades, mantendo uma igualdade de tratamento para todos os açorianos, independentemente da ilha onde residam, nomeadamente assegurando a existência de tarifários, ligações, fiabilidade, segurança e eficácia adequados.

Reconhece-se que o tarifário relativamente às chamadas “Ilhas de Coesão” foi um contributo, mas as tarifas praticadas para residentes são ainda consideradas elevadas, sobretudo nas deslocações entre as ilhas que distam mais entre si, como entre aquelas que têm mais população e maior nível de desenvolvimento, geradoras de maior volume de tráfego.

Actualmente ainda são muitos os açorianos que não conhecem as ilhas dos Açores e alguns não conhecem qualquer outra para além da sua.

A SATA Air Açores é uma empresa cujo capital social é na totalidade detido pela Região.

Sabe-se que a SATA Air Açores, através do contrato de concessão do serviço público, tem a capacidade de praticar tarifas promocionais, de acordo com a gestão da frota e da disponibilidade da oferta turística, no exercício dos normais poderes de gestão empresariais e de negociação que abrangem acordos tarifários celebrados com operadores turísticos e outras entidades, susceptíveis de potenciar os fluxos turísticos e uma melhor ocupação dos voos planificados.

A SATA Air Açores iniciou, no Verão de 2007, uma campanha promocional que permitia aos militares norte-americanos destacados na Base das Lajes e suas famílias, beneficiarem de tarifas promocionais nas viagens inter-ilhas

O turismo interno apresenta ainda hoje valores que ficam aquém do desejável no prosseguimento da política de desenvolvimento deste segmento de mercado nos Açores. Tudo leva a crer que se fossem praticadas tarifas promocionais pela SATA Air Açores, para açorianos residentes e suas famílias, não só se contribuiria para o desenvolvimento económico, como para o conhecimento das ilhas por parte dos açorianos, factor este importante para o fortalecimento da coesão e unidade da Região.

Assim, o CDS-PP, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprove a seguinte Resolução:

Recomendar ao Governo Regional que, tendo em conta as especificidades dos Açores, nomeadamente as de natureza social, económica, geográfica, demográfica e cultural, promova as disposições de sua competência que tenham em vista a instituição de tarifas promocionais, nas ligações aéreas inter-ilhas, para residentes na Região, no período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Maio.

O Deputado Regional, *Artur Lima*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE “TRANSPÕE PARA A ORDEM JURÍDICA INTERNA A DIRECTIVA N.º 2006/89/CE DA COMISSÃO, DE 3 DE NOVEMBRO, QUE ADAPTA PELA SEXTA VEZ AO PROGRESSO TÉCNICO A DIRECTIVA N.º 94/55/CE DO CONSELHO, DE 21 DE NOVEMBRO, RELATIVA À APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES DOS ESTADOS MEMBROS RESPEITANTES AO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS PERIGOSAS, E, AINDA, ALTERA PELA PRIMEIRA VEZ O DECRETO-LEI N.º 170-A/2007, DE 4 DE MAIO, E O REGULAMENTO NACIONAL DO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS POR ESTRADA QUE CONSTITUI O SEU ANEXO I”

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 28 de Novembro de 2007, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/89/CE da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE do Conselho, de 21 de Novembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e, ainda, altera pela primeira vez o Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, e o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada que constitui o seu anexo I”

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente projecto visa transpor para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/89/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE, do Conselho, de 21 de Novembro, relativa ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas. Procede, ainda, à alteração do Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada, que constitui o anexo I ao Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio e que dele faz parte integrante.

Visa, também, actualizar o anexo II do mesmo Decreto-Lei, tanto no que respeita à intervenção de autoridades competentes, como à designação dessas mesmas autoridades, na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

A Subcomissão entendeu, por unanimidade, **nada ter a opor, na generalidade**, ao presente projecto.

Para a especialidade a Subcomissão chama a atenção para o seguinte:

O Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, enferma, no n.º 2 do seu artigo 9.º, de uma incorrecção que se consubstancia na remissão efectuada para o próprio artigo 9.º, quando, na verdade, devia remeter para o artigo 10.º, relativo à formação profissional. Apesar da Declaração de Rectificação n.º 63-A/2007, de 3 de Julho, ter incidido sobre o n.º 2 do artigo 9.º, mantém-se a inexactidão conforme redacção inicial, uma vez que a própria Declaração de Rectificação padece, no seu ponto 1, de nova inexactidão resultante da troca do texto de rectificação (“onde se lê” e o “deve ler-se”). Neste sentido, propõe-se que o artigo 2.º do presente projecto, sob a epígrafe “Alteração ao Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio”, passe a incluir uma alteração ao artigo 9.º, por forma a que, na nova redacção ao seu n.º 2, seja sanada a inexactidão actual.

Horta, 28 de Novembro de 2007.

O Relator, *Henrique Ventura*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente, *José de Sousa Rego*

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco